

Orientação

## AGRADECIMENTOS

Vendo terminado todo o processo de envolvimento numa realidade para a realização deste projeto torna-se essencial fazer referência a todos aqueles que tornaram tudo possível. Desta forma, agradeço:

À minha professora e orientadora, Mestre Lílíana Lopes, por ter sido um exemplo de Educadora Social, fazendo-me inspirar nela para realizar cada passo deste projeto; por todo o acompanhamento prestado fora de horas quando mais precisei; por todos os momentos de reflexão que me proporcionou e fez perceber que o mundo de linear não tem nada.

Aos docentes Doutora Ivaneide Mendes e Doutor Hugo Monteiro pela paciência incansável no esclarecimento das minhas dúvidas e anseios; por terem sido o olhar crítico ao longo de todo o processo e potenciador de reflexão.

À Lílíana Mendes, aquela que aceitou comigo o desafio de desenvolver um projeto num âmbito de intervenção fora do comum, o Programa Habitar. Pelas horas passadas na rua, de porta em porta, pela partilha de saberes, pelas horas que dedicou a participar neste projeto; pela amizade e lealdade demonstradas ao longo de todo este percurso que, sem ela, teria sido muito mais difícil.

Ao Nuno Cabral, o meu pilar afetivo que se demonstrou essencial nos momentos em que tudo parecia desabar; por não me ter permitido desistir e me incentivar a lutar pelos meus sonhos; por me ter ensinado que não tenho que ser melhor do que ninguém, só melhor que eu própria a cada dia que passa.

À equipa do Habitar que me ensinou o que é trabalhar efetivamente em equipa e que cada um é insubstituível à sua maneira; por todas as aprendizagens que me proporcionaram seja ao nível da arquitetura, da educação social como do controlo das emoções; por me terem permitido evoluir profissionalmente dando-me a oportunidade de estar envolvida na

construção de algo (o Programa Habitar) que, certamente, terá um futuro brilhante.

À Junta de Freguesia do Bonfim que permitiu que me envolvesse num grupo tão importante como a Comissão Social de Freguesia e tivesse acesso a recursos que de outra forma dificilmente teria; por ter confiado em mim e ter apoiado o desenvolvimento da vertente do projeto que diz respeito ao voluntariado.

Aos jovens que aceitaram tornar-se voluntários e se comprometeram com este projeto para que fosse possível levá-lo avante, bem como a todos os habitantes do Bonfim e de Campanhã que me receberam em suas casas para que fosse possível conhecer a realidade e que co construíram este projeto de forma participada.

À minha família que sempre foi um apoio fundamental ao longo de todo o meu percurso escolar, dando-me liberdade para escolher os caminhos que me fizessem mais feliz, mesmo que isso implicasse poucas horas de sono e menos tempo ao lado deles.

Aos meus colegas de especialização que me proporcionaram momentos de reflexão interior apenas ouvindo as suas experiências, tornando possível uma constante evolução, tanto minha como de todos os que estivessem presentes.

Às amigas que entraram comigo nesta aventura que é o Mestrado em Educação e Intervenção Social – Catarina Rodrigues, Sara Macedo e Sofia Lourenço – que sempre me incentivaram a fazer mais e melhor, que me apoiaram em todas as decisões e que ouviram todas as dificuldades sentidas, ajudando-me a ultrapassá-las.

A todos os meus amigos que escutaram os meus desesperos e as minhas alegrias quando algo corria bem; por me terem arrancado do computador para beber um sumo ou só para dar um passeio; por me terem ligado constantemente a perguntar como corria o projeto; por toda a preocupação, carinho, amizade e sentimento de confiança transmitido; por todos os “tu consegues”, “tu és capaz”, que permitiram que tudo fosse realizado de forma mais calma e assertiva.

A todos um sincero obrigada.

*Dedicado aos meus avós,  
Henrique José Dias & Maria Celeste Guedes da Silva Dias*

## **RESUMO**

O presente relatório de projeto reflete todo um percurso desenvolvido a partir da metodologia de Investigação-Ação Participativa com vista à melhoria da qualidade de vida da comunidade bonfinense. Procurou-se obter informação e analisar a realidade com intervenientes da comunidade, através de técnicas de recolha de dados que permitiram a identificação de problemas. Posteriormente a esta identificação foi realizada uma priorização de problemas e necessidades de acordo com a sua magnitude e os interesses da população. A partir daqui foi delineado um projeto de intervenção comunitária que procurou atingir determinados objetivos estabelecidos através da realização de ações que incluíam um conjunto de atividades.

Palavras-chave: Comunidade; Habitação; Envelhecimento; Voluntariado; Solidão; Desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

This project's report reflects a course developed on the basis of the methodology of participatory action research. The purpose of the project is to improve the quality of life of the community in the area of Bonfim. We tried to acquire information related to people's needs and analyse the reality together with the actors of the community by using technics that enable the problems identification. After this identification was made we proceeded to make a prioritization based on the magnitude of the problems and needs of the population in relation to their interest to solve their issues.

From here it was outlined a community intervention project which tried to reach some established objectives by taking actions that include a set of activities.

Key-words: Community; Housing; Aging; Volunteering; Loneliness; Development.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TEÓRICO	3
1. Posicionamento metodológico em educação e intervenção social	3
2. Fundamentação teórica	13
PARTE II – PROJETO “(DES)ENVOLVER A REDE”	28
CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	28
1. As freguesias de Campanhã e do Bonfim	28
2. O Programa Habitar	33
CAPÍTULO 2 – REALIZAÇÃO DO PROJETO	42
1. Análise da realidade	42
2. Estabelecer prioridades	51
3. Desenho do projeto	52
4. Avaliação da planificação	57
5. Desenvolvimento do projeto e avaliação do processo	58
6. Avaliação sumativa	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS	81
Anexo I – Estatutos da Associação Espaços	81
Anexo II – Protocolo de implementação do Programa “Habitar porto nas freguesias de Bonfim e Campanhã”	91
Anexo III – Estatutos da Associação Relatos Quotidianos	101

Anexo IV – Regulamento interno da Comissão Social de Freguesia do Bonfim	107
APÊNDICES	115
Apêndice I – Guião da entrevista a Aitor Varea Oro	115
Apêndice II – Transcrição da entrevista a Aitor Varea Oro	116
Apêndice III – Convite aos moradores da Lomba	133
Apêndice IV – Poster da ação de sensibilização	134
Apêndice V – Sessões de formação dos voluntários	135
Apêndice VI – Diário das visitas	140

## LISTA DE ABREVIATURAS

AICNP – Associação de Inquilinos e Condóminos do Norte de Portugal

AMI – Assistência Médica Internacional

ARU – Áreas de Reabilitação Urbana

BE – Bloco de Esquerda

CDS/PP – Centro Democrático Social/Partido Popular

CICOPPN – Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte

CIPP – Contexto, *Input*, Processo e Produto

CMP – Câmara Municipal do Porto

CSF – Comissão Social de Freguesia

GAS – Gabinete de Ação Social

IAP – Investigação Ação Participativa

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

JFB – Junta de Freguesia do Bonfim

OE – Objetivo Específico

OG – Objetivo Geral

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

UIA – Urban Innovative Action

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## INTRODUÇÃO

No âmbito das unidades curriculares de Projeto e Seminário, inseridas no plano curricular do segundo ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social, na especialização de Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, foi-me proposto desenvolver um projeto de educação e intervenção social com a duração mínima de 300 horas. Este projeto implicava que, à medida que fosse conhecendo a realidade em que estava inserida, fosse capaz de perceber as necessidades inerentes à mesma e desenhasse um projeto que as pudesse diminuir ou colmatar na totalidade, tendo em consideração as potencialidades e os recursos de todos os envolvidos.

Posto isto, o projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa Habitar, onde estive inserida desde junho de 2016. A participação neste Programa permitiu-me conhecer melhor a realidade habitacional de muitos moradores das freguesias do Bonfim e de Campanhã, bem como tomar conhecimento de outros problemas que vivenciam no seu quotidiano. Um dos problemas centrou-se em sentimentos de solidão identificados por idosos que moram sozinhos e que possuem pouca ou nenhuma retaguarda familiar; outro problema reconhecido por alguns habitantes com os quais tive a oportunidade de trabalhar diz respeito ao pouco conhecimento dos mesmos relativamente aos seus direitos e deveres enquanto inquilinos de uma habitação. Perante os problemas identificados, este projeto surgiu como uma forma de criar rede entre sujeitos e instituições que não existia e potenciar a rede já existente para o combate ao sentimento de solidão mas que não era totalmente eficaz.

Aliado ao projeto, foi desenvolvido o presente relatório que pretende ser um documento sustentador e reflexivo de toda a prática realizada. Este documento está estruturado em duas partes. Na primeira parte é realizado um enquadramento tanto metodológico como teórico. No primeiro são abordadas

questões ligadas à metodologia privilegiada para a realização do projeto – a investigação-ação participativa –, as técnicas utilizadas, bem como a avaliação de projetos.

Tendo em consideração a especialização em que foi desenvolvido o projeto foi fulcral refletir sobre determinados temas e problemáticas da realidade social. Desta forma exploraram-se conceitos como o desenvolvimento comunitário, a educação de adultos, a adultez e o envelhecimento. Posteriormente foram abordados temas relativos ao direito à habitação, aos processos de gentrificação e como estes influenciam a vida das pessoas. Ainda no posicionamento teórico abordou-se os conceitos de voluntariado, redes sociais e cidadania, devido à sua relevância para o desenvolvimento de todo o projeto. A segunda parte deste documento diz respeito ao projeto desenvolvido, estando esta dividida em capítulos distintos: um primeiro que diz respeito à construção do conhecimento e outro que se refere à realização do projeto. Considerando o posicionamento metodológico da investigadora, a construção do conhecimento foi constante e foi realizada através da participação de vários sujeitos e entidades, entre eles a equipa técnica do Programa Habitar, os moradores visitados e os elementos da Comissão Social de Freguesia do Bonfim. Foi esta construção de conhecimento participada que permitiu o desenvolvimento do projeto que tinha como principal objetivo provocar alguma mudança na vida dos seus participantes, o que poderá ser verificado no capítulo 2. Inerente aos desenvolvimento do projeto, procurou-se ter constantemente presente uma vertente avaliativa de todo o processo e de todos os passos dados durante o mesmo.

Este documento termina com as considerações finais que albergam todas as aprendizagens adquiridas ao longo de todo o processo de estar em projeto, as dificuldades sentidas e os entraves ultrapassados. Da mesma forma, é também neste capítulo realizada uma reflexão final acerca da importância da intervenção do profissional de educação social em contextos relacionados com a habitação e a forma como se pode articular com profissionais tão distintos da sua ação como é o caso dos arquitetos.

# PARTE I – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TEÓRICO

## 1. POSICIONAMENTO METODOLÓGICO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Tendo em consideração que este projeto foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, exige-se que este se tenha baseado em alguns pressupostos metodológicos muito próprios da Educação Social.

Um paradigma é um sistema que abrange determinados pressupostos e valores que orientam a pesquisa e que determinam as opções que o investigador tem que tomar para responder ao problema identificado (Coutinho, 2013). Ou seja, é este sistema de princípios, crenças e valores que orienta a metodologia pela qual o investigador opta e fundamenta as suas conceções numa determinada epistemologia (Coutinho, 2013). Ainda, de acordo com o mesmo autor, o paradigma tem como objetivo cumprir duas funções distintas, no que concerne às investigações científicas. Estas funções consistem em explicar conceitos e pontos de vista nas questões teóricas e metodológicas e, também, dar uma identidade concreta aos investigadores pois cada paradigma aponta para critérios de validez e interpretação específicos (Coutinho, 2013).

Desta forma, são três os diferentes paradigmas: o positivista ou quantitativo, o interpretativo ou qualitativo e o sociocrítico. Os dois que foram enunciados primeiro inserem-se num paradigma mais tradicional e o último situa-se num paradigma emergente (Coutinho, 2013).

O paradigma positivista defende critérios de objetividade e de neutralidade, próprios do modelo científico das ciências naturais, procurando adaptá-las à

investigação em ciências sociais (Coutinho, 2013). Desta forma, o conhecimento científico não é caracterizado pela existência de juízos de valor nem interpretações que não decorram de análises concretas, objetivas e neutras de recolha de dados, dados estes de natureza quantitativa (Gamboa, 1989). Neste paradigma a metodologia fundamentalmente utilizada é a experimental, através da qual o investigador levanta hipóteses e as confronta empiricamente sob um rigoroso controlo (Coutinho, 2013), não considerando as necessidades dos indivíduos. Para tal, os instrumentos utilizados são aqueles que implicam a quantificação de factos, entre eles os testes, os questionários, as escalas de medidas e as entrevistas estruturadas, por exemplo (Coutinho, 2013). Ou seja, a finalidade deste paradigma é conhecer e explicar a realidade com o objetivo de a controlar para formular leis generalizadas (Coutinho, 2013). No paradigma positivista o investigador distancia-se do que está a ser investigado, sendo considerado objetivo, apolítico e livre de valores (Coutinho, 2013). Contudo, este paradigma foi sendo alvo de várias críticas pois é impossível quantificar, generalizar e prever fenómenos sociais. Posto isto, Cziko (2000, citado por Coutinho, 2013, p.15) elenca cinco argumentos que apontam para a imprevisibilidade do comportamento do ser humano, sendo eles: “ (...) as diferenças individuais, o processo evolutivo da aprendizagem e do desenvolvimento, a influência da consciência no comportamento, a mecânica quântica e o caos”. A conceção universalista que apenas o modelo de investigação das ciências naturais é o único que possibilita o verdadeiro conhecimento deixa de existir quando começam a surgir novas epistemologias que deitam por terra as bases do positivismo (Coutinho, 2013). Face a estas críticas, o paradigma positivista foi deixando de gerar consenso sobre a produção de conhecimento e tornou pertinente a construção de um novo ideal que respondesse às suas fragilidades. Daqui surgiu, então, o paradigma interpretativo que se suporta nos atos de compreender e interpretar, diferenciando-se logo aqui da explicação e controlo, próprios das ciências naturais (e do positivismo) (Costa, 2005).

O paradigma interpretativo é também denominado por naturalista, qualitativo fenomenológico, humanista ou etnográfico e tem, então, como finalidade, compreender e interpretar os significados das ações humanas e da vida social (Coutinho, 2013). Neste paradigma acredita-se que as realidades são múltiplas e que só podem ser abordadas de forma holística, valorizando o papel do investigador (Coutinho, 2013). Ou seja, este paradigma “ (...) pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo do paradigma positivista pelas de compreensão, significado e ação” (Coutinho, 2013, p.17). Tendo em conta isto, compreende-se que a abordagem interpretativa tem como finalidade perceber o mundo pessoal dos sujeitos - a sua realidade – pois, acreditando que a ação humana é intencional, é importante interpretar e compreender os seus significados nos seus diferentes contextos sociais. O papel do investigador, neste paradigma, é o de criar empatia com os indivíduos para compreender melhor o que estes percebem no que diz respeito às interações que estabelecem entre si (Costa, 2005). Apesar deste estabelecimento de relações com os sujeitos, é o investigador que determina o projeto que vai ser realizado, tendo todo o poder de decisão sobre as possíveis mudanças e o que é feito com os resultados obtidos. Assim, é clara a supremacia existente entre o investigador e o investigado (Costa, 2005). Para a aquisição de conhecimento são utilizados instrumentos de natureza qualitativa como a observação participante, a entrevista informal, os diários, os registos de campo e a análise documental (Coutinho, 2013).

Por fim, o terceiro paradigma é o sociocrítico. Este paradigma surgiu da necessidade de se conhecer o mundo através de outro olhar de forma a poder compreendê-lo (Santos, 1993). Na investigação social assume-se como um “ (...) paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 1993, p. 37). A finalidade deste paradigma consiste em libertar, criticar e identificar o potencial de mudança de um indivíduo ou de um grupo social, através da partilha de responsabilidade na tomada de decisões entre o investigador e o investigado (Coutinho, 2013). Neste paradigma a produção de conhecimento é de origem mista pois comporta dados qualitativos e

quantitativos e visa três aspetos: compreender, criticar e educar (Coutinho, 2013). Para compreender, no quadro do paradigma sociocrítico descreve-se a realidade e os fatores que a constituem; para criticar, examina-se a legitimidade do consenso e das atividades educativas; por fim, para educar, desenvolve-se nos sujeitos a capacidade de se implicarem, através da participação, em práticas como as educativas e em processos de tomada de consciência e de decisão de forma livre (Coutinho, 2013). Considerando o Educador Social como um profissional que trabalha não para, mas com o outro, que é um agente de mudança que concilia a teoria e a prática sem nunca as dissociar, que procura conhecer a realidade social e assume um posicionamento de envolvimento crítico, não resta dúvida de que a sua ação se enquadra no paradigma sociocrítico (Baptista, 2011). A Educação Social deve privilegiar este tipo de investigação pois, para que a transformação social ocorra, é necessário que este profissional enfatize os indivíduos como potenciadores do seu próprio desenvolvimento e mudança social (Carr & Kemmis, 1988).

Ainda relacionado com este paradigma, para a realização do projeto optei por organizar a investigação tomando a metodologia de investigação-ação participativa (IAP) como posicionamento, pois permite construir um conhecimento efetivo dos significados que os sujeitos atribuem à realidade que os envolve, promovendo a participação ativa de todos os intervenientes (Ander-Egg, 1990). Dos primórdios da IAP sabe-se que esta assume, teoricamente, duas origens espaciais e de ação bastante distintas: uma na América do Sul, centrada nas questões do desenvolvimento comunitário e da educação de adultos, por autores como Paulo Freire; outra na Ásia que assentava no ativismo pelos direitos humanos, vertente associada à luta pelo anti-imperialismo (Graça, 2016).

De acordo com Coutinho et al (2009) a IAP inclui, ao mesmo tempo, investigação (compreensão) e ação (mudança), tendo na sua base um processo cíclico ou em espiral que alterna entre ação e reflexão crítica. Nos ciclos seguintes são aperfeiçoados os métodos utilizados e a interpretação realizada através do conhecimento obtido no ciclo anterior. McTaggart (1994, citado por

Graça, 2016) reconhece nestas espirais autorreflexivas a possibilidade de produção de conhecimento como resultado da aprendizagem através da experiência. A vertente participativa desta metodologia implica que todos os participantes no processo sejam coexecutores na pesquisa e co construtores da transformação da realidade. Deste modo, importa definir o que se entende por participação: oportunidade de tomar parte, de forma voluntária e responsável nos mecanismos de decisão em que estamos inseridos e que pretendemos influenciar ou para os quais pretendemos contribuir de algum modo (Delgado, 2006). Em Educação Social a participação deve-se fazer quer na reflexão, quer na ação, isto é, nos processos de investigação, de planificação, de ação/implementação e nos processos de avaliação. Contudo, tudo isto só faz sentido se os intervenientes estiverem efetivamente interessados em melhorar as suas práticas e aprofundar o conhecimento que têm sobre a sua própria realidade. Isto só acontece se existir um comprometimento mútuo no processo de mudança (Graça, 2016). Desta forma, o investigador não é, então, um agente externo que realiza investigações sobre as pessoas. É, sim, um co investigador com e para os interessados nos problemas e na vontade de melhorar aquilo que os envolve. A IAP é uma metodologia prática e interventiva, uma vez que não se restringe à teoria, à descrição da realidade, mas está sim ligada a uma ação que muda. Esta metodologia implica também a capacidade crítica e autocrítica dos sujeitos relativamente a eventuais restrições que se possam opor aos processos. Por fim, é auto avaliativa, uma vez que as mudanças e alterações são continuamente avaliadas, numa perspetiva de adaptação e de produção de conhecimento (Cohen & Manion, 1994; Descombe, 1999).

A IAP procura fundamentalmente analisar uma realidade específica e estimular a tomada de decisão dos seus agentes para a mudança, o que implica a tomada de consciência de cada um dos intervenientes (individualmente, e do grupo) de onde emerge a construção de conhecimento através do confronto dos significados produzidos pela reflexão (Mesquita-Pires, 2010). Esta metodologia é associada ao paradigma sociocrítico uma vez que é coerente

com o mesmo e consegue refletir a intenção propositada de mudança em direção a um mundo mais igualitário, justo e democrático (Habermas, 2011).

Tal como as outras metodologias de investigação, a IAP orienta a seleção de técnicas de recolha de dados que sejam coerentes com os seus princípios. Desta forma, as técnicas utilizadas no desenvolvimento deste projeto foram a observação participante, as conversas intencionais, a análise documental e a entrevista semi-diretiva.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008), a observação participante consiste em estudar uma comunidade, num determinado período de tempo, participando no quotidiano da mesma. A validade deste tipo de observação determina-se através do confronto contínuo entre as observações e as hipóteses interpretativas (Quivy & Campenhoudt, 2008), tanto do investigador como da comunidade que está a investigar. Coutinho (2013) afirma que a observação participante é mais abrangente do que a observação direta, uma vez que o investigador participa nos hábitos da comunidade, dando-lhe a oportunidade de recolher informação com mais precisão. Apesar desta conceptualização da observação participante, durante o desenvolvimento do projeto esta técnica de recolha de informação foi utilizada a partir da IAP, permitindo que me integrasse nos diferentes contextos. Ainda, possibilitou o aumento da capacidade crítica em relação a tudo o que ia sendo feito, o que facilitou a realização de alterações ao longo de todo o projeto. Da mesma forma, durante o projeto procurei participar no quotidiano das pessoas com quem me envolvi, observando a forma como interagiam com o mundo e como isso influenciava a sua qualidade de vida. Para a realização deste projeto, o ponto de entrada utilizado centrou-se na construção participada de interpretações/explicações em torno de problemas relacionados com a habitação fossem eles de dimensões físicas ou sociais (como questões relacionadas com direitos, deveres e aspetos jurídicos).

As conversas intencionais, em conjunto com a observação participante, formam um conjunto de técnicas fundamentais para conhecer e compreender a realidade, porque só estando em contacto com a mesma e havendo

envolvência nela é que se percebe as necessidades sentidas pela população, mediante a construção das suas significações e experiências subjetivas (Gil, 1989). Através das conversas intencionais fui capaz de compreender as necessidades das pessoas, bem como os seus interesses e perceber como é que isso se poderia relacionar com o projeto. Ainda mais importante do que esta minha compreensão foi a gerada pelos sujeitos com quem intervim que, através das conversas intencionais foram capazes de se questionar e criticar a situação em que viviam. Um exemplo disto é o facto de ter trabalhado com inquilinos que não tinham contratos de arrendamento atualizados e, quando confrontados com isso, perceberam o risco que corriam e procuraram estabelecer contacto imediato com o proprietário para mudar a sua situação.

A análise documental permite controlar a credibilidade dos documentos e da informação que contêm (Quivy & Campenhoudt, 2008). No caso concreto deste projeto, os documentos analisados, além da literatura para a concretização do documento escrito, consistiam em dados estatísticos, processos de cada caso acompanhado pelo Habitar, documentos da conservatória e das finanças, por exemplo.

No que respeita à estruturação do tipo de entrevista pela qual se optou (a semiestruturada/semi-diretiva), pode-se dizer que nesta as questões derivam de um guião prévio, que funciona como um roteiro temático e que deverá servir como linha orientadora (Ghiglione & Matalon, 1998). A partir destas questões, o expectável é que surjam outras, de modo a aprofundar o conhecimento obtido.

Com o recurso a estas técnicas, procurou-se criar o “investigador coletivo”, debatendo sempre que possível com todas as pessoas presentes, apelando à sua participação efetiva, de modo a que se pudessem envolver no que as rodeia com um pensamento crítico, um pensamento que fosse capaz de as levar ao compromisso com a transformação da sua realidade. Assim, ao longo do projeto, compreendeu-se que a participação abarca a possibilidade de, responsabilmente, contribuir para os processos de decisão em que ambicionamos a ocorrência de uma mudança de forma autónoma.

Desde o primeiro momento em que contactei com tudo o que envolvia o Programa Habitar, estive em projeto. Isto porque um projeto não se limita à realização de atividades. Engloba, sim, todo o percurso realizado desde a análise da realidade, à identificação de problemas e necessidades até à concretização de ações que levem ao colmatar destas últimas. Ou seja é um processo organizado que visa a formulação de problemas, a execução de objetivos e, por fim, a obtenção de resultados (Erasmie & Lima, 1989). Ao longo de todo este projeto estive consciente de que este processo poderia não ser tão linear assim e que poderiam ser necessárias alterações, o que nos leva novamente à questão da constante avaliação presente na metodologia utilizada.

De acordo com Serrano (2008, p.16), um projeto “ (...) é um plano de trabalho com carácter de proposta que consubstancia os elementos necessários para conseguir alcançar objetivos desejáveis. Tem como missão prever, orientar e preparar bem o caminho do que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento”. Mendonça (2002) acrescenta que cada projeto é único e que não pode ser desenvolvido noutros contextos devido à individualidade de cada um deles. Contudo, defende que existem aspetos comuns a todos os projetos, nomeadamente: sua intencionalidade, autenticidade, criatividade e complexidade, mas também a responsabilidade e a autonomia dos intervenientes (Mendonça, 2002).

Agora, importa esclarecer o que é um projeto social, na medida em que este é o conceito associado ao que foi realizado e está demonstrado no presente documento. Um projeto social acaba, inevitavelmente, por implicar: uma reflexão rigorosa sobre o problema que se pretende melhorar; uma tomada de consciência acerca das múltiplas necessidades existentes; a seleção de um problema concreto que apresente uma solução viável; a elaboração de um plano o mais completo possível, metódico e reflexivo; a abertura e flexibilidade na sua construção, mas também originalidade e criatividade na sua elaboração; e, por fim, partir sempre de vivências concretas, segundo a conceção de quem vive o problema, como o vive e que possibilidades antevê para a sua solução

(Serrano, 2008). Associados aos projetos sociais, estão os projetos desenvolvidos no âmbito da educação e intervenção social. Estes projetos “Emergem da vontade das pessoas, integram um desejo de melhorar uma situação, são processos orientados em direção a uma mudança e operacionalizam-se numa sequência reconhecida – emergência de uma necessidade/desejo, determinação de diferentes opções possíveis, análise dessas opções, escolha da melhor opção, transformação da opção em projeto, elaboração do plano, realização e avaliação” (Mendonça, 2002, p. 19). Assim, os projetos em educação social são desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e características dos indivíduos, só existindo aquando da participação efetiva destes no processo de transformação da realidade que os envolve. Além desta procura de empoderamento por parte dos sujeitos, estes projetos, através de ações socioeducativas de índole interdisciplinar, visam a emancipação, o desenvolvimento e uma melhoria significativa da qualidade de vida de quem neles participa (Caballo, Candia, Caride & Meira, 1996).

Tal como já referi anteriormente, a IAP tem uma vertente avaliativa que a torna capaz de ser uma orientação metodológica válida e útil em todas as dimensões do projeto, permitindo uma constante transformação e melhoria das condições em que o projeto é concebido e desenvolvido. Também como forma de avaliação é possível recorrer ao modelo de avaliação do contexto, do *input*, do processo e do produto (CIPP), cruzando-o com a avaliação constante da IAP, pois este também possibilita a produção de informação sistematizada (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Este modelo de avaliação engloba quatro fases distintas que permitem uma constante melhoria do projeto. Inicialmente, é realizada a avaliação do contexto. Este processo visa definir o contexto e identificar problemas e necessidades, recorrendo a técnicas como conversas intencionais, observação participante, entrevistas, grupos de discussão, dinâmicas de grupos e análise documental, por exemplo. Nesta fase o investigador identifica a população e, em conjunto com ela, avalia os seus problemas e identifica as necessidades que lhes estão subjacentes; verifica-se,

também, se os objetivos propostos vão ao encontro das necessidades elencadas. Os resultados obtidos desta avaliação, idealmente, servirão para conduzir a uma decisão relativa à introdução de alguma mudança no sistema (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Na segunda fase de avaliação, a avaliação de entrada ou *input*, pretende-se identificar e classificar a capacidade do sistema onde está a ser desenvolvido o projeto, as estratégias possíveis de mobilizar, alternativas e os procedimentos necessários para levar a cabo as estratégias (para realizar esta avaliação, é imprescindível utilizar literatura adequada, interrogar as pessoas sobre se conhecem outras instituições que tenham ultrapassado um problema semelhante e fomentar a criatividade dos indivíduos ou grupos com que se trabalha) (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). A avaliação de processo visa obter informação continuamente que auxilie a concretização do projeto. Esta informação permite que sejam identificadas as falhas e os defeitos nas planificações para que estas sejam alteradas sempre que seja pertinente, de modo a que todo o projeto seja desenvolvido em concordância com o que ficou planeado (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Finalmente, a avaliação do produto é realizada tendo por base a relação estabelecida entre os objetivos e os juízos tecidos em relação aos resultados por todos os participantes no projeto (incluindo o investigador). Consiste em perceber até que ponto o projeto foi capaz de satisfazer as necessidades das pessoas que nele participaram (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

Apesar de toda esta sequência do modelo CIPP, o presente documento não se guiou estritamente por ela nem o projeto desenvolvido. Neste documento, o modelo CIPP é uma ferramenta de apoio à avaliação em conjunto com a IAP, uma vez que as suas fases se sobrepõem. A análise da realidade, na IAP, corresponde à avaliação do contexto; a planificação do projeto diz respeito à avaliação de entrada; o desenvolvimento do projeto molda-se à avaliação do processo; por fim, a avaliação do produto é uma avaliação sumativa de tudo o que foi realizado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando que este projeto foi desenvolvido no âmbito da Especialização em Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário, torna-se necessário compreender alguns conceitos-chave e a sua relevância.

Ao contrário da infância, da adolescência e da velhice, a adultez ainda não é uma fase da vida do ser humano muito explorada a nível de literatura (Sousa 2008; Sousa 2010). De acordo com Sousa (2008) existem três tipos de adultos: o adulto padrão, o adulto inacabado e o adulto híbrido. O primeiro engloba aqueles que valorizam a estabilidade conjugal, familiar e profissional, bem como a independência tanto a nível financeiro como residencial; o segundo abrange os adultos que são mais reflexivos sobre a vida, que procuram a sua independência e autonomia; por fim, o adulto híbrido é uma mistura dos outros dois. É um adulto que valoriza a reflexividade sobre a vida, a boa condição física, intelectual e emocional, bem como todos os aspetos relacionados com o criar da sua família (Sousa, 2008). Apesar desta distinção entre três tipos de adulto, importa salientar que cada indivíduo tem características, trajetórias e referências próprias e por isso cada um vive a mesma idade de forma distinta (Sousa, 2010).

Foi durante uma conferência da UNESCO em 1976, em Nairobi, que se definiu que a educação de adultos era “ (...) “a totalidade dos processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspetiva de um desenvolvimento integral da pessoa e de uma participação no desenvolvimento socioeconómico e cultural equilibrado e independente” (Silva, 1990, p. 16).

Federighi e Melo (1999, citados por Quintas, 2008, p.20) consideram que a educação de adultos diz respeito ao “ (...) fenómeno derivado da integração de teorias, estratégias, orientações e modelos organizacionais com o objectivo de interpretar, dirigir e administrar os processos de instrução individuais e colectivos ao longo de toda a vida”. Na perspectiva de Quintas (2008, p.20), a educação de adultos é um “ (...) conjunto de processos de aprendizagem, formal e não formal, graças ao qual as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou as orientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade”.

Embora a educação de adultos esteja em constante reformulação é possível identificar experiências consolidadas em quatro domínios principais: a alfabetização, o reconhecimento, validação e certificação de competências, a formação profissional, o ensino de segunda oportunidade e, por fim, em animação comunitária e desenvolvimento local. Este último domínio – animação comunitária e desenvolvimento local – é aquele em que está inserido o projeto desenvolvido.

Esta área tem, na sua base, alguns princípios pelos quais se rege. Segundo Sherow (2006) existem seis pressupostos: as pessoas adultas envolvem-se e participam de forma ativa e expressiva em atividades educativas quando veem os resultados que dessas atividades podem advir como relevantes e significativos para os seus papéis enquanto trabalhadoras, membros de uma família ou comunidade pois, enquanto cidadãos, os adultos têm necessidade de saber porque é que devem aprender algo; o interesse e o envolvimento no processo de aprendizagem aumenta quando os adultos percebem que esse processo pode ser útil para as situações sociais em que se movem, como ter um melhor emprego, ajudar os filhos nos trabalhos de casa, etc.; as pessoas que participam em educação de adultos são dotadas de reflexividade, autonomia e espírito crítico – eles não são “crianças grandes”, nem agentes passivos; as experiências de vida dos adultos, os seus conhecimentos e práticas

quotidianas providenciam recursos únicos para quem concebe e dinamiza processos de trabalho nesta área; a confiança desempenha um papel muito importante na criação e manutenção de um ambiente conducente a uma experiência de aprendizagem distendida e positiva. Os adultos aprendem melhor num ambiente favorável à experimentação e onde se utilizam diferentes estilos de ensino. Os educadores devem desenvolver competências como a empatia, a congruência e a confiança; por fim, a comunicação e a interação são peças-chave no desenvolvimento da linguagem, da literacia e de outras competências fundamentais trabalhadas em educação de adultos (Sherow, 2006). Segundo Rothes (2009), existem alguns valores pelos quais a educação de adultos se deve orientar, sendo eles a democracia, o desenvolvimento e a afirmação identitária. Destes valores emergem alguns princípios fundamentais, que são: o envolvimento, diálogo e participação; a valorização e promoção dos recursos “locais”; e, por fim, o estímulo à reflexão crítica e à ação transformadora (Rothes, 2009). Os valores enunciados foram aqueles pelos quais o projeto se regeu uma vez que se procurou que os participantes fossem capazes de se envolver e participar ativamente nos processos de transformação das suas realidades e das realidades dos outros, utilizando principalmente o diálogo para esse efeito. Também, para realizar efetivamente essa transformação, foi imprescindível que estas pessoas fossem capazes de refletir criticamente sobre os seus quotidianos e perceber que só assim é que conseguiam potenciar algum desenvolvimento na comunidade em que estavam inseridas.

O conceito de desenvolvimento diz respeito a uma forma de mudança social. Enquanto processo social, não é unilinear pois pode levar a evoluções contraditórias, como o não desenvolvimento e o antidesenvolvimento (Veiga, 2005). É um processo inacabado que implica “ (...) mudanças, conflitos, compromissos, diferentes representações políticas e culturais, que podem conduzir num ou noutro sentido” (Veiga, 2005, p.68). Ao longo deste projeto, o desenvolvimento foi visto como um processo de mudança que sustentasse melhorias na qualidade de vida das pessoas “ (...) a partir da «ação» concreta e

eficaz "das mesmas (Gómez, Caride & Callejas, 2007, p.90). O desenvolvimento está associado à transformação social na medida em que está ligado à promoção da paz, dos Direitos Humanos, " (...) ao exercício democrático do poder" (Gómez, Caride & Callejas, 2007, p.90). Considerando isto, compreende-se a importância deste conceito, uma vez que o programa Habitar procura o desenvolvimento através da luta pelos direitos associados à habitação e ao respeito pela dignidade humana.

O desenvolvimento comunitário tende a estar associado a comunidades mais desfavorecidas e pretende contribuir para uma maior conscientização das populações, uma vez que, após esta tomada de consciência, desenvolve nas mesmas motivações para a transformação e o desejo de a alcançar (Gómez, Caride & Callejas, 2007). Para atingir essa mudança, o desenvolvimento comunitário assenta em três premissas: " (...) criar condições de progresso económico e social, a participação ativa da comunidade e a confiança na sua capacidade de iniciativa" Gómez, Caride & Callejas, 2007, p.101). Para um efetivo desenvolvimento comunitário importa que o objetivo principal seja a melhoria da qualidade de vida das populações; que os atores sejam os habitantes do local onde está a intervir; que a população participe na elaboração e execução de todo o projeto; que exista uma análise da realidade prévia para conhecer os problemas e necessidades da população, bem como os seus recursos e potencialidades; que exista colaboração entre o poder público e a população; que seja disponibilizado auxílio externo por parte do poder público (Gómez, Caride & Callejas, 2007).

Neste projeto o desenvolvimento comunitário foi visto como um processo educativo que pretendia a mudança de atitudes, a promoção de ações coletivas e a capacitação dos habitantes, a diferentes níveis (Gómez, Caride & Callejas, 2007, p.90). Ainda, o desenvolvimento comunitário pretendeu dar protagonismo às comunidades locais nos processos de transformação e mudança social naquilo que as afeta (Gómez, Caride & Callejas, 2007,).

O desenvolvimento comunitário, tal como o conceito indica, é realizado em comunidades que estão inseridas num determinado território. De acordo com

Veiga (2005), o território é visto como um resultado que embora possa ser “ (...) identificável e não fracionável, permanece mutável, provisório e inacabado” (Pecqueur, 1996, p. 15, citado por Veiga, 2005, p.47), tal como o desenvolvimento como já foi acima explicitado. Gómez, Freitas e Callejas (2007, p. 125) acrescentam que o território é “ (...) entendido como espaço físico e marco social de referência”. Relativamente ao desenvolvimento deste projeto, sem dúvida que o território se demonstrou crucial, uma vez que o Programa Habitar incide a sua intervenção nas freguesias do Bonfim e de Campanhã. Estas duas freguesias estão inseridas numa grande cidade, o Porto. Considerada uma área metropolitana, a cidade do Porto potencia o desenvolvimento da sociedade através de “ (...) atividades de consumo e de produção de grande escala ao nível da alimentação, habitação, tecnologia, serviços, saúde, equipamentos, educação, cultura, emprego, oportunidades, entre outros” (Jorge, 2015, p.7).

Contudo, este desenvolvimento está a provocar a deslocação das populações para as periferias da cidade (Jorge, 2015). Estando afastadas do centro da cidade, as famílias acabam por se ver confrontadas com outros problemas como o tempo que demoram na deslocação até ao trabalho, à escola dos filhos ou até mesmo a um serviço hospitalar. Todos estes aspetos que promovem desigualdades sociais estão relacionados com a habitação, uma vez que todas as famílias têm direito a uma habitação condigna que lhes permita suprir estes e outros problemas. O processo que implica o deslocamento das populações tem um nome e chama-se gentrificação. Este é um conceito que causa algum questionamento porque, dependendo da lente pela qual se está a observar o fenómeno, este pode ser visto como positivo ou negativo. A gentrificação é um processo que opera no mercado da habitação, reabilitando-a, permitindo a elevação do seu *status* e, posteriormente, ocupação por uma classe média-alta (Bataller, 2000); é um procedimento de recomposição do tecido urbano dos centros mais antigos e desvalorizados das cidades, que é realizado através de financiamentos públicos ou privados (Mendes, 2014). Concluída a reabilitação, os edificados podem continuar como

habitação, ou transformarem-se em áreas comerciais (Bataller, 2000), sendo este fenómeno mais visível no Porto através do aumento do número de *hostels* na cidade. É um processo que atrai população com maiores rendimentos e maior poder de compra para o centro da cidade, influenciando, assim, a economia e “ (...) os valores imobiliários praticados nas áreas afetadas” (Mendes, 2014, p.488). Contudo, a entrada de uns, afasta outros. Ou seja, os habitantes com baixos rendimentos acabam por se ver forçados a abandonar as suas habitações nas zonas “gentrificadas”, para procurarem outras onde o seu capital económico lhes permita viver. Acabam, então, por viver na periferia da cidade, tal como já foi referido, “ (...) culminando com um aprofundamento da fragmentação urbana e da divisão social do espaço residencial da cidade” (Mendes, 2014, p.488). Apesar de pouco conhecido, a gentrificação não é um fenómeno novo e tem vindo a alterar-se relativamente aos seus primórdios (Mendes, 2014). Se, inicialmente, o foco de investimento eram as zonas centrais da cidade, atualmente assiste-se ao alargamento espacial do fenómeno, onde estão incluídas zonas da cidade do Porto como o Bonfim e Campanhã (esta freguesia um pouco menos que a anterior). Neste âmbito o Programa Habitar surge como uma ferramenta de combate à gentrificação e luta pela fixação das populações nos locais que as viram nascer e crescer, os seus lugares de pertença, os lugares onde possuem uma rede bem composta e complexa que sirva para suprir as suas necessidades.

Neste documento não se está a colocar em causa o sentimento de posse face a um bem, a uma casa. Está, sim, a evidenciar-se o respeito que deve ser tido e mantido pela dignidade humana que implica que todos tenham acesso e possam usufruir de um local em que possam constituir um lar. É neste lar que se podem potenciar ligações familiares afetivo-emocionais seguras, com privacidade e sem riscos para a saúde física e psicológica dos seus moradores. Compreende-se, então, que uma habitação condigna é um elemento chave para o bom desenvolvimento de uma sociedade (Costa, 2015). Ainda, mais do que constituir um lar, é necessário que a população tenha a possibilidade o

fazer no local geográfico que queira, sem impedimentos, podendo assim, constituir a sua cidade.

O direito à habitação está previsto no artigo 65<sup>a</sup> da Constituição da República Portuguesa e prevê o direito de todos a uma habitação adequada, bem como um conjunto de responsabilidades do Estado para que este assegure este direito tão fundamental. Estas responsabilidades não assentam na construção de todo o parque habitacional da nação, mas sim em implementar medidas necessárias para evitar a falta de habitação, para combater os desalojamentos forçados e a discriminação, focando-se, primordialmente, nos grupos mais vulneráveis e marginalizados (Villar, 2015). De acordo com Villar (2015), o conceito de habitação adequada depende da sociedade e da época em que estamos inseridos e, por isto mesmo, importa que a população esteja envolvida “ (...) na elaboração e implementação das políticas habitacionais” (p. 46). O Programa Habitar não possui o poder de mudar as políticas públicas relativas à habitação, mas tem a possibilidade de requalificar as habitações de

---

<sup>1</sup> Artigo 65º da CRP. "Habitação e urbanismo. 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. 3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. 4. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística. 5. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território."

acordo com os interesses e necessidades das pessoas para que possam habitar em pleno a sua casa. Mais do que a casa, o Programa Habitar procura que as populações tenham a oportunidade e sejam capazes de habitar em pleno a sua cidade, através da luta pelo direito a permanecer num determinado contexto e/ou comunidade.

Apesar destas responsabilidades, em muitos casos o Estado tem que prestar apoio aos seus habitantes através da habitação em si ou de apoios subsidiários (Villar, 2015). Este apoio realizado através da habitação é uma das estratégias utilizadas pelo Estado para intervir em nome dos mais desfavorecidos habitacionalmente, tentando reduzir o seu nível de exclusão na sociedade (Augusto, 1998). Contudo, o elevado nível de burocratização do acesso à habitação social do Estado e o desconhecimento das realidades vividas pelas populações por este último, acabam por originar uma desadequação no objetivo de inserção (Augusto, 1998).

A habitação social surgiu através das medidas políticas promovidas pelo Estado-Providência após o 25 de abril (Pereira, 2009). O principal objetivo da habitação social era alojar as pessoas que se tinham deslocado para as grandes cidades à procura de trabalho, compreendendo-se assim que, inicialmente, foi criada para a classe trabalhadora e não para os pobres (Byrne, 1999). Estas habitações foram, inicialmente, construídas na parte de trás das casas burguesas (Guerra, 2004). Este tipo de habitação tornou-se a resposta mais rápida e acessível, tendo em consideração o aumento acentuado da população (Lima, 2012). Contudo, respostas rápidas nem sempre garantem qualidade suficiente e isso foi visível nos problemas que surgiram ao nível das condições habitacionais que acabaram por se refletir na qualidade de vida dos habitantes. A maioria das habitações sociais foram contruídas com materiais de qualidade inferior, que não perdurariam muitos anos e, assim, “ (...) progressivamente a cidade do Porto concentra em si uma problemática de habitação complexa que a faz oscilar entre o peso da habitação antiga, frequentemente degradada e ainda em ilhas, e o peso crescente da habitação social, com o tempo cada vez mais degradada, geograficamente isolada e segregada” (Pereira, s/d, p. 144).

Com geograficamente isolada, o que se pretende deixar claro é que a habitação social foi construída nas zonas mais periféricas da cidade, afastando a possibilidade da população habitar no centro. O aumento do número de pessoas a residir neste tipo de condições precárias leva à deterioração do tecido social (Cruz, 1998, citado por Pereira, 2009). Desta forma, compreende-se que a habitação social é um bem essencial e básico para a sobrevivência dos sujeitos e um indicador de desigualdade social. Isto porque a deterioração que é possível verificar nas zonas urbanas é a causa principal da chamada “crise urbana” que se tem vindo a alastrar principalmente nos estratos sociais mais baixos (Pereira, 2009). A habitação social é muito associada às questões da pobreza e da marginalidade, uma vez que, segundo Guerra (1994), quem habita neste tipo de local arrisca-se a ser conotado com uma imagem de marginal, delinquente ou indesejável. Isto só acontece porque quem nestes locais habita é, em grande parte, população já em risco (ou mesmo) de exclusão e marginalidade (Pereira, 2009). O perfil social desta população, segundo Teresa Pinto, é “ (...) geralmente marcada pela combinação de baixos níveis escolares e profissionais, reduzidos recursos económicos e sociais geradores de múltiplas situações de exclusão social” (1994, p.37).

Atentando as características da habitação social na cidade do Porto, compreende-se que ela existe como forma de dar uma assistência mais imediata às populações necessitadas (e com muitas restrições/limitações de acesso) do que para dar resposta ao direito social à habitação, presente na Constituição Portuguesa. Se o direito à habitação surge para que as populações sejam capazes de poder escolher onde querem morar e estabelecer as suas redes, as políticas atuais de habitação social não estão capazes de responder a este direito.

Tendo em consideração que este projeto surgiu do meu envolvimento no Programa Habitar, importa referir que as casas que tive oportunidade de visitar eram habitadas, maioritariamente, por pessoas mais velhas e, por isso mesmo, o projeto acabou por ser desenvolvido com estas pessoas. Deste modo, importa compreender a fase da vida pela qual estão a passar. A Organização Mundial

de Saúde define o envelhecimento como um processo que implica um conjunto de “ (...) modificações físicas e psicológicas ininterruptas à ação do tempo sobre as pessoas” (Araújo, 2001, p. 7). De acordo com Cordeiro (1987), o envelhecimento caracteriza-se como um período de alterações de grandes dimensões, que implicam adaptação às condições de vida mais recentes, sendo estas marcadas pela limitação e pelo sentimento de perda. É uma fase da vida marcada pelo luto que a pessoa mais velha tem que fazer da sua própria imagem, de si como pessoa, como ser social e como membro de uma comunidade (Cordeiro, 1987). Daqui entende-se que o envelhecimento não é um estado, mas sim processo progressivo e que difere de indivíduo para indivíduo. Este processo faz parte do ciclo vital e, sendo variável, é difícil datar o seu começo (Sequeira, 2010).

À fase da vida correspondente à velhice estão, muitas vezes, associadas situações como a viuvez, o desemprego e sentimentos de solidão dolorosos (Freitas, 2011). Por isso, desde 2011 que a Guarda Nacional Republicana (GNR) tem vindo a realizar o chamado “Censos Sénior”, uma iniciativa que permite sinalizar os idosos que vivem sozinhos e/ou isolados no território português. Em 2017 foram sinalizados 45.516 idosos, dos quais 28.279 vivem sozinhos, 5.124 vivem isolados e 3.521 vivem sozinhos e isolados. Na cidade do Porto foram sinalizados 397 idosos do sexo masculino e 790 do sexo feminino. Destes, 188 homens viviam sozinhos, 29 isolados e 15 sozinhos e isolados; 561 mulheres viviam sozinhas, 15 isoladas e 13 sozinhas e isoladas (Fonte: Guarda Nacional Republicana).

Solidão e isolamento não são conceitos sinónimos, podendo o isolamento influenciar o aparecimento de sentimentos de solidão (Freitas, 2011). Não estando a solidão relacionada com o isolamento, a primeira pode resultar de uma forma de relacionamento sentida como insuficiente ou deficiente; o isolamento remete para o afastamento de algo físico (outra pessoa ou de algo) ou psicológico (estado mental de um sujeito que se sente moralmente só ou perdido) (Freitas, 2011). Para atenuar estes sentimentos, a existência de um contacto regular entre o idoso e a família é crucial. Havendo este contacto, o

idoso não se sentirá tão “vazio” e adaptar-se-á mais facilmente à sua nova condição (Pereira, 2008). Segundo um estudo realizado por Sequeira e Silva (2003, citado por Teixeira, 2010), os idosos que mantêm um contacto muito frequente com os seus familiares, revelam uma atitude mais positiva em relação ao próprio envelhecimento, ao contrário daquilo que acontece com os idosos que não têm retaguarda familiar. Os idosos que não possuem esta retaguarda familiar podem estar inseridos no quadro das “situações de crise” (Serrão, Paulo & Lopes, 2014, p. 29). Para colmatar este problema é necessário ativar as redes sociais para um processo de envelhecimento bem-sucedido e saudável, tanto ao nível físico como mental (Serrão, Paulo & Lopes, 2014).

De acordo com Speck (1989, p. 24 citado por Serrão, Paulo & Lopes, 2014, p. 30), “ (...) a rede social é um grupo de pessoas, membros da família, vizinhos, amigos e outras pessoas, com capacidade de aportar uma ajuda e um apoio tão reais como duradouros a um indivíduo ou família”. São um elemento central na forma como o ser humano vive a sua identidade como protagonista, mas durante o processo de envelhecimento, o sujeito vai perdendo papéis na família e na sociedade, deixando de ser um “participante ativo” nas mesmas (Serrão, Paulo & Lopes, 2014, p.29). Ainda, as redes sociais potenciam o apoio social aos níveis emocional, instrumental e/ou outros, bem como se constituem “ (...) como fatores de proteção contra a solidão, o isolamento, a insatisfação, a doença, etc..” (Serrão, Paulo & Lopes, 2014, p. 30). As mesmas autoras referem que não existe consenso relativamente ao número ideal de pessoas que as redes sociais dos idosos devem ter, mas deixam claro que mais importante do que a quantidade é o grau de qualidade dos vínculos estabelecidos com aqueles que compõem a rede (Serrão, Paulo & Lopes, 2014).

A construção e consolidação de redes são processos fortemente ligados à convivência com o outro. O ato de conviver com outros indivíduos pretende significar uma interação recíproca que permita trocas afetivas. Estas trocas afetivas potenciam o desenvolvimento de uma diversidade de papéis, “ (...) alteração e equilíbrio de poder, conjugação de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação.” (Juliano & Yunes,

2014, p. 137). Bowlby (1988, citado por Juliano & Yunes, 2014) defende que uma rede de apoio social e afetiva eficiente permite aos sujeitos mais qualidade nos seus relacionamentos, sentimentos de pertença efetivos a grupos, comunidades e/ou locais, bem como previne situações de violência e o fortalecimento de competências pessoais e sociais. De acordo com Bronfenbrenner (1979, citado por Juliano & Yunes, 2014) a eficácia da rede expressa-se através de reduções significativas de sentimentos de depressão, solidão e desamparo. Na ausência da rede, pode aumentar a vulnerabilidade dos sujeitos face a situações de risco (Bronfenbrenner, 1979, citado por Juliano & Yunes, 2014).

Se a construção de redes implica convivência com outros indivíduos, como já foi referido anteriormente, é pertinente abordar as questões relacionadas com o voluntariado uma vez que, ao longo deste projeto, foi assim que os idosos também viram crescer as suas redes.

O conceito de voluntariado não é consensual, uma vez que “ (...) cada país tem diferentes noções, definições e tradições” (Comissão Europeia, 2011, p. 2). A Organização das Nações Unidas (2002) afirma que o conceito de voluntariado diz respeito a ações realizadas em prol da sociedade como um todo, de livre vontade e sem recompensa monetária. De acordo com Marcos, Parente e Amador (2013, p. 5), em Portugal o voluntariado está legislado como uma “ (...) forma de participação solidária, enquadrada juridicamente como um conjunto de ações realizadas de forma desinteressada, no âmbito de projetos, programas ou outras atividades desenvolvidas sem fins lucrativos, por entidades públicas ou privadas” e tem como papel principal fomentar “ (...) a inclusão social, o emprego, a educação, o desenvolvimento de competências e a cidadania” (Comissão Europeia, 2011, p. 4).

Tendo em consideração o voluntariado que foi realizado ao longo deste projeto, o mesmo pode ser definido em três níveis: institucional, temporal, desempenhos funcionais (Marcos, Parente & Amador, 2013). Ao nível institucional é um voluntariado informal e espontâneo, uma vez que é “Desenvolvido de forma autónoma e individual e sem um vínculo

organizacional. Engloba práticas em torno de redes primárias de solidariedade social referentes ao contexto familiar ou a relações de proximidade e de vizinhança” (Moreno & Yoldi, 2008, citado por Marcos, Parente & Amador, 2013, p. 6). Relativamente à temporalidade do voluntariado neste projeto, este pode ser definido como voluntariado regular, uma vez que implicou o “Exercício do voluntariado com regularidade, no mínimo, mensal” (Delicado, Almeida & Ferrão, 2002, citado por Marcos, Parente & Amador, 2013, p. 6). Por fim, no que diz respeito aos desempenhos funcionais, é um voluntariado de serviços uma vez que “Assegura a prestação de bens ou serviços, garantindo o cumprimento da missão e vocação da organização” (Perrot, 2006, citado por Marcos, Parente & Amador, 2013, p. 6), uma vez que, apesar de ter sido desenvolvido no âmbito de um projeto de mestrado, foi feito com o apoio da Comissão Social de Freguesia do Bonfim que se preocupa com as questões da solidão na terceira idade.

Tal como já foi referido anteriormente, a velhice é normalmente associada a uma fase da vida marcada por perdas, tanto ao nível pessoal como profissional. Contudo, desta fase da vida também advêm muitos aspetos importantes tanto para o idoso como para o campo do desenvolvimento comunitário.

Sendo o desenvolvimento comunitário um processo que prevê o desenvolvimento endógeno das potencialidades de cada um para promover bem-estar social e melhoria da qualidade de vida de uma determinada comunidade (Gómez, Caride & Callejas, 2007), compreende-se que as pessoas mais velhas são agentes de mudança privilegiados. Isto porque estas pessoas já experienciaram e continuam a experienciar diversos papéis ao longo da sua vida, o que lhes permite partilhar a história do meio em que estão inseridos, bem como participar na resolução de problemas de forma mais consciente e madura, contrariando a ideia “ (...) de que os idosos são incapazes de produzir consequências produtivas para a sociedade e para a própria família” (Pinto, 2012, p. 53). Esta participação potencia a valorização do idoso e dos seus saberes, bem como o seu poder de escolha e decisão, no seio de lógicas de

promoção de valores inerentes à cidadania na vida comunitária. Importa perceber que quando se fala em cidadania, está-se a realizar o devido reconhecimento ao significado dessa palavra. Rodrigues (2000, p. 78, citado por Guimarães, 2011, p. 21) afirma que “Ser cidadão é conquistar direitos económicos e sociais, é cumprir com seus deveres. É um exercício individual, mas construído coletivamente, porque somos um ser social, vivemos uma família, um bairro, uma cidade (...)”.

Posto isto, todos os indivíduos de todas as faixas etárias devem estar conscientizados e preparados para o exercício da cidadania. De acordo com Apóstolo (2013), a cidadania é compreendida através de uma tripla junção entre direitos civis, participação política e direitos sociais. O conceito de cidadania envolve outros como “ (...) literacia em saúde, educação, comportamento e estilos de vida, gestão da doença crónica, numa cultura de pro-atividade, compromisso e auto controlo do cidadão, capacitação/participação ativa, para a máxima responsabilidade e autonomia individual e coletiva (empoderamento)” (Apóstolo, 2013, p. 207). O exercício de uma cidadania ativa implica que, neste caso concreto, os idosos, as famílias, a comunidade e as associações assumam a responsabilidade “ (...) de desenvolver a sociedade, através de ações como a participação pública e política, o associativismo, o voluntariado e a filantropia” (Apóstolo, 2013, p. 207).

A promoção da cidadania é inerente à ação socioeducativa da educação social, uma vez que esta procura potenciar nos sujeitos com quem intervém um pensamento reflexivo e crítico, para que se tornem conscientes das suas realidades e sejam sujeitos capazes de transformar a sua vida. Assim, compreende-se que a educação num âmbito mais geral e a educação social a um nível mais particular, ao potenciar a cidadania, tornam-se vias de exercício à participação ativa dos sujeitos nas comunidades.

Sendo os idosos um grupo social que vê o exercício da sua cidadania limitado pelas pressões que a sociedade coloca em acompanhar a sua evolução, torna-se necessário envolver estes sujeitos em processos de conscientização da sua

condição enquanto cidadãos (Miranda, 2013). Ao tomarem consciência de si próprios, dos seus direitos e deveres, dos seus problemas e das suas condições de vida e refletirem criticamente sobre os mesmos de forma a agirem para a mudança das suas realidades, tornam-se indivíduos membros de comunidades potenciadores de cidadania (Miranda, 2013).

## **PARTE II – PROJETO “(DES)ENVOLVER A REDE”**

### **CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

#### **1. AS FREGUESIAS DE CAMPANHÃ E DO BONFIM**

A freguesia de Campanhã, de acordo com Jorge (2005) localiza-se no extremo oriental do concelho do Porto, sendo delimitada a sul pelo rio Douro, a este e a nordeste por Gondomar e a oeste liga-se às freguesias do Bonfim e de Paranhos. A sua área tem pouco mais de 8 km<sup>2</sup> e constitui, assim, a maior freguesia do Porto. É um espaço periférico com características essencialmente rurais, expressas na dimensão material da sua cultura local (Jorge, 2005). Contudo, esta freguesia também apresenta uma realidade urbano-industrial recente, “ (...) potencialmente rápida e agressiva” (Jorge, 2005, p.237). A discrepância entre estes dois modelos fomentou a produção de situações graves tanto do ponto de vista social, como ambiental, arquitetónico e urbanístico. A modernização de Campanhã, através de uma urbanização difusa e da rutura dos núcleos rurais em torno da casa e da família, deu lugar a movimentos migratórios marcados por um forte sentido de marginalidade (Jorge, 2005). É desta forma que surgem os bairros mais ou menos urbanos, em que “ (...) se substituíram as terras agrícolas por blocos para alojar trabalhadores industriais, dando origem a uma população essencialmente emigrante, deslocada do seu lugar de origem, e como tal não tem o sentido de pertença a esta parcela de território periférico” (Jorge, 2005, p.237).

À data de 1900, a freguesia do Bonfim era a mais populosa da cidade do Porto, ultrapassando, assim, Santo Ildefonso, Sé e Cedofeita que em muito lhe eram superiores ao nível da população em 1864. A evolução demográfica do Bonfim caracterizou-se por um crescimento positivo até 1950 e, a partir deste

ano, foi notório o crescimento negativo à exceção dos anos compreendidos entre 1970 e 1981, onde existiu um aumento pouco significativo (Correia, 2009). Este crescimento populacional não aconteceu apenas devido a causas naturais como o aumento da natalidade, mas também graças ao movimento migratório exponencial que se sentiu naquela altura (Pinto, 2011; Correia, 2009). Os crescimentos da freguesia do Bonfim e da cidade do Porto registados até 1925 são contemporâneos no que diz respeito, por um lado, aos problemas de saúde pública (epidemias, salubridade pessoal e social deploráveis) e, por outro, a um crescimento natural muito baixo da população de todo o concelho (Correia, 2009). Este último aspeto remete, mais uma vez, para o papel da migração (Correia, 2009). Em 1890, os habitantes do Bonfim eram, na sua maioria, estranhos à própria freguesia, sendo naturais de locais mais rurais do país e de outras freguesias da cidade do Porto (Correia, 2009) e vinham em busca de trabalho que a cidade fabril oferecia, bem como de melhores salários. A estação ferroviária do Pinheiro de Campanhã era a porta de entrada para o Porto escolhida por estes habitantes (Fernandes, 2003). Contudo, este crescimento excessivo tornou a situação sanitária do Bonfim muito difícil, na medida em que o nível de insalubridade acabou por crescer (Pinto, 2011).

Assalariados, estes novos habitantes acabam por se submeter a habitações com condições precárias, tendo contribuído para a proliferação das “ilhas”, tornando estas particularmente numerosas no Bonfim que, em 1993, alojavam 34% da sua população (Fernandes, 2003). As ilhas, durante muito tempo, foram a forma mais imediata de alojamento e são caracterizadas pela máxima rentabilidade da área dos terrenos e dos investimentos curtos a que estão sujeitas (Gonçalves, 2010). Inicialmente, as ilhas eram construídas na parte de trás das habitações burguesas e constituíam casas pequenas cujo acesso à rua propriamente dita era feito através de um estreito corredor “ (...) construído debaixo das casas que estavam de frente para a rua” (Guerra, 2004, p.118). Posteriormente, realizaram-se intervenções que tornaram as ilhas independentes das casas dos industriais e passaram a ser construídas em zonas mais ou menos extensas da cidade, tanto no interior de quarteirões como à

face da rua (Guerra, 2004). Uma característica comum destas ilhas era a sua precariedade enquanto espaço de habitação (Guerra, 2004). A partir de 1850, os problemas originados por este tipo de alojamento começaram a tornar-se alarmantes e dá-se início à amplificação da questão social da habitação pelas más condições de habitabilidade e de salubridade que as ilhas potenciavam (Guerra, 2004). Esta amplificação diz respeito à problemática das condições de habitação e da vivência do operariado na cidade do Porto no início do século XX. Problemática esta que levou a elevadas taxas de mortalidade e epidemias, associada às condições oferecidas por estas ilhas (Guerra, 2004). Estas condições são elucidadas, claramente, por Fintas (1998, p.53, citado por Pinto, 2001, p.69) quando afirma que “ (...) as condições técnicas das construções eram deficientes, os materiais precários, os espaços mínimos, as casas pequenas, mal ventiladas e iluminadas, com utilização comum de certas áreas e equipamentos que faziam acentuar a questão da insalubridade e da pobreza humana”.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2014), a freguesia do Bonfim possuía, em 2011, 24.265 habitantes (10.674 homens e 13.591 mulheres), tornando-se, assim, a quarta freguesia do porto mais povoada. Comparando este número com o ano de 2001, é possível concluir que existem cerca de menos 4.000 habitantes. Este facto, de acordo com a análise social realizada pela Junta de Freguesia do Bonfim (2014, p.2) “ (...) poderá estar relacionada[o] com a degradação das habitações, a falta de investimento na reabilitação urbana e, conseqüentemente, com valores de arrendamento muito elevados”. Esta análise realizada pela JFB vai ao encontro daquilo a que o programa Habitar se propõe, como irei abordar no próximo capítulo. Como os três aspetos concluídos estão relacionados com a habitação, torna-se importante perceber como é que esta é vivida no Bonfim e o que é que a influencia.

Desta forma, e ainda de acordo com os dados obtidos através dos Censos 2011, o INE (2014) refere que 5.087 famílias do Bonfim estão alojadas em casas das quais são proprietárias. Um número bastante semelhante é atribuído às

famílias que vivem em casas arrendadas ou subarrendadas (4.981). As casas subarrendadas são aquelas que são arrendadas por alguém que promove o arrendamento da mesma a outro sujeito/entidade, com o objetivo de ganhar dinheiro através da diferença do valor da renda ao proprietário e a renda recebida pelo utilizador do imóvel. Estes dois últimos valores correspondem a indivíduos que vivem em alojamentos clássicos. Contudo, também é possível identificar residentes que habitam em alojamentos não clássicos, como improvisados (882 pessoas) e habitações móveis (523 pessoas). Ainda, alguns bonfinenses habitam em alojamentos coletivos que englobam “estabelecimentos hoteleiros ou similares” e “alojamentos de convivência”, onde foram identificados um total de 179 pessoas. Por fim, percebe-se ainda que existem 55 famílias que são “proprietário em propriedade coletiva” e 615 que vivem em “outras situações”.

Do número total de habitantes, 6.584 são considerados idosos porque têm idade igual ou superior a 65 anos e as crianças e jovens correspondem a 4.879. São 8.799 os habitantes economicamente ativos e 1.823 o número de residentes desempregados. Relativamente à ocupação, é possível perceber que a maioria dos habitantes (32%) trabalha em serviços, 5% trabalha na indústria e 12% noutras áreas. Finalmente, no que diz respeito à escolarização e analfabetismo, no Bonfim o número mais elevado diz respeito aos residentes com ensino superior (6.491) e o mais baixo é aquele que concerne ao ensino pós-secundário (188). A taxa de analfabetismo corresponde a 2,76% (INE, 2014).

Relativamente à freguesia de Campanhã, e de acordo com dados fornecidos pelo INE (2014), residem cerca de 32.659 habitantes que constituem 13.131 famílias, das quais 8.552 estão distribuídas pelos 14 bairros municipais da freguesia num total de 3.668 fogos. Destes habitantes, 7.524 tem idade igual ou superior a 65 anos e 7.744 é o número correspondente às crianças e jovens. No que diz respeito ao exercício de funções, cerca de 42% da população residente é economicamente ativa e 24% está desempregada. 47% dos rendimentos dos habitantes de Campanhã provêm de reformas e pensões, do

trabalho apenas são provenientes 24% dos rendimentos. Relativamente ao desemprego, 13% são subsidiários do Rendimento Social de Inserção e 6% beneficia do Subsídio Social de Desemprego (INE, 2014). Nesta freguesia existem 16.431 alojamentos familiares, sendo 16.361 alojamentos clássicos. Dos alojamentos de Campanhã, em 4.626 o residente é proprietário ou coproprietário, em 336 os alojamentos são de propriedade coletiva e em 7.202 são arrendados ou subarrendados. 599 pessoas habitam naquilo que é considerado “outra situação” (INE, 2014). Por fim, no que diz respeito à escolaridade e analfabetismo, em Campanhã o nível escolar que mais prevalece é o 1º ciclo, havendo 12.056 habitantes com esse grau de estudos. Com ensino superior são apenas 3.808 os habitantes. A taxa de analfabetismo ronda os 4,61% (INE, 2014).

Foram caracterizadas estas duas freguesias pois é nestes locais que o programa Habitar tem incidência, tendo começado por intervir no Bonfim e, posteriormente, avançado para Campanhã. Como estar em projeto engloba tudo aquilo que é feito desde a análise da realidade à avaliação de todo o percurso realizado, importa clarificar que o presente documento diz respeito ao projeto desenvolvido desde o primeiro contacto com o Habitar em julho de 2016. É, por este motivo, que importa analisar socialmente estas duas freguesias. Campanhã possui um maior número de habitantes, mas é no Bonfim que é mais elevado o número de moradores proprietários das suas próprias casas. Em Campanhã o número de arrendamentos e subarrendamentos é maior e é nesta freguesia que se encontra o maior número de idosos, crianças e jovens. Contudo, é também em Campanhã que a taxa de desemprego é maior, embora corresponda a menos pessoas do que no Bonfim (1.759 desempregados em Campanhã e 1.823 no Bonfim). É em Campanhã que existe um maior nível de escolaridade mas também a maior taxa de analfabetismo, comparativamente ao Bonfim. As taxas de desemprego, o analfabetismo e a ainda baixa escolarização presentes nestas duas freguesias configuram uma zona urbana de vulnerabilidade social. Associado a isto, a prevalência de casas devolutas acentua ainda mais esta vulnerabilidade.

## 2. O PROGRAMA HABITAR

Para compreender melhor o que era o Programa Habitar foi necessário realizar entrevistas semi-diretivas e conversas intencionais, uma vez que não existia nenhum documento escrito que clarificasse o que era este projeto.

Quando questionado sobre o surgimento do Habitar, o arquiteto respondeu que o Programa nasceu para dar resposta ao sentimento de inquietação de possuía relativamente à “ (...) necessidade de o arquiteto puder ser útil para, para um número de pessoas mais abrangentes” (Cf. Apêndice II). Isto porque a arquitetura é normalmente associada, tal como o próprio afirma, “ao luxo” e era contra esta ideia que queria lutar. O Habitar tornou-se, assim, um projeto muito pessoal para este arquiteto pois “ (...) sendo a habitação um direito básico, não fazia sentido que isto continuasse a ser assim portanto existia uma componente pessoal de querer tornar a minha profissão numa coisa útil para mais pessoas” (Cf. Apêndice II). Tendo em conta as afirmações do arquiteto, é impossível não me questionar sobre o facto de um projeto surgir devido a inquietações pessoais de um único indivíduo. De acordo com Gómez, Caride & Callejas (2007), um processo que vise promover o desenvolvimento e a luta por um direito fundamental – neste caso, a habitação – deve atuar evitando a alienação das populações e proporcionando a satisfação das suas necessidades, necessidades estas que acabam por influenciar o seu bem-estar e o nível de qualidade de vida. Mais importante ainda é que os processos de transformação das realidades sejam protagonizados pelas pessoas que se identificam com os problemas (Gómez, Caride & Callejas, 2007). Ainda, de acordo com Boutinet (1990), está-se perante uma tensão entre as lógicas individuais e coletivas do projeto. Tendo o Habitar surgido de uma inquietação pessoal, segundo Boutinet (1990), compreende-se que este fator é “ (...) impotente[s] para conduzir um projeto” (p284). O autor acrescenta que todos os projetos individuais são indissociáveis do reconhecimento social que é responsável por autenticá-los: “ (...) reside aí a precaução da dimensão coletiva de qualquer projeto individual” (Boutinet, 1990, p.284). Também se torna importante

deixar claro outro aspeto com o qual o autor de um projeto deve aprender a lidar. Sobre isto, Boutinet (1990, p.284) refere que o autor deve “ (...) contar com um ambiente de actores ocupando posições variadas: pessoas que funcionam como recurso, que se orientam no sentido do projeto, pessoas confrontantes, que vão contrariar os desígnios do autor, actores indiferentes, que opõem a sua força de inércia”. Estando consciente disto, o autor acaba por conferir mais consistência ao seu projeto (Boutinet, 1990).

Este desejo pessoal, associado a um trabalho que estava a desenvolver para “ (...) salvar um bairro lá na cidade de Valencia no El Cabanyal” (Cf. Apêndice II) fê-lo compreender que os projetos de arquitetura serviam para apoiar projetos políticos, mais do que identificar os moradores como principais transformadores da realidade em que estão inseridos. Quando terminou a sua participação neste projeto em Valencia, veio para o Porto estudar o 25 de abril e acabou por se interessar pelos problemas que existiam nessa altura e que se mantinham na atualidade, ou seja, os problemas inerentes à habitação em ilha e a pobreza urbana que se fazia sentir. A sua intervenção foi realizada na Rua de São Vítor, uma rua caracterizada pela existência de várias ilhas. No final da mesma, um elemento da Junta de Freguesia do Bonfim, tal como o próprio afirmou, “ (...) convidou-me para fazer alguma proposta em matéria de habitação e eu pensei que aquilo que eu tinha escrito na tese, que era... “Se nós queremos melhorar a situação de alojamento das pessoas com os recursos a solução não está no estirador do arquiteto, a solução está nas redes sociais que participam na produção do... do espaço urbano” (Cf. Apêndice II). Este estudo foi entregue na JFB em janeiro de 2015 mas só em abril é que o arquiteto obteve um aval positivo para começar a trabalhar. Durante o trabalho produzido em seis meses, este arquiteto concluiu que existiam mais de 2.000 fogos desabitados em mais de 600 imóveis em toda a freguesia. Para a Junta poder pagar este estudo prévio, foi preciso que se criasse uma associação. Esta denominava-se por “114 A” e era constituída por este arquiteto e outros indivíduos que também precisavam de estar associados para verem os seus

trabalhos remunerados. Foi a esta associação que o Programa Habitar se alicerçou, inicialmente.

Durante o período de tempo em que estive a trabalhar na JFB, este arquiteto foi informado da existência de uma pessoa que andava à procura de informação relativa a financiamentos existentes para intervir no espaço público da ilha em que morava. Quando contactou pessoalmente com aquela pessoa, não fazia ideia de qual era a sua formação de base mas, durante a entrevista, garantiu que, desde cedo, “ (...) o próprio discurso já tinha muitos pontos em comum com aquilo que eu tinha estudado na tese: falou-se muito em relações de poder, falou-se muito na interação das pessoas e... aos poucos olha [...] encontrámos uma certa afinidade pessoal, intelectual e até de compromisso com certas coisas que nos chateavam da... da vida quotidiana, não é?” (Cf. Apêndice II). Esta pessoa era uma educadora social que fazia parte de uma associação chamada “Espaços”, associação esta que estava naquele momento à procura de um local para se estabelecer. Esta associação propunha-se a “ (...) prestar serviços à comunidade, que promovam a igualdade de género, a criatividade e o reconhecimento social e o ecodesenvolvimento, visando a criação de condições de vida e de trabalho humanizantes” (cf. Anexo I). Ainda, esta associação “ (...) visa dar um contributo na resolução de problemas sociais, combatendo atitudes e comportamentos discriminatórios contra as pessoas com base no sexo, ascendência, raça, etnia, cultura, língua, território de origem, religião, convicções, políticas ou ideológicas, capacidades, idade, orientação sexual, identidade de género, instrução, situação económica e/ou condição social” (cf. Anexo I).

Nesta altura, o Habitar já tinha realizado um processo de mediação com o proprietário de um andar bastante degradado em que tinha ficado estabelecido que o Habitar não pagaria renda em troca de alguma melhoria e manutenção do espaço. Desta forma, o Habitar passou a partilhar o local de trabalho com a Associação Espaços, mas só estabeleceu uma efetiva parceria com a profissional de educação social, tornando-a, assim, a cofundadora do projeto.

Através de conversas intencionais com os responsáveis pelo projeto, compreendeu-se que o Habitar tem como foco principal o aumento da qualidade da habitação. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo nº XXV, e tal como já foi referido anteriormente, todos os seres humanos têm direito a uma habitação digna que lhes possa fomentar saúde e bem-estar (ONU, 2009). Ser abastecida com água potável e saneamento são duas características intrinsecamente ligadas à habitação. Estatísticas fornecidas pela Organização Mundial de Saúde mostram que 1,2 biliões de habitantes de países em desenvolvimento não têm acesso a água potável e 1,8 biliões não possuem saneamento (ONU, 2002). Posto isto, compreende-se a necessidade de assegurar o direito à habitação condigna também em Portugal, uma vez que pude verificar isto em alguns lugares que visitei.

A equipa do Habitar era composta, inicialmente, por nove elementos: na coordenação do projeto, um arquiteto e uma educadora social; na dimensão técnica, três estudantes de arquitetura, uma arquiteta, duas mestrandas de educação e intervenção social e uma advogada. Durante o período em que este projeto de intervenção foi desenvolvido, o Habitar pôde contar com o apoio de alguns voluntários que se foram interessando pelo projeto, nomeadamente arquitetos e estudantes de engenharia. Tal como todos os processos, também a equipa técnica do Habitar foi sofrendo alterações, como o fim do trabalho realizado com a advogada.

Para dar resposta aos seus objetivos, o Habitar desenvolve várias estratégias e ferramentas como: informar a população e os agentes sociais e económicos do Bonfim e de Campanhã sobre os programas de financiamento e medidas de apoio existentes para a reabilitação urbana, dando prioridade aos proprietários com capacidade económica frágil; criar bolsas de inquilinos, senhorios e agentes sociais e económicos para originar soluções de compra e arrendamento a custo justo, bem como a reabilitação do edificado; propor estratégias alternativas de compra e arrendamento orientadas para populações não fragilizadas numa perspetiva não concorrencial ao que já existe no mercado; criar postos de trabalho locais através da reabilitação do edificado

(Cf. Anexo II – Protocolo de implementação). Com o passar dos meses, o Habitar conseguiu promover formação certificada em construção de obra, através de parcerias estabelecidas com o CICOPPN – Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte – e com as Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, neste caso mais concretamente com os respetivos Gabinetes de Inserção Profissional. Esta formação era destinada a desempregados inscritos no Centro de Emprego e visava a capacitação de habitantes das freguesias para que, posteriormente, pudessem fazer parte das intervenções físicas realizadas pelo Habitar e fosse potenciada a empregabilidade local. Esta participação ficava ao cargo das empresas de construção que trabalhassem com o Habitar que, desde o início, tinham de concordar com a inserção destes profissionais.

Até ao dia 31 de Outubro de 2016, o Habitar usufruiu de uma parceria com a Junta de Freguesia do Bonfim que incluía a cedência de um gabinete para atendimento do público e o pagamento de 500€ mensais para a concretização do projeto. Neste gabinete eram realizados alguns dos primeiros contactos com os interessados que permitiam perceber a possibilidade de intervenção. Estes interessados podiam ser inquilinos ou proprietários. A forma de chegada ao gabinete era bastante diversificada. Algumas pessoas tomavam conhecimento do projeto através da comunicação social e dirigiam-se diretamente ao mesmo para verem esclarecidas as suas dúvidas. Outras foram previamente sinalizadas pela Junta de Freguesia do Bonfim e encaminhadas para o Habitar para que pudesse conhecer o caso, visitar o terreno e perceber se existiria alguma forma de apoiar o utente ou colmatar alguma necessidade habitacional ou social. A partir daqui, cada caso era coordenado pela equipa do Habitar que fazia a ponte entre o conhecimento da realidade e as ferramentas existentes para a reabilitação urbana. Estas ferramentas são constituídas por programas como o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – e as ARU – Áreas de Reabilitação Urbana –, por exemplo. O IHRU “ (...) é um instituto público de regime especial e de gestão participada, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património

próprio”, que concede “ (...) participações e empréstimos, com ou sem bonificação de juros, destinados ao financiamento de ações de natureza pública, privada ou cooperativa, designadamente relativos à aquisição, construção e reabilitação de imóveis e à reabilitação urbana, gere a concessão pelo Estado de bonificações de juros aos empréstimos e, quando necessário, presta garantias em relação a operações de financiamento da habitação de interesse social e da reabilitação urbana, e pode participar em sociedades, fundos de investimentos imobiliário, consórcios, parcerias público-privadas e outras formas de associação que prossigam fins na sua área de intervenção, dos quais se destacam as sociedades de reabilitação urbana” (Fonte: Portal da Habitação). O Habitar dá a conhecer esta ferramenta aos proprietários com o objetivo de estes obterem financiamento para a realização das obras nos edifícios, conseguindo obter até 80% do mesmo. Desta forma, pagam os cerca de 20% restantes e a “dívida” que acumulam é paga através dos valores obtidos pelos arrendamentos realizados, tendo estes que ser sob a forma de custos controlados. Deverá ser mantido por cinco anos este regime de renda condicionada nos fogos arrendados (Fonte: Portal da Habitação). Esta ferramenta devia ser mobilizada aquando do contacto de proprietários mas não é isso que, geralmente, acontece no Habitar. O mais usual é o programa ser contactado por inquilinos insatisfeitos com as condições em que habitam e, após se tomar conhecimento destas condições, é feito um contacto com o proprietário para tentar mediar a situação e dá-se-lhe a conhecer o IHRU.

As ARU's têm como objetivos requalificar os tecidos urbanos, através da “ (...) beneficiação dos espaços coletivos e do incremento das condições de acessibilidade e de transporte de bens e pessoas”; desenvolver a atração de novos habitantes e melhorar a qualidade de vida dos atuais residentes, dando especial atenção à existência de equipamentos de “ (...) apoio à vida doméstica, à educação, ao desporto e à saúde”; dinamizar as atividades económicas, principalmente aquelas ligadas ao “ (...) turismo e ao lazer, à criatividade urbana, à cultura, ao comércio local e aos serviços de proximidade”; valorizar património que caracteriza a cidade, “ (...) com relevo para a proteção e

conservação da paisagem urbana consolidada, dos espaços verdes, dos edifícios e conjuntos monumentais e dos sistemas arquitetónicos, materiais e técnicas construtivas que caracterizam e dão substância ao edificado corrente” (Câmara Municipal do Porto, 2014, p.6). As ARU’s seriam uma boa ferramenta para a reabilitação urbana mas não são muito utilizadas porque as populações não possuem conhecimento sobre as mesmas.

Através do envolvimento nos processos, concluiu-se que parte das pessoas que contactavam o Habitar fazia-o com o interesse de melhorar a qualidade da habitação e já ia à procura de formas alternativas de o fazer. Contudo, também existiam casos de inquilinos que contactavam o programa porque não conseguiam estabelecer uma comunicação positiva com os seus senhorios e procuravam no projeto as ferramentas necessárias para o fazer.

Ainda de acordo com a informação obtida através da observação participante e de conversas intencionais, foi possível compreender que quanto maior fosse o conhecimento da realidade, mais facilmente se conseguiria criar a bolsa de inquilinos, proprietários e agentes sociais e económicos. Da mesma forma, conhecer as ferramentas de recuperação permitia criar soluções à medida de cada caso em concreto, exponenciando o impacto no território e permitindo o uso de recursos próprios (como, por exemplo, o aproveitamento das capacidades dos indivíduos que procuram o projeto tal como saber pintar paredes, colocar telhas, etc.).

Devido a algumas divergências entre os elementos constituintes da associação “114 A” e ao facto de os ideais desta associação não irem ao encontro daqueles que o programa promovia e seguia, o Habitar deixou de ser um projeto associado a esta última. Desta forma, surgiu a “Relatos Quotidianos”, uma associação composta pela maioria dos elementos do Habitar, passando este último a ser uma iniciativa levada a cabo por esta associação. Esta associação, ao contrário da “114 A”, tinha como objetivo a “ (...) promoção de cidadanias ativas e de uma sociedade inclusiva através da dinamização inovadora e alternativa dos recursos urbanos materiais e imateriais. Como linhas de ação específicas estabelecem-se a criação do

conhecimento relevante e contextualizado para identificar e potenciar os recursos do território; o desenvolvimento de processos formativos adequados para a qualificação de agentes urbanos em lógicas de intervenção alternativas, inovadoras e sustentáveis, e a disponibilização de assistência técnica para a promoção de intervenções através das quais o edificado se converta de objeto de disputa em elemento de coesão social”, tornando-se, assim, uma melhor referência para o Habitar. (Cf. Anexo III, pp. 2-3).

O protocolo entre o Habitar e a JFB terminava no final do mês de outubro de 2016 e antes de isso acontecer, a equipa do Habitar já pensava na sustentabilidade do projeto tendo, por isso, contactado com a Câmara Municipal do Porto (CMP) para perceber se esta teria interesse em avançar com uma candidatura ao UIA – Urban Innovative Action – com este projeto. A CMP demonstrou interesse e propôs a realização de uma reunião com os coordenadores do Habitar com o objetivo de este projeto alargar o seu território de intervenção para Campanhã, uma vez que as candidaturas ao UIA requerem espaços territoriais com população igual ou superior a 50.000 habitantes.

Foi por causa da candidatura ao UIA que se formalizou a parceria entre o Habitar, as Juntas de Freguesia e a CMP. A proposta de protocolo tripartido foi elaborada pelos elementos da coordenação do Habitar e aceite por todas as partes. Os presidentes das juntas consideraram que, uma vez que foi a CMP a dar o aval e a incentivar a execução do programa Habitar, era a CMP que tinha de o financiar. Como todos os processos de carácter burocrático, este levou algum tempo a ser concretizado e só em janeiro de 2017 é que se chegou a uma posição de compromisso. Desta forma, ficou assente que a CMP financiaria um serviço concomitante à concretização do protocolo com as Juntas e estas últimas realizariam o que consta no protocolo (Cf. Anexo II).

No que diz respeito ao trabalho proposto pela CMP, a equipa do Programa Habitar percebeu que este iria para além do que o Programa é, uma vez que estaria a realizar um serviço que não fazia parte da sua génese inicial. Contudo, os elementos que constituem este projeto perceberam as mais-valias que

poderiam retirar deste trabalho, no sentido de aumentar o conhecimento a cerca da realidade das ilhas da sua zona de intervenção, bem como para obter algum financiamento.

Importa referir que a análise da realidade é um processo constante e que, por isso, parte do conhecimento relevante para a realização do projeto foi adquirido durante o mesmo. Isto porque a realidade é mutável e foi necessário adaptar o projeto às alterações que a envolvente ia sofrendo. Desta forma, durante o subcapítulo referente ao desenvolvimento do projeto e avaliação do processo, será realizada a caracterização de participantes do projeto que só se vieram a conhecer já durante o desenvolvimento do mesmo.

## **CAPÍTULO 2 – REALIZAÇÃO DO PROJETO**

### **1. ANÁLISE DA REALIDADE**

Tal como exposto anteriormente, todo este processo de análise da realidade começou no verão de 2016. Quando ingressei no programa, muito pouca era a informação que tinha a cerca das questões relativas à habitação; apenas tinha conhecimento de que as rendas eram elevadas.

Inicialmente, o meu trabalho no programa consistiu em realizar visitas ao domicílio das pessoas que contactavam o Habitar ou daquelas que estavam sinalizadas pelo Gabinete de Ação Social (GAS) da JFB. Esta articulação entre o Habitar e o GAS surgiu precisamente para ter um diagnóstico mais ajustado à realidade da perceção pouco sustentada acerca das condições de habitação dos utentes do GAS. Os contactos às pessoas sinalizadas foram realizados pela ordem de urgência de intervenção segundo a análise da JFB. Ou seja, começou-se pelos que estavam mais degradados e foi possível perceber que nem sempre era isto que acontecia. Entendeu-se, então, que a sinalização era feita não só por motivos habitacionais, mas também sociais, económicos e/ou psicológicos o que, por vezes, fez concluir que as casas estavam em bom estado, aptas para serem habitadas; estes casos não se tornavam, então, casos de intervenção para o Habitar. Em contrapartida, alguns processos sinalizados pela Junta podiam ser apoiados de alguma forma pelo Habitar e foi, também através deste processo, que o programa começou a ter “casos” para intervir.

Estas visitas eram realizadas com, pelo menos, um elemento da área da arquitetura e, várias vezes, com a minha colega de mestrado. Esta equipa – ou brigada mista, como é denominada entre os elementos do programa – tornou as visitas mais eficientes. Por um lado, os elementos da equipa da área social procuravam dialogar com os moradores e fazer o levantamento social do agregado; por outro, enquanto estes diálogos existiam, os arquitetos ficavam

livres para analisar o nível de degradação e de salubridade da habitação, bem como para realizar medições, desenhos e anotações técnicas. Destes casos em que o Habitar começou a intervir, alguns ficaram sob a minha responsabilidade e foi a partir daqui que comecei a ter contacto com os participantes do projeto.

Para que existisse esta efetiva eficiência do trabalho em brigada mista e para ir progredindo para uma intervenção cada vez mais integrada por parte da equipa e de cada um na sua individualidade, todos os elementos que a constituíam participaram num “curso de verão” de 24 horas. Este curso foi potenciado pela Associação Espaços e visava a formação de agentes de intervenção socio-espacial. O curso tinha vários objetivos como o de todos sermos capazes de identificar patologias construtivas e necessidades de intervenção a partir de situações reais; reconhecer as dinâmicas sociais e as necessidades de intervenção social integradas nos processos de intervenção habitacional; e, por fim, conhecer e utilizar, de forma integrada, instrumentos e estratégias para recolha, registo e análise de informação relevante para as intervenções. Ou seja, o curso pretendia criar uma equipa mais integrada. Através deste curso fui capaz de visualizar os diferentes tipos de patologia, aprendendo a distinguir, por exemplo, níveis de humidade, o material em que são feitas algumas paredes e quais as paredes que são a base do edificado. Através da experimentação, adquiri conhecimento sobre a forma como são feitas as medições arquitetónicas de um espaço, tornando-me, assim, capaz de apoiar o arquiteto que faça o levantamento físico durante as visitas domiciliárias. Em contrapartida, os elementos da área da arquitetura foram confrontados com uma explicação de como se faz a identificação de problemas e necessidades dos sujeitos, bem como tiveram a oportunidade de explorar como é que é feita a apropriação do espaço por estes últimos. Em suma, considero que este curso foi uma mais-valia, na medida que permitiu que fôssemos capazes de compreender a necessidade do trabalho interdisciplinar. A formação em educação social procura preparar o profissional “ (...) o trabalho interdisciplinar e para a intervenção em contextos variados” (Correia, Martins, Azevedo & Delgado, 2014, p.6). Carvalho e Baptista (2004), acrescentam que o

trabalho do educador social será tanto mais profícuo quanto mais for integrado em equipas multi e interdisciplinares.

Com o passar do tempo e com o aumento do número de pessoas interessadas em recorrer ao Habitar, foi possível identificar sujeitos com interesses e necessidades comuns, que constituíram um grupo interessado numa forma alternativa de habitação e de acesso à mesma. Desta forma, foram promovidos encontros que permitiram que todos se conhecessem e percebessem o que existia em comum entre si. A título de exemplo, destes encontros surgiram famílias que gostariam de comprar um edifício com jardim nas traseiras, ficando uma delas no rés-do-chão e outra no primeiro andar, partilhando o espaço verde para os seus filhos e animais brincarem; também pensaram em dividir uma sala para máquinas para lavar roupa, estender e passar a ferro, poupando esse espaço dentro das próprias casas. Além da necessidade de habitação, estes cooperativistas também tinham interesse em procurar um lugar onde pudessem exercer as suas funções profissionais. Desta forma, surgiu outro grupo de pessoas interessado em reabilitar um grande armazém na zona de Campanhã que servisse as necessidades de todos e que pudesse ser partilhado de forma a diminuir os custos do arrendamento do espaço. Tanto a reabilitação de edifícios para habitar, como a dos armazéns são processos morosos que implicam bastante burocracia e tendo tantas pessoas interessadas demora a conseguir atingir um consenso comum. Ainda, o tempo que o Habitar esteve estagnado entre o fim de um protocolo e o início de outro, provocou também que este processo de coabitação e de arrendamento comum de um armazém atrasasse. Isto porque o programa pouco podia garantir aos interessados, uma vez que se encontrava em processo de reformulação com as juntas de freguesia e com a CMP. Quando o protocolo entre o Habitar, as Juntas e a CMP foi aprovado, recomeçou-se todo este processo relacionado com os cooperativistas. Desta forma, importa salientar, além dos desafios provocados pela burocracia, os desafios relacionados com os processos de participação dos intervenientes. Não tendo estado ativamente presente nesta vertente de intervenção do Habitar, pude compreender que este era um processo que se

desejava participado por todos os interessados; que fossem eles a definir as suas vontades e os objetivos que tinham de atingir para alcançá-las; que todos fossem capazes de fazer ouvir as suas perspetivas nas reuniões realizadas em grupo. Inicialmente, o grupo tinha pouco contacto entre si em momentos que não fossem a reuniões potenciadas pelo Habitar, por isso a sua participação era limitada. Quando a equipa do programa que estava a trabalhar mais ativamente com estas pessoas percebeu isto, procurou criar uma plataforma online onde todos pudessem interagir mais facilmente. Como o contacto não resultava por e-mail, a equipa optou por utilizar a plataforma Trello, que permitiu que todos tivessem acesso a toda a informação e ao estado atual dos procedimentos.

Para estar ainda mais envolvido nas questões relacionadas com o Bonfim, o Habitar sempre foi uma associação integrante e ativa da Comissão Social de Freguesia. Desta forma, tive a possibilidade de estar presente nas reuniões mensais desta Comissão. Estas reuniões eram realizadas em três fases: uma primeira que consistia em dialogar em grande grupo para aprovar a ata da reunião anterior, bem como para conhecer associações e instituições da freguesia que quisessem fazer parte desta comissão; num segundo momento, as instituições dividiam-se em três grupos, sendo eles “Isolamento social”, “Educação e formação” e “Cidadania e ativação comunitária” onde eram discutidas questões e alternativas para colmatar problemas e necessidades nestas três áreas de intervenção; por fim, no último momento, todos os representantes das instituições que fazem parte da Comissão Social de Freguesia voltavam a reunir com o senhor Presidente da Junta e, cada grupo, apresentava o que tinha estado a discutir e quais as decisões que tinham tomado. De acordo com o regulamento interno da Comissão Social de Freguesia, é o Presidente da JFB ou alguém identificado por ele para o representar, que tem o dever de dar início e terminar todas as reuniões (Cf. Anexo IV). Durante estas reuniões representei o Habitar no grupo que dizia respeito à luta contra o isolamento social dos idosos pois, além de esta ser uma questão do meu interesse enquanto profissional, identifiquei-me com ela na

medida em que, ao longo do trabalho realizado enquanto estagiária do Habitar, foi com esta faixa etária que mais contactei e este foi um dos problemas que mais foi identificado pelos idosos.

Para combater o isolamento, a ideia do grupo era visitar os idosos no dia do seu aniversário. Refletindo sobre o que ouvira conclui imediatamente que não é uma visita por ano que vai fazer com que os idosos se sintam menos isolados, podendo até estas visitas fazer com que aumente este sentimento. Da mesma forma, também podem existir idosos que nem gostem de festejar o aniversário, por exemplo. É preciso pensar outras soluções. Por este motivo, numa das reuniões, acabei por demonstrar o meu parecer perante os restantes elementos constitutivos do grupo de combate ao isolamento social da Comissão Social de Freguesia. Partilhei, então, que seria mais pertinente formar equipas que realizassem visitas domiciliárias aos idosos, pelo menos uma vez por semana, de forma a ser possível acompanhar efetivamente o seu estado de saúde e a perceber quais as suas necessidades. A ideia era que estas equipas fossem formadas por alunos do ensino secundário (das escolas do Bonfim) que fossem sensíveis a este problema tão evidente na freguesia. Estes alunos seriam informados do projeto e se demonstrassem interesse inscreviam-se e formavam-se pequenas equipas para visitar os idosos. Estas equipas seriam, então, formadas por estes alunos e por um adulto responsável que já conhecesse a história do idoso em questão. A ideia foi apreciada por todos os elementos que estavam presentes na reunião e foi, posteriormente, apresentada ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim que também deu o seu aval de forma positiva e propôs que se começasse de imediato a investir neste projeto.

Ainda relativamente ao combate do isolamento social dos idosos, mas já fora do contexto da Comissão Social de Freguesia, também foi possível perceber o interesse de alguns sujeitos que usufruem do Abrigo Noturno da AMI – Assistência Médica Internacional – em realizar acompanhamento a estas pessoas mais idosas, em conversas intencionais comigo. Estes sujeitos propuseram até duas alternativas: fazer o acompanhamento semanal e apoiar

o idoso na ida às compras, ao médico e a outros locais, como também fazer isto tudo em troca de abrigo. O objetivo destes sujeitos seria viver com estes idosos mais isolados, fazer-lhes companhia e ajudá-los no que fosse preciso, podendo usufruir de um espaço para viver. Isto porque, tal como me disseram, “é muito difícil arranjar trabalho quando dizemos que a nossa morada é o abrigo noturno” (Sr. A). A AMI é uma das instituições que pertencem à Comissão Social de Freguesia do Bonfim, contudo esta hipótese de combate ao isolamento dos idosos nunca foi colocada nas reuniões em que estive presente, nem tenho conhecimento de ter sido colocada anteriormente. Considero que tal não tenha acontecido devido aos obstáculos existentes, obstáculos estes de natureza relacional e social, associados ao estigma presente na sociedade não considera “normal” este tipo de coabitação e ajuda mútua.

De acordo com Boutinet (1990, p. 260), a análise da realidade permite identificar “ (...) os diferentes parâmetros a partir dos quais será pensado e concebido o dito projeto”. Desta forma, um projeto consiste “ (...) na tomada em consideração das faltas, das carências, zonas de incerteza, insuficiências, disfunções observadas, constrangimentos e obstáculos, uns considerados inultrapassáveis, os outros considerados ultrapassáveis segundo condições a especificar” (Boutinet, 1990, p. 261).

Apesar de este projeto ter sido realizado no âmbito de um programa fortemente ligado à habitação, os problemas identificados vão para além daqueles que se podem encontrar em quatro paredes e, por isso, é preciso formular alternativas para os tentar suprir.

Um projeto no âmbito da Educação e Intervenção Social constrói-se e desenvolve-se a partir de uma inicial identificação de problemas e necessidades com o objetivo de serem colmatados, através de um trabalho contínuo realizado com as pessoas para que as mesmas consigam transformar a sua realidade, ultrapassando os seus problemas (Serrano, 2008).

Uma das primeiras fragilidades identificadas pelos inquilinos com quem contactei foi a falta de informação sobre os seus direitos e deveres, mais propriamente sobre a importância de manter um contrato de arrendamento

regularizado e atualizado. Apesar de, quando questionados sobre o estado dos contratos, afirmarem que estava “tudo em ordem” (Sra. M.), quando analisei o documento com os próprios, foi possível perceber que nem tudo estava assim tão bem. Este problema foi, inicialmente, identificado com uma senhora que recorreu ao Habitar, mas rapidamente se expandiu a outros vizinhos com os quais pude contactar. Também questões relacionadas com a necessidade de obras nas casas surgiram na medida em que os inquilinos não tinham conhecimento sobre quem é que as teria que fazer, sendo que na sua perspectiva era o senhorio que tinha de as suportar a todas. Para colmatar este problema, considero que seria necessário que a população, tanto aquela com quem intervimos neste projeto, bem como a população em geral, tivessem acesso à informação necessária de forma mais direta e fácil de compreender. Apesar de existirem locais que apoiam à clarificação destas dúvidas e questões, há populações que não têm conhecimento sobre as mesmas e, por isso, seria necessário espalhar a informação para que a mesma chegasse a todos.

Não são só os inquilinos que têm problemas e que os expressam, mas também os proprietários. Uma grande parte dos proprietários que recorrem ao Habitar, fá-lo porque tem interesse em reabilitar os seus edifícios mas não tem possibilidade financeira para o fazer. Esta impossibilidade pode advir do facto de, por exemplo, muitos inquilinos pagarem rendas que não são atualizadas há muitos anos e que rondam os 15 ou 20€. Esta baixa cobrança não permite que reúnam dinheiro suficiente para realizar as obras e também se veem impossibilitados de aumentar as rendas porque os seus inquilinos afirmam que não podem pagar mais e que “já pagam aquela quantia há 50 anos” (Sra. C). Perante este problema, seria necessário estabelecer uma relação entre os proprietários e os inquilinos através de processos de mediação que permitissem a ambos perceber os problemas que atravessam e encontrar formas conjuntas de os ultrapassar, sem prejudicar nenhuma das partes.

Da mesma forma que fui conhecendo inquilinos durante as visitas domiciliárias, pude também ir conhecendo as suas vidas, os seus quotidianos, o que sentem e o que gostariam que fosse diferente. Através do Habitar visitei

muitas casas em que viviam, ou um casal de idosos ou um idoso sozinho, e as suas preocupações, além das que diziam respeito às relacionadas com o estado da sua habitação, estavam sempre ligadas a sentimentos de solidão. Considero que nestes casos devam ser estudadas e analisadas, com os idosos, as suas redes para tentar potenciar alguma aproximação ou reaproximação que ajude a combater este sentimento, na perspectiva deles, tão negativo. Através da minha integração na Comissão Social de Freguesia, pude ter acesso a outros documentos que permitiram ter conhecimento de que existiam mais idosos nesta situação na freguesia do que aqueles que tinha identificado. Contudo, os que eu tinha identificado estavam também sinalizados pela JFB. Sendo este um problema identificado por tantas instituições da comunidade do Bonfim (as que fazem parte da Comissão), considero que seria necessário beneficiar e trabalhar a/em rede que, apesar de existir, ainda não consegue suprir as necessidades destes idosos.

O maior problema identificado pela população com que pude contactar está, claramente, associado a questões relacionadas com as suas casas, como problemas de infiltração, humidade e telhados estragados. Este é, sem dúvida, o problema que atinge mais sujeitos e é para eles que o Habitar procura trabalhar. Como estagiária de Educação e Intervenção Social, é pouco aquilo que efetivamente posso fazer para colmatar estes problemas. É um trabalho que é realizado em equipa e, no caso concreto destes processos, a minha função é unicamente a de realizar mediação entre proprietários e inquilinos para que estes possam ver as suas necessidades supridas. Desta forma, é necessário que o Habitar continue o seu trabalho de contacto e mediação com os proprietários para lhes dar a conhecer as ferramentas existentes no mercado que os podem apoiar na reabilitação das suas propriedades.

A realização deste projeto no âmbito da Educação e Intervenção Social pressupõe que existissem processos de mudança e transformação da realidade. Desta forma, além de ser importante ter em consideração os problemas e necessidades identificados no contexto, foi indispensável atentar aos recursos e potencialidades do mesmo, sendo necessário a sua valorização e mobilização.

O Programa Habitar, apesar de possuir um espaço de trabalho na Rua de São Vítor, nº95, não promove atendimentos nem atividades de grande envergadura nesse local porque o espaço é limitado. Por isso, para a realização deste projeto foi necessário recorrer a outras instituições que pudessem partilhar espaços mais amplos. Esta partilha não teve somente um caráter de apoio ao nível espacial, mas serviu também para criar rede entre as diferentes instituições e entre as instituições e a população.

É nos recursos físicos que, mais uma vez, surgem as Juntas de Freguesia do Bonfim e Campanhã, que cederam, cada uma delas, um gabinete para realizar os atendimentos à população interessada. Como este projeto de Educação e Intervenção Social foi maioritariamente realizado no Bonfim – independentemente da zona de intervenção do Habitar ser mais alargada –, os espaços mais utilizados foram a sala multiusos e o gabinete da Junta de Freguesia do Bonfim. Outro recurso físico é a Associação de Moradores da Lomba que sempre se mostrou disponível para receber atividades realizadas naquela zona geográfica. Além disso, é um espaço significativo para a população do local em que mais intervimos e, por isso mesmo, faz todo o sentido estar aqui salientada.

No que diz respeito aos recursos humanos, este projeto pôde contar com todo o apoio da equipa do Programa Habitar, bem como com a participação de alguns elementos da Comissão Social de Freguesia, mais propriamente aqueles que pertencem ao grupo de combate ao isolamento social. Ainda como recursos humanos, é possível elencar o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim e o senhor Presidente da Associação de Inquilinos do Norte de Portugal. Por fim, os recursos humanos mais importantes na realização deste projeto foram aqueles que participaram no mesmo.

Relativamente aos recursos materiais utilizados, estes centraram-se, maioritariamente, em material de desgaste (folhas de papel e canetas) utilizado nas reuniões e encontros com os moradores.

A comunidade em que está inserido este projeto também tem potencialidades relevantes para o desenvolvimento deste. Uma destas

potencialidades é o facto de o Programa Habitar estar inserido e ativamente envolvido na Comissão Social de Freguesia. Isto permitiu contactar com profissionais de outras instituições da zona do Bonfim, conhecer as suas preocupações e participar no grupo de combate ao isolamento social. A participação neste grupo permitiu-me ter uma voz ativa na idealização de atividades e programas/projetos que fossem capazes de suprir o problema já identificado. Esta participação pôde ser considerada como uma potencialidade uma vez que se percebeu que todo um conjunto de entidades diferentes têm um interesse comum em combater o mesmo problema.

## 2. ESTABELECEER PRIORIDADES

Após ter sido realizada a identificação dos problemas presentes na realidade com que contactei e as necessidades que lhes são inerentes, tendo em atenção os recursos e as potencialidades existentes, o próximo passo é estabelecer prioridades. É necessário estabelecer prioridades porque existem problemas que se demonstram como mais urgentes de colmatar, porque “ (...) requerem a máxima atenção” e é para esses que devemos “ (...) orientar os nossos esforços” (Serrano, 2008, p. 33). De modo a realizar esta priorização é necessário “A ordenação dos objetivos baseados nas necessidades segundo a sua importância; a magnitude da discrepância detetada na relação entre os objetivos e a situação atual; o sistema misto, onde se tenha em conta tanto a relevância dada aos objetivos do projeto, como o nível de discrepância entre os objetivos e a situação atual” (Serrano, 2008, p. 33). Foi também tido em consideração o número de pessoas afetadas por estes problemas, mas também os recursos disponíveis para a resolução dos mesmos (Serrano, 2008). Atendendo ao facto de que o projeto em Educação e Intervenção Social é um processo co-construído, outro critério utilizado para esta priorização foram os interesses expressos pelos sujeitos (Perez, 1992 citado por Serrano, 2008).

Desta forma, tendo em conta o que foi referido anteriormente, o projeto desenvolvido visou combater o sentimento de solidão e de isolamento nutrido pelos idosos, bem como capacitar todos intervenientes a desenvolver um pensamento mais crítico e reflexivo relativamente ao modo de como vivem a sua casa e a sua cidade. Além disto, para a sua concretização, procurou criar rede entre várias instituições para que todo o projeto fosse coeso e de possível continuidade.

### 3. DESENHO DO PROJETO

De acordo com Boutinet (1990, p. 256), o projeto obriga ao requisito da globalidade, uma vez que “ (...) o fim projetado está destinado a oscilar continuamente entre um objetivo visado a prosseguir e um programa a realizar: não se pode separar o projeto-visão do projeto-programa, mesmo que, pela força das circunstâncias, um detenha superioridade sobre o outro”. É esta globalidade que dá o sentido ao projeto (Boutinet, 1990). Assim, não pode existir uma separação entre a elaboração e a execução nem “ (...) dualidade entre atores, mas simplesmente uma gestão das distâncias entre as atividades de conceção e de realização” (Boutinet, 1990, p. 257).

Um projeto em Educação e Intervenção Social implica que seja realizado num ambiente suscetível a ser explorado e modificado. Desta forma, compreende-se que o projeto é visto como otimista, uma vez que se pretende, através dele, provocar alguma mudança (Boutinet, 1990). Para realizar esta mudança, os projetos têm que ter uma finalidade bem definida, uma vez que é ela que indica “ (...) a razão de ser de um projeto e a contribuição que ele pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar” (Guerra, 2010, p. 163). Boutinet (1990) acrescenta que a finalidade tem que ser coerente relativamente aos problemas e necessidades identificados. Desta forma, o projeto desenvolvido teve como finalidade promover a ativação de

redes e o desenvolvimento do Bonfim enquanto comunidade, melhorando a qualidade de vida dos participantes do projeto.

Para se ver concretizada a finalidade, importa estabelecer objetivos, uma vez que estes são “ (...) diretrizes concretas para a ação” (Cembranos, Montesinos & Bustelo, 2007, p. 92), ou seja, aquilo que se pretende alcançar com a ação (Serrano, 2008). A estruturação dos objetivos é realizada em dois tipos, sendo eles os objetivos gerais (OG) e os objetivos específicos (OE) (Guerra, 2007). Os objetivos gerais são aqueles que traçam as orientações mais abrangentes para as ações e têm de ser coerentes com a finalidade do projeto, descrevendo, de forma ampliada o trabalho a ser executado; os objetivos específicos são aqueles que expressam de forma clara os resultados que se esperam alcançar, detalhando os objetivos gerais (Guerra, 2007).

OG1: Ativar a população para as questões relacionadas com a habitação.

Que os inquilinos sejam capazes de:

- OE1: Consciencializar-se acerca dos seus direitos e deveres;
- OE2: Dialogar com os proprietários das suas habitações de forma clara, sem receio de retaliações;
- OE3: Ler, compreender e assinar contratos de arrendamento de forma consciente e refletida;
- OE4: Expor e esclarecer as suas dúvidas e problemas com entidades competentes.

OG2: Sensibilizar a população estudantil para as questões de isolamento e solidão na 3ª idade.

Que os jovens sejam capazes de:

- OE1: Demonstrar interesse e inscreverem-se como voluntários participantes no projeto;
- OE2: Trabalhar em equipa em prol de um objetivo comum;
- OE3: Pensar e refletir criticamente acerca das questões relacionadas com o envelhecimento, o isolamento e a solidão;

- OE4: Perceber a habitação como um direito e como uma forma de combater os problemas sentidos pela população mais velha.

OG3: Criar e/ou ativar as redes secundárias dos idosos identificados pelo Habitar e pelo GAS da JFB.

Que os idosos sejam capazes de:

- OE1: Receber os voluntários nas suas casas e participar de momentos de partilha, convívio e troca de afetos;

- OE2: Interessar-se em conhecer-se mutuamente;

Que as instituições sejam capazes de:

- OE3: Proporcionar momentos, atividades e/ou recursos para a criação/ativação das redes.

De acordo com Ander-Egg (1989, citado por Serrano, 2008), a conceção de um projeto compreende um conjunto de ações e atividades a realizar, que requerem a mobilização e o emprego de recursos financeiros, humanos e técnicos, numa determinada área ou setor, com o intuito de alcançar determinadas metas ou objetivos.

Com o intuito de cumprir com os objetivos anteriormente elencados, procurou-se delinear com os atores sociais (equipa técnica do Habitar, inquilinos, membros da Comissão Social de Freguesia, idosos) um conjunto de ações. Segundo Guerra (2010) as ações são uma forma de expor detalhadamente aquilo que se pretende fazer, quando se pretende fazer, quem está responsável por realizar as tarefas e quais são os recursos necessários para as realizar. Por sua vez, as ações são constituídas por uma ou mais atividades. Estas atividades visam alcançar os objetivos propostos e definem-se como “ (...) um conjunto de operações ou tarefas próprias de uma pessoa ou instituição” (Serrano, 2008).

Desta forma, elaborou-se as seguintes ações e atividades:

#### Ação I: “Viver A Casa”

- “Relato do passado” – esta atividade tem como estratégia a realização de um encontro com e entre moradores que se encontram com problemas relacionados com a habitação para que os possam partilhar mutualmente. Com esta atividade pretende-se que os moradores se conheçam, compreendam que existem outros com problemas mais ou menos semelhantes e que unidos podem conseguir mudar alguma coisa nas suas vidas.
- “Saber para agir” – esta atividade consiste na participação dos moradores com problemas e dúvidas relativas à habitação numa conferência promovida pela Associação de Inquilinos do Norte de Portugal. Pretende-se que os sujeitos adquiram conhecimento sobre o novo regime de arrendamento urbano e as consequências que advêm da sua aplicação. Também é desejável que os moradores sejam capazes de ver clarificadas as suas questões mais pessoais e que possam ver o seu caso acompanhado.

#### Ação II: “Caminhar sem medo de errar”

- “Junta-te a nós” – esta atividade consiste em realizar ações de sensibilização nas escolas secundárias Aurélia de Sousa e Alexandre Herculano para as questões relativas ao sentimento de solidão e isolamento na 3ª idade e a importância que a comunidade tem no combate ou colmatação destes problemas. Com esta atividade pretende-se que os alunos se interessem e se inscrevam autonomamente na atividade-projeto “Ir, dar e receber”.
- “Aprender a ser, estar e fazer” – esta atividade será realizada em paralelo com a posterior e consiste em sessões de carácter mais educativo e formativo. Inicialmente servirá para que os jovens se conheçam mutuamente, posteriormente para que comecem a pensar e a refletir criticamente sobre vários temas e problemas que afetam a comunidade bonfinense. O objetivo desta atividade é

promover a ativação destes jovens para a necessidade de participação e intervenção na comunidade em que estão inseridos bem como a sua capacitação para puderem estabelecer relações e trabalhar com os idosos que vão visitar.

- “Ir, dar e receber” – esta atividade consiste em formar equipas de voluntários, com os jovens que se inscreveram durante as ações de sensibilização, para realizar visitas ao domicílio de idosos identificados e sinalizados tanto pelo Habitar como pelo Gabinete de Ação Social da JFB. Com esta atividade pretende-se que os jovens adquiram sentidos de responsabilidade e compromisso e que visitem os idosos de forma regular para que lhes possam proporcionar momentos felizes, de afeto e de partilha.

#### Ação III: “Bonfim em rede”

- “Comunidade ativa” – esta atividade consiste em mobilizar as instituições do Bonfim, principalmente as que pertencem à CSF, para que estas possam partilhar as suas instalações para existirem encontros entre os idosos que são visitados, os jovens e a população que é acolhida e/ou apoiada pela instituição em questão. Além disto, pretende-se que as instituições da CSF sejam capazes de promover atividades que se centrem no combate ao isolamento social e da solidão, através da ativação da rede social existente mas que se demonstra insuficiente.
- “Vamos conhecer-nos” – esta atividade implica promover encontros entre os idosos sinalizados que tenham interesse em conhecer pares ou reencontrar amigos. Com esta atividade pretende-se que a rede secundária dos idosos sejam ativada e reforçada.

Para conseguir alcançar as metas propostas, as ações são desenvolvidas a partir de estratégias, uma vez que estas nos remetem para processos que querem ver supridos os problemas identificados, utilizando os recursos que existem, “ (...) maximizando as potencialidades e reduzindo as fragilidades” (Guerra, 2007, p. 167). Desta forma, as estratégias utilizadas para o desenvolvimento deste projeto foram as seguintes: exercícios de dinâmica de grupo, debates/grupos de discussão, ações de sensibilização.

#### 4. AVALIAÇÃO DA PLANIFICAÇÃO

Sendo a vertente avaliativa uma constante nos projetos realizados através da metodologia de investigação-ação participativa, importa agora verificar a coerência de todo o projeto. Ou seja, é necessário refletir sobre se existe coerência entre os problemas e necessidades priorizados e a finalidade, os objetivos e as ações traçadas no desenho do projeto. Para além disto, este momento avaliativo é realizado através de um processo de reflexão crítica relativo à viabilidade do projeto.

Tendo em conta os problemas e necessidades identificados e priorizados pelos atores sociais, considero que a finalidade e os objetivos vão ao encontro dos mesmos. Sabendo que toda a priorização foi realizada de acordo com a viabilidade e exequibilidade do projeto, bem como através da importância que cada problema tem para as pessoas, o desenho do projeto demonstra-se coerente.

Contudo, também existiram alguns constrangimentos à realização deste projeto. Inicialmente, o facto de o Habitar ter estado em standby entre o fim de outubro e meados de janeiro, dificultou a análise da realidade, uma vez que, na minha cabeça, não existia nenhum suporte institucional que assegurasse o projeto. Ou seja, não sentia que tinha credibilidade suficiente para me aproximar da população sem ter uma instituição por trás. Esta dificuldade foi

ultrapassada quando o Habitar assinou o protocolo com as duas Juntas de Freguesia e a CMP, pois já podia informar as pessoas sobre o âmbito da minha presença naquele lugar. Também, com o passar do tempo, compreendi que um projeto de Educação e Intervenção Social não precisa obrigatoriamente de estar anexado a uma instituição, embora isso facilite o processo.

Ainda, relativamente à formação dos jovens voluntários, existiu alguma dificuldade em conseguir reuni-los a todos nas mesmas alturas, uma vez que a sua grande maioria estava em momentos de avaliação no que diz respeito à sua vida escolar. Para ultrapassar esta dificuldade, tentei reunir com os jovens em momentos distintos, consoante a sua disponibilidade, mas procurei que a sessão de apresentação fosse realizada com o maior número de elementos possível para que fosse mais produtiva.

Estes constrangimentos constituíram fatores que influenciaram o processo de ação, atrasando-o.

A formulação de objetivos gerais e específicos facilita o desenvolvimento de indicadores na avaliação (Ventosa, 2002). Assim sendo, é fulcral identificar alguns indicadores que, na avaliação sumativa do projeto, permitiram perceber a discrepância entre o que foi planeado e reformulado ao longo do tempo e o que foi alcançado no final. Estes indicadores estão sempre associados a critérios de avaliação. Os critérios utilizados neste projeto foram os seguintes: nível de interesse, grau de participação, mudança de discurso/atitude e nível de interação.

## 5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

Estar em projeto implica uma avaliação contínua de todo o processo, bem como dos caminhos pelos quais se está a optar por utilizar para alcançar os objetivos previstos (Serrano, 2008). Desta forma, o investigador deve estar preparado para ajustar a sua prática à realidade, uma vez que esta é mutável e

podem ocorrer mudanças no contexto ou imprevistos com os quais este não contava.

A primeira ação “Viver A Casa”, tal como o nome indica, implicava que os inquilinos fossem capazes de fazer mais do que viver na casa, dentro das quatro paredes. Mas que fossem, sim, capazes de expressar e lutar pelos seus direitos, como viver numa casa condigna, na área geográfica que desejam, sem terem de se mover para a periferia devido às pressões sentidas pelo aumento das rendas. Desta forma, a primeira atividade desta ação – “Relato do passado” – consistiu em dialogar com um representante da Associação de Moradores da Lomba para perceber se estariam disponíveis para ceder o seu espaço para a realização de um encontro com moradores daquela zona. A escolha da zona surgiu inerente ao trabalho que estava a realizar no Habitar, uma vez que os casos que acompanhava eram maioritariamente da zona da Lomba. O Presidente da associação cedeu o espaço e afixou-se um convite (cf. Apêndice III) a todos os interessados em expor dúvidas em relação à habitação e a vê-las respondidas. Esta atividade foi, então, operacionalizada no dia 4 de março de 2017 e contou com a presença de seis moradores. Para a realização desta atividade, contou-se também com a presença da minha colega de mestrado Liliana Mendes. Começou-se por pedir aos moradores que partilhassem as suas questões e os problemas que viviam. Neste processo foi preciso colocar alguma ordem no diálogo, pois todos se queriam expressar ao mesmo tempo, mas após o pedido de organização cada um começou a expor as suas incertezas. Um dos moradores não se queixou dos seus novos senhorios, mas demonstrou a necessidade de obras na sua casa; duas moradoras do mesmo prédio queixaram-se de infiltrações, problemas no telhado, falta de obras no exterior do edificado e da irrelevância sentida da parte do senhorio quando expõem os seus problemas; uma moradora de uma ilha queixou-se da degradação da mesma e da falta de obras tanto na sua casa como nas que foram sendo abandonadas, tornando a ilha muito vazia e suja, uma vez que só a senhora é que vai “tentando limpar o que posso” (Sra. M.); um outro inquilino queixou-se da senhoria por a mesma se recusar a fazer obras no telhado; por fim, estava

presente no grupo uma senhora que, inicialmente, não quis partilhar os seus problemas e que se ausentou para chorar. Deixando a senhora acalmar-se, foi-lhe questionado em particular o porquê de não querer partilhar e dito que não era obrigada a fazê-lo, que poderia escutar apenas o diálogo e tirar algum sentido dali para si. Quando já estava mais calma, voltou a sentar-se e a expor o seu problema: a sua casa de família tinha sofrido um incêndio, o pai tinha falecido nesse momento e todos os irmãos andavam a disputar a herança, mas ela era a única que tinha ficado sem onde viver, uma vez que só ela morava com o pai. Estava neste momento a pagar a renda de uma casa em que ainda não tinha começado a habitar porque, segundo a sua senhoria, ainda estava em obras. Ao ouvirmos este discurso claramente emotivo, tanto eu como a minha colega demorámos alguns segundos a processar a informação porque não queríamos dizer nada que piorasse a situação. Mas, foi neste momento que os arquitetos do Habitar se envolveram na conversa (elementos que surgiram durante a reunião e que, de acordo com os próprios, iam só assistir). Começando a falar dos processos que o Habitar poderia oferecer, maioritariamente no âmbito da arquitetura, os moradores acabaram por perder o foco no diálogo grupal e focaram-se nos arquitetos que pareciam ter tanto para lhes oferecer. Esta intervenção impediu que se continuasse o trabalho educativo que se estava ali a tentar fazer e, por isso, foi necessário que retomássemos as rédeas da discussão e perguntámos aos moradores se poderíamos continuar a conversa de forma mais individual com cada um deles, uma vez que estes demonstravam vontade e necessidade de se retirar para outros compromissos. Todos aceitaram e ficou-se com as informações de contacto de cada um deles para que fosse possível continuar a intervenção mas com uma estratégia diferente. Desta forma, a atividade “Relatos do passado” passou de grupal a individual. Começou-se, então, a visitar cada um dos elementos do grupo à exceção da senhora que perdeu a casa num incêndio que agradeceu a ajuda, mas recusou que a apoiássemos de alguma forma. Nestas visitas, procurou-se escrever a história de cada morador ao nível da habitação: de onde vieram, quando começaram a viver naquele lugar, que problemas

identificaram aos senhorios, se havia registos de litígios, se pretendiam sair daquele lugar, se haviam contratos de arrendamento e, havendo, se estavam regularizados. Ao escrever esta “história habitacional” procurou-se potenciar um pensamento reflexivo nestes moradores, para que os próprios chegassem às suas conclusões e percebessem o que estava errado e de que tipo de ajuda/apoio externo precisavam. Desta forma, os moradores demonstraram interesse em verem as suas dúvidas esclarecidas por alguém que os pudesse, realmente, elucidar.

A segunda atividade – “Saber para agir” – surgiu no âmbito do interesse dos moradores em verem as suas dúvidas esclarecidas, bem como de uma necessidade do Habitar como programa em poder proporcionar aos seus utentes um espaço de partilha e de clarificação de dúvidas. Através do contacto da coordenadora do Habitar com a Associação de Inquilinos e Condóminos do Norte de Portugal (AICNP), foi possível estabelecer que seria realizada essa reunião. Como se sabia que as leis iam alterar, o tempo foi passando e a AICNP propôs uma sessão aberta ao público em geral, ou seja, não só para os utentes do Habitar, no dia 3 de junho de 2017. Por motivos que são desconhecidos, a sessão foi adiada para o dia 20 do mesmo mês. Quando esta data foi confirmada, iniciou-se a divulgação da mesma pelos interessados, para que estes pudessem organizar o seu trabalho para poderem estar presentes, uma vez que a sessão seria realizada num dia útil e, inicialmente, era a um sábado. Contudo, a coordenadora do Habitar foi contactada pelo Presidente da AICNP no dia 31 de maio para ser informada de que, afinal, a sessão de esclarecimento seria, novamente, no dia 3. Foi reiniciado o trabalho de divulgação da data pelos interessados e pelos seus vizinhos para que estes pudessem ver respondidas as suas dúvidas. Com a alteração das datas, vários habitantes interessados já não tinham possibilidade de estar presentes e, por isso, no dia 3 de junho só uma inquilina e a sua filha é que estiveram presentes. A sessão realizou-se no Clube Fenianos Portuenses e consistiu numa exposição oral de vários elementos: uma representante da AICNP, um representante da Associação de Inquilinos Lisbonenses, representantes dos partidos políticos

CDS/PP, PCP e BE, a arquiteta Helena Roseto, um membro do IHRU, entre outros. Assistiu-se à sessão a partir das 14h30 e a meio fomos informados que no fim seria aberto um debate para que cada participante expusesse as suas questões. Desta forma, ouvimos cada declaração de cada um dos convidados até às 17h20. Neste momento, uma senhora da plateia levantou-se e expôs o problema que vive na sua rua. Pouca atenção foi prestada a esta mulher que, genuinamente, partilhava situações que a incomodavam. Durante a sua intervenção, a arquiteta Helena Roseto pediu desculpa pois tinha de se retirar. Perante a sua saída, os restantes elementos de mesa levantaram-se para sair também, sem ser a sessão dada como terminada. Perante o movimento, dirigi-me ao moderador da mesa para o questionar acerca da possibilidade de expor dúvidas que foi retirada à população. Este respondeu-me “que estavam ali desde de manhã e que já se tornava cansativo”. Esta afirmação causou indignação, tanto a mim como à inquilina que me acompanhava e demonstrámos o nosso desagrado dizendo que estávamos ali a convite da AICNP para ver as nossas dúvidas esclarecidas e que tal não tinha acontecido. Posto isto, este moderador afirmou que a sessão não tinha terminado e que os restantes elementos só estariam em pé para tirar uma fotografia conjunta. Aceitou-se a justificação e afastámo-nos para que a fotografia fosse tirada. No fim da mesma, todos se começaram a despedir e a retirar do recinto. Neste momento dirigi-me à representante da AICNP para expor a situação, tendo a mesma respondido que “não tinha conhecimento da vossa vinda e nunca seria aqui que iriam expor dúvidas de carácter individual”. Mesmo explicando que as questões que levávamos eram de carácter grupal e que são dúvidas de mais sujeitos, apenas nos foi dito que nos teríamos que associar para ver respondidas as questões e que o Programa Habitar teria de contactar novamente a AICNP para realizar uma nova reunião.

A segunda ação do projeto, “Caminhar sem medo de errar”, surgiu em conjunto com a Comissão Social de Freguesia do Bonfim, mais propriamente no âmbito do grupo de trabalho de combate ao isolamento social na 3ª idade. Para a realização desta ação, contactou-se o Presidente da JFB para que este

comunicasse às escolas secundárias da zona o que se pretendia fazer e agendou duas reuniões entre mim e os presidentes das escolas secundárias Alexandre Herculano e Aurélia de Sousa. Na primeira reunião, o diretor não estava na escola e, por isso, encontrei-me com a vice-diretora. Apesar de considerar a atividade interessante, não demonstrou muita esperança que os seus alunos participassem. Combinámos que me enviaria um e-mail com um cronograma das horas e salas em que poderia falar com os alunos, salientando que só o poderia fazer em disciplinas que não fossem alvo de avaliação final. Na segunda reunião, a diretora da escola secundária Aurélia de Sousa identificou-se bastante com a atividade proposta mas informou-me de imediato que seria impossível ir às salas porque os professores andavam saturados desse tipo de situações, uma vez que perdiam tempo de lecionação, considerando que as aulas atualmente duram 50 minutos. Assim, propus outra estratégia para a divulgação da atividade que consistia em montar uma banca em que abordaria os alunos nos intervalos. Esta proposta foi aceite e foi-me permitido começar assim que quisesse. Como estava à espera do contacto da vice-diretora da escola secundária Alexandre Herculano, adiei a ação de sensibilização uma semana.

Desta forma, a primeira atividade desta ação – “Junta-te a nós” – foi realizada nas duas escolas anteriormente citadas durante duas manhãs, uma em cada local. Foi montada uma banca com posters (cf. Apêndice IV) e panfletos informativos. Alguns jovens dirigiam-se à mesa de forma espontânea, procurando obter mais informações, outros faziam-no depois de lhes entregar um panfleto e voltavam no intervalo anterior. A atividade foi explicada a dezenas de jovens que se dirigiram à mesa, tendo-se inscrito seis jovens da escola Aurélia de Sousa e sete da secundária Alexandre Herculano. Apesar de o número de inscritos ser baixo, considero que outros alunos ficaram a pensar e a refletir sobre o assunto pois demonstraram, através do diálogo estabelecido comigo, que o abandono dos idosos, a solidão e o isolamento sentido por estas pessoas era preocupante e que esperavam que o projeto tivesse muito sucesso, apesar de não poderem participar devido a outros compromissos em que já

estão envolvidos. Outro aspeto que importa salientar, foi facto de me ter sido solicitado por docentes da escola secundária Alexandre Herculano que fosse às suas aulas apresentar o que estava a fazer naquele local. Disto foi possível perceber que o juízo da vice-diretora foi precipitado, uma vez que alguns docentes demonstraram interesse pelo projeto e procuraram promove-lo nas suas aulas.

A segunda atividade – “Aprender a ser, estar e a fazer” – foi realizada em paralelo com a terceira, uma vez que, para que estes jovens soubessem o porquê concreto de visitarem aqueles idosos, tinham de estar conscientes de questões inerentes ao estado físico e socio emocional daquelas pessoas. Estas questões centraram-se na cidadania, no voluntariado, no direito à habitação, do envelhecimento e dos sentimentos que podem estar intrínsecos a este processo da vida para alguns idosos. Esta atividade foi realizada em várias sessões (Cf. Apêndice V). A primeira sessão, realizada no dia 3 de junho de 2017, contou com a presença de sete jovens e serviu para que estes se pudessem conhecer mutuamente, visto serem oriundos de escolas distintas. Foi nesta sessão, também, que se criaram as equipas de voluntários que visitariam os idosos, tendo sido cinco as equipas formadas. Os jovens participantes demonstraram interesse em criar algo que os identificasse quando fossem visitar os idosos e, por isso, concluiu-se que seria uma mais-valia cada um usar uma t-shirt que identificasse o grupo e que tornasse mais simples a identificação e assimilação por parte dos idosos visitados. Nesta sessão foi também explicados aos jovens que todo o processo incluiria uma vertente prática – de visita às casas dos idosos – mas também uma componente mais teórica, na medida em que lhes seria dada formação contínua para realizar a tarefa pretendida da melhor forma possível e para colmatar algumas dificuldades que adviessem do voluntariado. Para criar a t-shirt que os jovens consideraram necessário usar aquando das visitas, marcou-se uma nova reunião quinze dias posteriores à primeira (17 de junho de 2017). Neste encontro compareceram cinco jovens, dois que tinham participado na reunião anterior e três que o fizeram pela primeira vez. Não se conseguiu chegar a um

logótipo final pois, além de não estarem todos presentes para darem a sua opinião, o tempo foi escasso e tornou impossível o término dos desenhos. Por este motivo, os jovens comprometeram-se a continuar o trabalho em casa e, quando o terminassem, exporiam aos restantes elementos do grupo as suas ideias. Da mesma forma, propuseram que reuníssemos na semana seguinte, no dia 22 de junho, para que se pudessem continuar os trabalhos. Desta forma, no terceiro encontro compareceram seis jovens e concluíram-se os trabalhos relacionados com a t-shirt do grupo, bem como se marcaram as primeiras visitas com três das quatro equipas que estavam representadas na reunião. Apesar das visitas domiciliárias terem surgido em parceria com a Comissão Social da Junta de Freguesia do Bonfim, existiu uma enorme dificuldade em que o gabinete de ação social da mesma identificasse os idosos que considerava isolados e que necessitavam de receber voluntários nas suas habitações. Só no dia da terceira reunião com os jovens, durante a manhã, é que uma das técnicas visitou comigo duas idosas que tinha identificadas e a outra técnica ficou desde essa data para fazer o mesmo comigo na sua zona de intervenção. Até ao fim do mês de Julho isso não aconteceu. Sendo que um dos núcleos da CSF é o do combate à solidão e isolamento social dos idosos do Bonfim, torna-se pertinente questionar: Que idosos? Como é que foram identificados? Da mesma forma, sendo este projeto apoiado pela JFB e por todas as entidades integrantes da CSF, como é que o acesso à informação relativamente aos idosos que precisam deste apoio é tão dificultado?

Apesar de todas as dificuldades, a atividade “Ir, dar e receber” foi sendo realizada consoante os idosos iam sendo identificados pela JFB e me eram apresentados. Desta forma, quatro equipas de voluntários iniciaram as visitas aos idosos (Cf. Apêndice VI). Três equipas visitavam moradoras do Bairro Duque de Saldanha e uma outra visitava uma senhora na Lomba.

No que diz respeito às pessoas mais velhas que são visitadas, são todas do sexo feminino e têm idades compreendidas entre os 68 e os 93 anos. A senhora F. vive sozinha numa pequena casa na Lomba, há mais de 50 anos. É viúva, tem dois filhos mas apenas mantém contacto com um por via telefónica. É uma

senhora que sofre de depressão e de problemas de foro intestinal. Contudo, no que diz respeito a estes últimos, assinou um termo de responsabilidade em como não realizaria os exames prescritos uma vez que receia falecer durante a realização dos mesmos. Esta senhora já frequentou um Centro de Dia e gostou muito de o fazer até a direção do mesmo mudar. Quando isso aconteceu, segundo a própria, a alimentação diminuiu de qualidade e foi isso que lhe provocou os problemas intestinais. Como necessita de utilizar frequentemente a casa de banho, optou por sair do Centro de Dia e ficar em casa.

A senhora L. tem 93 anos e mora sozinha numa habitação social. Tem um filho e uma filha e ambos vivem em França. O filho, como já se reformou, vem algumas vezes a Portugal para visitar a mãe, contudo o mesmo não acontece com a sua irmã que só estabelece contacto telefónico. Apesar de viver sozinha, a senhora L. conta com o apoio constante do vizinho do lado que a acompanha em todas as deslocações que são necessárias. Este vizinho esteve presente em todas as visitas realizadas e demonstrou ser uma peça fundamental para o bem-estar desta senhora. Apesar de possuir algumas dificuldades ao nível oftalmológico, não possui problemas de saúde mais graves.

A senhora M. tem 68 anos e morou sozinha até há pouco tempo. Atualmente, um dos dois filhos mora consigo devido a um processo de divórcio. Esta senhora também é viúva mas o seu estado de saúde é mais agravado relativamente às outras idosas. Sofre de apneia do sono, cancro da mama, cirrose hepática e gastrite. Já esteve internada três vezes, mas consegue manter uma certa qualidade de vida através de medicação. Ao todo, consome doze comprimidos diferentes por dia. Em março de 2017 contraiu uma infeção nas pernas, não conseguindo caminhar sozinha desde então, tendo a sua qualidade de vida diminuído consideravelmente uma vez que esta senhora fazia o seu quotidiano autonomamente. Como passa o dia todo sentada num cadeirão, esta senhora referiu que gostaria de frequentar um Centro de Dia para poder conviver com pessoas da sua geração e não passar apenas o dia a ver televisão. A alimentação desta senhora é realizada através do serviço de apoio domiciliário da Santa Casa da Misericórdia do Porto, bem como a sua

higiene pessoal e da habitação. Ao fim de semana o filho da senhora cozinha para ambos ou se não possuir dores, a senhora M. procura ser ela a cozinhar uma vez que já foi cozinheira de 1ª.

A senhora C. tem 84 anos e vive sozinha. Teve dois filhos, tendo um falecido aos 45 anos portador de uma deficiência cognitiva. Não mantém contacto com o outro filho devido a atitudes da sua nora, segundo a própria. É viúva e tem oito irmãos, mas não mantém contacto com nenhum há alguns anos devido à distância que os separa e às dificuldades que sente em deslocar-se. Sofre de problemas nos pés e nas pernas que tornam estes membros bastante inchados, impedindo-a de caminhar percursos mais longos. Esta senhora não tem qualquer tipo de retaguarda familiar, sendo as únicas visitas que recebe das voluntárias da Santa Casa da Misericórdia do Porto que lhe limpam superficialmente a casa, dão banho e lhe entregam de segunda a sexta-feira a refeição. Ao sábado alimenta-se do que foi restando da semana e ao domingo encomenda frango assado que lhe vão entregar a casa.

Após esta breve caracterização das idosas que são visitadas, torna-se também pertinente conhecer melhor os jovens que realizam estas visitas.

Os catorze jovens que se inscreveram para realizar voluntariado são, como já foi anteriormente referido, das escolas secundárias Alexandre Herculano e Aurélia de Sousa. Têm idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos e frequentam desde o 9º ao 12º ano de escolaridade. Metade destes jovens é filho de pais divorciados e a sua maioria tem irmãos. Os seus interesses são bastante semelhantes no que diz respeito ao gosto pela visualização de filmes e séries, bem como o gosto de utilização do computador para usufruir da internet. Consideram a prática desportiva importante pois procuram andar de bicicleta, de skate e patins, fazer natação e frequentar o ginásio; um pequeno número de jovens não pratica qualquer tipo de desporto. Quando questionados sobre o porquê de se terem interessado em participar neste grupo de voluntariado, a grande maioria referiu que queria ajudar uma vez que têm noção de que existem muitos idosos sozinhos, que apreciariam ter mais companhia. Dois jovens demonstraram ter-se inscrito sem nenhum motivo

concreto, “estando por estar” e “para sair de casa” segundo as palavras dos próprios.

## 6. AVALIAÇÃO SUMATIVA

Esta avaliação final tem como objetivo analisar e interpretar os resultados do projeto desenvolvido. Tal como já foi referido anteriormente, a avaliação deve ser constante em todo o processo e, por isso, é necessário avaliar também se o projeto realmente se ajustou à realidade e às necessidades dos sujeitos que nele participaram. Da mesma forma, a avaliação final deve refletir sobre os efeitos do projeto, sejam eles desejados ou não desejados, bem como os resultados positivos e negativos (Stufflebeam, 1995).

É importante deixar claro que esta avaliação final foi realizada de acordo com os parâmetros temporais de entrega do presente documento para avaliação, uma vez que o projeto continuou após esta data.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar em projeto num âmbito de intervenção pouco comum, tem tanto de assustador como de aliciante. Assustador porque não desenvolvi o projeto numa instituição, dentro de quatro paredes; porque a realidade é ainda mais mutável quando não temos a certeza que vamos estar com determinado número de pessoas num local previamente definido; porque existiram imensas inseguranças quanto há minha capacidade de trabalhar com pessoas mais velhas do que eu, mais experientes e com mais sabedoria sobre o que é a vida; porque o interregno do Habitar entre outubro de 2016 e janeiro de 2017 dificultou a possibilidade de estar associada a algo/alguém que me desse credibilidade para trabalhar com os moradores do Bonfim e de Campanhã. Da mesma forma, é aliciante exatamente pelos mesmos motivos. Estive em projeto desde junho de 2016 e digo, com toda a certeza, que foi assim que saí da minha zona de conforto, que aprendi e que cresci pessoal e profissionalmente. Bater de porta em porta, dar-me a conhecer a mim e ao Habitar, visitar as famílias sinalizadas pelo GAS do Bonfim e ser apresentada aos amigos-vizinhos que também tinham problemas ao nível da habitação, mudou muito a minha perspetiva do que é o trabalho social. É diferente estar numa instituição e a população dirigir-se lá para ver colmatadas as suas necessidades, porque vão de livre e espontânea vontade, do que as pessoas estarem nas suas casas e aparecer lá em casa alguém que pode ter alguma forma de apoiar a resolução dos problemas. Não é fácil não parecer uma trabalhadora de marketing, mas não é impossível. Estabelecendo relações de empatia, confiança e de escuta ativa permite que a população se torne mais capaz de expor os seus problemas e tenham interesse em trabalhar em conjunto para que possam vê-los resolvidos ou, pelo menos, minimizados.

Foi desta forma que conheci os participantes do projeto e foi com eles que se identificaram os problemas e necessidades, bem como os caminhos que

podíamos seguir para colmatá-los. Este processo demonstrou-se complexo e foi realizado, sobretudo, através de reflexão crítica de todos os envolvidos: moradores com problemas habitacionais, idosos sinalizados pelo GAS do Bonfim, Comissão Social de Freguesia, o Habitar e a própria investigadora. Através de reflexão sobre os problemas existentes, procurou-se perceber as razões para a sua existência, recorrendo aos recursos presentes na comunidade.

A partir da análise da realidade, foi desenhado um projeto que fosse ao encontro das necessidades sentidas tanto pelos moradores, como pelos idosos sinalizados pelo GAS e, por este motivo, o projeto tornou-se significativo para estas pessoas. Da mesma forma, uma das preocupações no desenho deste projeto foi a possibilidade da sua continuidade. Por isso procurou-se sempre envolver o máximo de instituições possíveis nas atividades realizadas para que se construíssem bases de compromisso para esta continuidade. Da mesma forma, relativamente aos jovens, procurou-se, através da formação que eles fossem capazes de, no futuro, ocuparem um lugar de orientação de outros grupos que possam surgir se as escolas secundárias continuarem preocupadas e ativas no que diz respeito ao combate do isolamento social nas zonas do Bonfim e de Campanhã, tornando possível o crescimento do grupo de voluntários e, conseqüentemente, o grupo de idosos que beneficiarão do apoio proporcionado por estes jovens.

O projeto “(Des)Envolver a rede” surgiu relativamente tarde, considerando os timings do segundo ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Contudo, isso aconteceu também por, tal como já referi, o Programa Habitar ser um âmbito de intervenção recente e todos os passos terem sido dados desde o início da construção de algo, do zero. Da mesma forma, apesar de ter sido um projeto apoiado e incentivado pela Junta de Freguesia do Bonfim, esta instituição não facilitou o desenvolvimento do mesmo, como se esperava, mas atrasou-o também. O facto de o GAS da JFB sentir a necessidade de na Comissão Social de Freguesia serem discutidos assuntos relacionados com o isolamento e a solidão na terceira idade, não implicou uma ação eficaz para que

esse problema fosse minimizado através deste projeto, como era suposto. Contudo, apesar de tudo o que influenciou os atrasos no desenvolvimento do projeto considero que este tem a possibilidade de ser continuado pois existe interesse tanto por parte de alguns jovens, como de elementos da Comissão Social de Freguesia, em fazê-lo.

Apesar das dificuldades sentidas por estar a integrar um projeto recente, considero que o Habitar pode e deve continuar como local de formação de estudantes tanto do Mestrado em Educação e Intervenção Social, como da Licenciatura em Educação Social. Isto porque permite alargar os conhecimentos adquiridos durante a frequência dos mesmos, bem como intervir numa área – a habitação e os problemas que se demonstram inerentes – ainda pouco explorada mas que, claramente, necessita da intervenção de profissionais e estudantes desta área. Além disto, permite trabalhar com uma equipa multidisciplinar distinta daquela a que estamos acostumados. Se nas áreas de intervenção mais convencionais estamos habituados a trabalhar com psicólogos, assistentes sociais, professores, enfermeiros, terapeutas, entre outros, no Habitar surgiu a primeira oportunidade de trabalhar com arquitetos. Se a educação social e a arquitetura parecem duas áreas totalmente distintas, o Habitar demonstra que em muito se podem cruzar na contribuição para transformação da sociedade e, em particular, para forma como a população vive a sua comunidade e a sua cidade. O papel da educação social surge como promotor de uma visão crítica da realidade, por todos os agentes envolvidos, permitindo a autonomização na resolução dos problemas dos mesmos, tornando-os autores e atores da sua própria história, através da participação efetiva naquilo que os rodeia. Associada à arquitetura, foi possível criar uma plataforma de apoio e de transmissão de informação relativa à habitação à população para que esta autonomia fosse concretizável.

## REFERÊNCIAS

- Ander-Egg E. (1990). *Repensando la Investigación-Acción Participativa*. México: Editori1al El Ateneo.
- Araújo, K. (2001). *O resgate da memória no trabalho com idosos: o papel da educação física*. São Paulo: Campinas. (s.n.), Dissertação de Mestrado.
- Augusto, N. (1998). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *IV Congresso Português de Sociologia*. Évora: Universidade de Évora. Acedido a abril 22, 2017, disponível em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462df3cd04e3f\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF).
- Baptista, I. (2001). Educação Social: um espaço profissional com valor e sentido. *Revista da Educação Social*.
- Bataller, M. (2000). El estudio de la gentrificación. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* nº228. Barcelona: Universidad de Barcelona. Acedido a abril 21, 2017, disponível em <http://r1.ufrri.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>.
- Boutinet, J-P. (1990). *Antropologia do Projecto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Byrne, D. (1999), Divided spaces: social division in the post-industrial city. *Social Exclusion*. Open University Press, Buckingham/Philadelphia, pp. 109-125.
- Caballo, M., Candia, F., Caride, J., & Meira, P. (1996). *Léxico básico de 131 conceptosclave de educación social*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Câmara Municipal do Porto. (2014). *Área de Reabilitação Urbana do Bonfim*. Acedido a fevereiro 04, 2017, disponível em [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/Conteudo/Documents/ARU\\_BONFIM.pdf](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/Conteudo/Documents/ARU_BONFIM.pdf).

- Carr, W., & Kemmis, S. (1988). *Teoría Crítica de la Enseñanza: La investigación-acción en la formación del profesorado*. Barcelona: Martínez Roca.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social – Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Cembranos, F. Montesinos, D. & Bustelo, M., (2007). *La Animación Sociocultural: Una Propuesta Metodológica* (14ª edição), Madrid: Editorial Popular.
- Cohen, L., & Manion, L. (1994). *Research Methods in Education*. London: Routledge. Acedido a novembro 14, 2016, disponível em [https://research-srttu.wikispaces.com/file/view/Research+Methods+in+Education\\_ertu.pdf](https://research-srttu.wikispaces.com/file/view/Research+Methods+in+Education_ertu.pdf).
- Comissão Europeia (2011). *Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Atividades de Voluntariado Transfronteiras na UE*. Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões. Acedido a junho 04, 2017, disponível em [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\\_2014/documents/com/com\(2011\)0568\\_/com\\_com\(2011\)0568\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com(2011)0568_/com_com(2011)0568_pt.pdf).
- Cordeiro, J. D. (1987). *A Saúde Mental e a Vida: Pessoas e Populações em risco psiquiátrico*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Correia, F., Martins, T., Azevedo, S., & Delgado, P. (2014). *A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional*. Instituto Politécnico do Porto: Escola Superior de Educação. Acedido a maio 20, 2017, disponível em

[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6384/1/ART\\_DelgadoPaulo\\_2014.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6384/1/ART_DelgadoPaulo_2014.pdf).

- Correia, L. (2009). A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da cidade do Porto na Época Contemporânea. *História*, III Série, Vol. 10. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Costa, J. (2015). *O direito a uma habitação condigna: desafios do presente, horizontes do futuro*. Comunicação proferida no III Congresso Internacional del PRADPI – FIO – PROFIO: Ombudsman y colectivos en situación de vulnerabilidade. Acedido a abril 17, 2017, disponível em [http://josedefariacosta.webs.com/2\\_de\\_outubro\\_2015\\_Conferencia\\_FIO.pdf](http://josedefariacosta.webs.com/2_de_outubro_2015_Conferencia_FIO.pdf).
- Costa, M. I. (2005). *Percursos de cientificidade em educação: uma abordagem aos textos normativos*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD. Acedido a janeiro 27, 2017, disponível em [http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/23/1/phd\\_mibmcosta.pdf](http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/23/1/phd_mibmcosta.pdf).
- Coutinho, C. (2013). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª reimpressão). Coimbra: Almedina.
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 13:2, pp. 355-379.
- Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança. Da participação à responsabilidade. O sistema de proteção e educação das crianças e jovens*. Porto: Profedições.
- Descombe, M. (1999). *The Good Research Guide for Small-Scale Social Research*. Buckingham: Open University Press. Acedido a novembro 13, 2016, disponível em

[https://books.google.pt/books?id=fEeLBgAAQBAJ&lpg=PA341&ots=OzT2R4zsuf&dq=Denscombe%2C%20M.%20\(1999\).%20The%20Good%20Research%20Guide%20for%20SmallScale%20Social%20Research.%20Buckingham%3A%20Open%20University%20Press.&hl=ptPT&pg=PR3#v=onepage&q=Denscombe,%20M.%20\(1999\).%20The%20Good%20Research%20Guide%20for%20Small-Scale%20Social%20Research.%20Buckingham:%20Open%20University%20Press.&f=false](https://books.google.pt/books?id=fEeLBgAAQBAJ&lpg=PA341&ots=OzT2R4zsuf&dq=Denscombe%2C%20M.%20(1999).%20The%20Good%20Research%20Guide%20for%20SmallScale%20Social%20Research.%20Buckingham%3A%20Open%20University%20Press.&hl=ptPT&pg=PR3#v=onepage&q=Denscombe,%20M.%20(1999).%20The%20Good%20Research%20Guide%20for%20Small-Scale%20Social%20Research.%20Buckingham:%20Open%20University%20Press.&f=false)

Erasmie, T., & Lima, L. (1989). *Investigação e Projectos de Desenvolvimento em Educação*. Braga: Universidade do Minho.

Fernandes, J. (2003). *A cidade, os municípios e as políticas: o caso do Grande Porto*. Acedido a janeiro 30, 2017, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12471.pdf>.

Freire, P. (1972). *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento.

Freitas, P. (2011). *Solidão em idosos – percepção em função da rede social*. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Sociais. Acedido a maio 30, 2017, disponível em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8364/1/SOLIDÃO%20EM%20IDOSOS.pdf>.

Gamboa, S. A. (1989). A dialéctica na pesquisa em educação: elementos de contexto. In I. Fazenda (Org.), *Metodologia da pesquisa educacional*, pp.91-115. S. Paulo: Cortez.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1998). *Les Enquêtes sociologiques: théories et pratique*. Armand Colin.

Gómez, J., Freitas, O., & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Local: Perspetivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: PROFEDIÇÕES, Lda./Jornal a Página da Educação.

- Gonçalves, E. (2010). As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo. In *Actas do I Congresso do Património Industrial*. Vila do Conde: CIPI.
- Graça, M. (2016). *Intervenção socioeducativa: investigação-ação participativa com trabalhadoras do sexo de rua e uma equipa de outreach*. Universidade de Aveiro: Departamento de Educação e Psicologia. Acedido a novembro 21, 2016, disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/15863>.
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação – O planeamento em ciências sociais*. (3ªed.) Cascais: Príncipia.
- Guerra, I. (2007). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Príncipia Editora
- Guerra, I. (1994), As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 11-16.
- Guimarães, M. (2011). *Para uma (re) educação dos idosos do grupo “Programa da melhor idade” de Paraíso/Tocantins, Frente às mudanças do mundo contemporâneo* (Dissertação de mestrado não publicada). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Acedido a junho 06, 2017, disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1531/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marisa%20Guimar%C3%A3es.pdf?sequence=1>.
- Habermas, J. (2011). *Teoria e Práxis – Estudos de filosofia social*. São Paulo: Editora Unesp.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Censos 2011 – Quadros de apuramento*. Acedido a novembro 21, 2016, disponível em

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros).

- Jorge, M. (2015). *A cultura da sustentabilidade social, um instrumento de humanização*. Dissertação de mestrado não publicada. Coimbra: Universidade de Coimbra. Acedido a abril 17, 2017, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28649/1/A%20cultura%20da%20sustentabilidade%20social.pdf>.
- Jorge, V. (Coord.) (2005). *Conservar para quê? 8ª Mesa redonda de Primavera*. Porto-Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. Acedido a janeiro 30, 2017, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10056.pdf>.
- Juliano, M. & Yunes, M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambient. Soc.*, vol.17, nº3, pp. 135-154. Acedido a junho 04, 2017, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/v17n3a09.pdf>.
- Junta de Freguesia do Bonfim. (2014). *Análise Social – Freguesia do Bonfim*. (Não publicado).
- Lima, A. (2012). *Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro rainha D. Leonor*. Dissertação de Mestrado integrado em Arquitetura da Universidade do Porto. Acedido a abril 22, 2017, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80366>.
- Marcos, V., Parente, C., & Amador, C. (2013). *Reflexões sobre o conceito e prática do voluntariado no terceiro setor português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Instituto de Sociologia. Acedido a junho 04, 2017, disponível em [http://www.isociologia.pt/App\\_Files/Documents/is-wp-ns-008\\_131106102444.pdf](http://www.isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns-008_131106102444.pdf).

- Mendes, L. (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrópole*, v.16, nº32, pp. 487-511. Brasil: São Paulo. Acedido a abril 21, 2017, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0487.pdf>.
- Mendonça, M. (2002). Ensinar e aprender por projectos. *Cadernos CRIAP*, nº 31. Porto: Edições Asa.
- Mesquita-Pires, C. (2010). A Investigação-acção como suporte ao desenvolvimento profissional docente. *EDUSER: revista de educação*, v.2, pp. 66-83.
- Miranda, A. (2013). *Transformar a comunidade em Vitória*. Instituto Politécnico do Porto: Escola Superior de Educação.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2002). Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos. *Ficha Informativa nº21*. Lisboa: Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Acedido a fevereiro 04, 2017, disponível em [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha Informativa 21.pdf](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_21.pdf).
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC. Acedido a fevereiro 04, 2017, disponível em <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>.
- Pereira, F. (2008). A importância da manutenção das relações familiares para o idoso institucionalizado. *Revista Transdisciplinar de Gerontologia*, II:1, pp. 6-10. Bragança: Universidade Sénior Contemporânea. Acedido a junho 01, 2017, disponível em

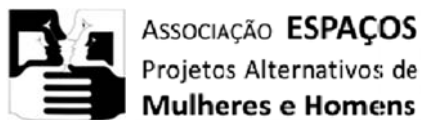
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3626/3/Artigo%20RTG2.pdf>.

- Pereira, P. (2009). *Habitação social, um modelo habitacional em equação: um estudo de caso no Bairro do Cabeço (Tortosendo)*. Universidade da Beira Interior: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Sociologia.
- Pereira, V. (s/d). *Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto*. Acedido a abril 22, 2017, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8461.pdf>.
- Pinto, J. (2011). *Bonfim – Território de Memórias e Destinos*. Porto, Junta de Freguesia do Bonfim.
- Pinto, P. (2012). A crise de cidadania da pessoa idosa: o imperative de um estatuto do idoso em Portugal. *Interações* nº23, pp. 51-61. Acedido a junho 06, 2017, disponível em <http://www.interacoes-smt.com/index.php/revista/article/viewFile/346/358>.
- Pinto, T. C. (1994), A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto Pela Casa e o Desgosto Pelo Bairro. *Sociedade e Território*, nº 20. Ed. Afrontamento, Porto, pp. 36-43
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manuel de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, B. (1993). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sequeira, C. (2010). *Cuidar de idosos com dependência física e mental*. Lisboa: LIDEL, Edições Técnicas, Lda.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais – Casos práticos*. Porto: Porto Editora.

- Serrão, C., Paulo, A., & Lopes, B. (2014). A rede social como instrumento de mudança. In P. Delgado, S. Barros, C. Serrão, S. Veiga, T. Martins, A. Guedes, F. Diogo, M. Araújo (coords.). *Pedagogia / Educação Social - Teorias & Práticas. Espaços de investigação, formação e ação*. Politécnico do Porto: Escola Superior de Educação.
- Sousa, F. (2010). *O que é ser adulto? Sociologia da adulez*. Porto: Memória Imaterial.
- Sousa, F. (2008). O que é “ser adulto”? As práticas e representações sociais – A Sociologia do Adulto. *VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Acedido a maio 16, 2017, disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/395.pdf>.
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática, guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Teixeira, L. (2010). *Solidão, depressão e qualidade de vida em idosos: um estudo avaliativo exploratório e implementação-piloto de um programa de intervenção*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia. Acedido a junho 01, 2017, disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2608/1/ulfp037460\\_tm\\_tese.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2608/1/ulfp037460_tm_tese.pdf).
- Villar, P. (2015). *O Direito Fundamental à Habitação e o Direito do Urbanismo: uma análise do direito português e do direito brasileiro*. Universidade de Coimbra: Faculdade de Direito. Acedido a abril 21, 2017, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29919/1/O%20direito%20fundamental%20a%20habitacao%20e%20o%20direito%20do%20urbanismo.pdf>.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I – ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO ESPAÇOS**



#### **ESTATUTOS**

#### **Capítulo Um**

##### **Artigo 1º**

A presente Associação adopta a designação social de “ESPAÇOS – PROJETOS ALTERNATIVOS DE MULHERES E HOMENS”, abreviadamente denominada por Associação Espaços, sendo uma associação sem fins lucrativos, com sede no Porto, que durará por tempo indeterminado e que se rege pelos presentes estatutos e pela lei em vigor.

##### **Artigo 2º**

Ponto Um – A Associação propõe-se prestar serviços à comunidade, que promovam a igualdade de género, a criatividade e o reconhecimento social e o ecodesenvolvimento, visando a criação de condições de vida e de trabalho humanizantes.

Ponto Dois – A Associação visa dar um contributo na resolução de problemas sociais, combatendo atitudes e comportamentos discriminatórios contra as pessoas com base no sexo, ascendência, raça, etnia, cultura, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, capacidades, idade, orientação sexual, identidade de género, instrução, situação económica e/ou condição social.

### Artigo 3º

Para a realização dos seus fins a Associação propõe-se, nomeadamente:  
Ponto Um – Promover projetos de investigação, ação e transformação social.

Ponto Dois – Promover processos de aprendizagem e realizar programas e projetos inovadores de sensibilização e formação.

Ponto Três – Promover e apoiar ações de formação profissional.

Ponto Quatro – Apoiar tecnicamente pessoas que pretendam criar os seus próprios empregos e facilitar o acesso às fontes de financiamento e outros apoios disponíveis a nível nacional e internacional.

Ponto Cinco – Apoiar a organização da gestão, do marketing e da comercialização de bens e serviços, no mercado interno e externo.

Ponto Seis – Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica necessários à viabilidade das iniciativas. Ponto Sete – Estimular e proporcionar o intercâmbio entre grupos, associações e empresas a fim de permitir a troca de experiências, saberes e conhecimentos.

Ponto Oito – Apoiar em termos de formação e investigação e ou ação, associações de carácter social e cultural e outras entidades.

Ponto Nove – Promover ou patrocinar a publicação de estudos, artigos, boletins, etc., em vários suportes.

Ponto Dez – Estimular a convergência de recursos e serviços a nível de instituições públicas e privadas, nacional e internacionalmente.

Ponto Onze – Estimular e organizar, nos domínios que lhe são próprios, o intercâmbio e formas de cooperação internacionais.

## Capítulo Dois Das Pessoas Associadas

### Artigo 4º

Podem ser pessoas associadas todas as mulheres e homens de maior idade, de qualquer nacionalidade, residentes ou não em Portugal.

### Artigo 5º

A admissão de novas pessoas associadas faz-se mediante proposta de duas pessoas associadas dirigidas à Direção.

### Artigo 6º

São direitos das Pessoas Associadas: Ponto Um – Assistir e participar em todas as reuniões da Assembleia Geral. Ponto Dois – Eleger os Corpos Sociais e ser eleita para qualquer cargo.

Ponto Três – Gozar de todas as regalias e benefícios que a Associação proporciona às pessoas associadas assim como participar em todas as agendas associativas em geral.

Ponto Quatro – Requerer, por escrito, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária. Ponto Cinco – Apresentar, por escrito, propostas e sugestões à Direção.

### Artigo 7º

São deveres das Pessoas Associadas:

Ponto Um – Cumprir os estatutos e regulamentos.

Ponto Dois – Aceitar e cumprir as deliberações tomadas pelos órgãos dirigentes de acordo com os objetivos da Associação.

Ponto Três – Zelar pelos interesses da Associação.

Ponto Quatro – Aceitar ser eleita para os cargos sociais, salvo motivo impeditivo. Ponto Cinco – Pagar a joia e as cotas.

### Capítulo Três Das sanções a aplicar às Pessoas Associadas

#### Artigo 8º

A Pessoa Associada perde essa qualidade, deixando de gozar os benefícios inerentes, por desistência, expulsão ou falecimento.

#### Artigo 9º

Constituem infrações disciplinares das Pessoas Associadas, os atos que prejudiquem, perturbem ou tornem impossível a existência de boas relações de convívio, violem as regras e fins da Associação ou contribuam para prejudicar o bom nome da Associação.

#### Artigo 10º

Podem ser aplicadas às Pessoas Associadas as sanções de advertência e de expulsão, da competência respectiva da Direção e da Assembleia Geral.

#### Artigo 11º

As Pessoas Associadas são sempre responsáveis pela reparação material dos prejuízos causados à Associação.

### Capítulo Quarto Dos Fundos

#### Artigo 12º

Ponto Um – Constituem fundos da Associação os donativos, legados ou subsídios, joias pagas pelas pessoas associadas na data de admissão, cotas anuais e demais receitas arrecadadas pela Associação.

Ponto Dois – O montante das joias e cotas anuais será determinado anualmente pela Assembleia Geral.

## Capítulo Cinco Dos Corpos Sociais

### Artigo 13º

Os órgãos da Associação são: Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.

### Artigo 14º

Ponto Um – A Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal são eleitos, em Assembleia Geral, pelas pessoas associadas em pleno gozo dos seus direitos.

Ponto Dois – As candidaturas ao desempenho de cargos nos órgãos sociais devem constar de listas separadas, com a identificação dos cargos a designar para cada pessoa candidata e acompanhadas pela declaração de aceitação, e devem ser, sempre que a composição do corpo associativo permitir, compostas tendo em vista assegurar a representação mínima de trinta e três por cento de cada um dos sexos na composição dos corpos gerentes.

Ponto Três – O mandato dos corpos gerentes é de dois anos, podendo ser reeleitos para um segundo mandato consecutivo.

Ponto Quatro – A posse dos membros integrantes dos órgãos sociais é conferida por Presidente da Mesa da Assembleia Geral, mantendo-se os cessantes ou demissionários em exercício de funções até que aquela se verifique.

Ponto Cinco – Os corpos gerentes são móveis a todo o tempo, mesmo antes de findos os mandatos, desde que seja essa a vontade expressa, pelo menos, por três quartos das pessoas associadas em pleno gozo dos seus direitos, reunidas em Assembleia Geral.

Ponto Seis – Ocorrendo alguma vaga nos cargos sociais será a mesma provida mediante votação a ter lugar na primeira Assembleia Geral ordinária

que venha a efetuar-se ou em sessão extraordinária expressamente convocada para o efeito.

## Capítulo Seis Da Assembleia Geral

### Artigo 15º

A Assembleia Geral compõe-se de todas as pessoas associadas no pleno gozo dos seus direitos.

### Artigo 16º

Ponto Um – Compete à Assembleia Geral: Alínea a) Eleger os Corpos Gerentes.

Alínea b) Aprovar o relatório de agendas e contas.

Alínea c) Zelar pelo cumprimento, da parte dos corpos gerentes, das suas decisões. Alínea d) Aprovar o plano de agendas apresentado pela Direção.

Alínea e) Deliberar sobre a aceitação de donativos, doações ou legados. Alínea f) Rever e alterar os Estatutos e Regulamentos.

Alínea g) Fixar o quantitativo das joias e das cotas. Alínea h) Aplicar as sanções de expulsão.

Ponto Dois – O processo de votação será estipulado em cada reunião. O voto para os corpos gerentes e para a expulsão das pessoas associadas será sempre secreto.

### Artigo 17º

Ponto Um – A Mesa da Assembleia Geral é constituída por três membros eleitos de entre as pessoas associadas: um é Presidente, com a função de dirigir os trabalhos, sendo os restantes membros Secretários, com a função de colaborar com o membro Presidente e substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos.

Ponto Dois – Na ausência ou impedimento dos membros da Mesa da Assembleia Geral, estes serão substituídos por quem, de entre as pessoas associadas, a Assembleia Geral designar, ou eleger, para essa reunião.

#### Artigo 18º

Compete ao membro Presidente da Assembleia Geral: Ponto Um – Convocar a Assembleia Geral.

Ponto Dois - Usar do voto de qualidade.

Ponto Três – Dar posse imediata aos corpos sociais eleitos.

Ponto Quatro – Distribuir as tarefas aos dois membros Secretários.

#### Artigo 19º

A Assembleia Geral reúne:

Ponto Um – Alínea a) Em sessão ordinária no mês de março de cada ano para apreciação do relatório e contas, no mês de dezembro para apreciação do plano anual de agendas e para eleição dos corpos sociais.

Alínea b) Em sessão extraordinária, por iniciativa do membro Presidente da Mesa, a requerimento fundamentado da Direção, do Conselho Fiscal ou de um grupo de, pelo menos, vinte por cento das pessoas associadas.

Ponto Dois – A convocação será feita por escrito, com a antecedência mínima de quinze dias, em carta dirigida pessoalmente às pessoas associadas, com menção expressa dos assuntos a deliberar.

Ponto Três – Não estando à hora indicada a maioria absoluta das pessoas associadas, a Assembleia funcionará decorrida meia hora com qualquer número de pessoas associadas.

Ponto Quatro – A Assembleia requerida por um grupo de pessoas associadas deverá ter a presença de oitenta por cento das pessoas requerentes, sendo da responsabilidade destas as despesas, se a Assembleia não se efetuar por ausência das mesmas.

Ponto Cinco – As deliberações da Assembleia Geral constarão de atas elaboradas por um dos membros Secretários e assinadas pelo membro Presidente.

## Capítulo Sete Da Direção

### Artigo 20º

A Direção é composta por cinco membros: um membro Presidente, dois membros Vice-Presidentes, um membro Secretário e um membro Tesoureiro, competindo-lhe nomeadamente:

Alínea a) Prosseguir os fins estatutários.

Alínea b) Pôr em prática as deliberações da Assembleia Geral.

Alínea c) Apresentar anualmente à Assembleia Geral o relatório de contas de gerência e o plano de agendas para o ano seguinte.

Alínea d) Aplicar sanções de advertência.

Alínea e) Deliberar sobre a admissão de pessoas associadas.

### Artigo 21º

Compete ao membro Presidente:

Alínea a) Marcar os dias das reuniões e dirigi-las.

Alínea b) Assinar e visar os documentos de receitas e despesas. Alínea c) Representar a Associação judicial e extrajudicialmente.

### Artigo 22º

Compete aos membros Vice-Presidentes colaborar com o membro Presidente e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

### Artigo 23º

Compete ao membro Secretário: Alínea a) Lavrar as atas das reuniões. Alínea b) Assinar o expediente geral.

Alínea c) Elaborar os relatórios de gerência e o plano de agendas a apresentar à Assembleia Geral.

#### Artigo 24º

Compete ao membro Tesoureiro:

Alínea a) Arrecadar e contabilizar as receitas, que depositará em conta bancária. Alínea b) Efetuar os pagamentos devidamente autorizados.

Alínea c) Assinar os cheques conjuntamente com outro membro da Direção.

#### Artigo 25º

Ponto Um – A Direção reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o membro Presidente ou, no seu impedimento, um dos membros Vice-Presidentes a convoque, podendo participar nas reuniões membros de outros corpos sociais.

Ponto Dois – A Direção delibera por maioria de votos dos seus membros, tendo o membro Presidente voto de qualidade.

### Capítulo Oito

#### Do Conselho Fiscal

#### Artigo 26º

O Conselho Fiscal é composto por um membro Presidente, um membro Secretário e um membro Relator.

#### Artigo 27º

Compete ao Conselho Fiscal:

Alínea a) Fiscalizar os atos da Direção.

Alínea b) Examinar a escrita e emitir parecer anual sobre o Relatório e Contas da Direção. Alínea c) Apreciar os balancetes e balanços da Direção.

Alínea d) Elaborar as atas respeitantes às suas reuniões.

## Capítulo Nove

### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 28º

A Associação dissolver-se-á por voto da maioria de setenta e cinco por cento das pessoas associadas, em Assembleia Geral Extraordinária.

#### Artigo 29º

Em caso de dissolução, os bens da Associação, deverão ser entregues a uma Associação com fins similares, conforme deliberação da Assembleia Geral.

## ANEXO II – PROTOCOLO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “HABITAR PORTO NAS FREGUESIAS DE BONFIM E CAMPANHÃ”



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



Handwritten signatures and initials.

### Protocolo de implementação do Programa “HABITAR Porto nas freguesias de Bonfim e Campanhã”

#### ENTRE:

**Primeiro Outorgante:** Junta de Freguesia do Bonfim, com sede no Campo 24 de Agosto, n.º 294 no Porto, pessoa coletiva n.º 507 262 921, representada pelo Presidente da Junta, José Manuel da Fonseca Carvalho;

**Segundo Outorgante:** Junta de Freguesia de Campanhã, com sede na Praça da Corujeira, n.º 202 no Porto, pessoa coletiva n.º 506 824 209, representada pelo Presidente da Junta, Ernesto Fortunato Neves Santos;

#### E:

**Terceiro Outorgante:** Relatos Quotidianos - Associação, com sede na Travessa de Fernão de Magalhães, n.º 141 – Casa 6 no Porto, pessoa coletiva n.º 514 260 912, representada pelo Presidente da Direção, Aitor Varea Oro;

#### Considerando que:

1. Nas freguesias do Bonfim e de Campanhã verifica-se a prevalência de, respetivamente, 18% e 15% de casas devolutas, e 16% e 24% de pessoas desempregadas, configurando uma zona urbana de vulnerabilidade social;
2. A oferta de casas para arrendamento a valores acessíveis para a população fragilizada é diminuta em ambas as freguesias;
3. As freguesias do Bonfim e de Campanhã apresentam reconhecidas linhas de continuidade social e territorial, legitimadas na delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) que abrangem as duas freguesias;
4. As Operações de Reabilitação Urbana (ORU) de tipo sistemático definidas para a zona oriental da cidade reconhecem e fomentam esta continuidade social e



Porto.



Freguesia de Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



20  
9  
h

territorial, criando um cenário favorável a uma intervenção socio territorial mais eficaz e sustentável, reforçando as oportunidades e os recursos através dos mecanismos de financiamento e dos apoios nelas previstos para as duas freguesias;

5. A Junta de Freguesia do Bonfim e a Junta de Freguesia de Campanhã, na prossecução dos melhores interesses da sua população, consideram ser de extrema importância a ativação dos cidadãos e dos agentes sociais e económicos do seu território para os processos integrados de reabilitação urbana;
6. Este entendimento ao nível das freguesias do Bonfim e de Campanhã acompanha, de forma pioneira, as orientações estratégicas do Município, que privilegiam um paradigma de intervenção socio territorial integrada;
7. A criação de uma nova Divisão Municipal de Reabilitação Urbana suscita a necessidade de criação de estruturas de proximidade sinérgicas com aquela, de modo a conceber, canalizar e rentabilizar, de forma contextualizada, novos recursos e potencialidades que possam assumir um caráter piloto para o Município;
8. A operacionalização das ORU exige a construção de um conhecimento aprofundado das dinâmicas habitacionais e sociais das freguesias, bem como do seu edificado.
9. Está prevista a aprovação de três novos instrumentos de recuperação do edificado, que vão exponenciar o número situações passíveis de intervenção, diversificando as soluções e abrangendo uma maior diversidade de beneficiários.

É estabelecido o presente Protocolo, aprovado em reunião ordinária do executivo da Junta de Freguesia do Bonfim, de 11/12/2015, e do executivo da Junta de Freguesia de Campanhã, de xx/xx/2016 ao abrigo do Artigo 16.º n.º 1 alínea v) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que se regerá pelo estipulado nas cláusulas seguintes:



Freguesia de  
Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



Handwritten signature

#### Cláusula Primeira

##### (Âmbito)

O presente protocolo define as condições para o desenvolvimento do Programa "Habitar - Porto", doravante designado por Programa Habitar, concebido pelo terceiro outorgante para as Freguesias do Bonfim e Campanhã.

#### Cláusula Segunda

##### (Objeto)

O "Programa Habitar" assentará em 3 (três) pilares de atuação, designadamente:

- a) Criação e manutenção de dois gabinetes de atendimento à população do Bonfim e Campanhã, orientado para a prestação de informação sobre programas de financiamento e medidas de apoio disponíveis para a reabilitação urbana, priorizando os proprietários com baixa capacidade financeira; a prestação de informação sobre oportunidades de arrendamento a custos ajustados a níveis de rendimento baixos; o acolhimento de demandas de cidadãos e agentes organizacionais relacionadas com o setor da reabilitação urbana e a habitação a custo justo;
- b) Criação e dinamização de uma bolsa de inquilinos, senhorios e agentes sociais e económicos relevantes para os processos de reabilitação urbana integrada que complementem a oferta de mercado, privilegiando o acesso à habitação às populações com menos recursos;
- c) Orientação e apoio multidisciplinar nos procedimentos burocráticos e técnicos, para a concretização das candidaturas aos programas de financiamento disponíveis para a reabilitação urbana;

#### Cláusula Terceira



Freguesia de Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



Handwritten signature

(Deveres do 3.º Outorgante)

Compete ao terceiro outorgante:

- a) Contribuir para a produção de um conhecimento pormenorizado da realidade territorial:
  - i) Recolher, tratar e sistematizar informação de caracterização social e habitacional inerente ao devido acompanhamento das situações acolhidas no âmbito dos gabinetes de atendimento à população, privilegiando as que sejam priorizadas pelos pelouros de Coesão Social e Ação Social de cada uma das Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, respetivamente, de entre as que se encontrem nas áreas das freguesias integradas na delimitação estabelecida no Caderno de Encargos para o levantamento das ilhas a realizar pelo terceiro outorgante no âmbito de prestação de serviços contratada pela Câmara Municipal do Porto;
  - ii) Criar uma bolsa de senhorios, inquilinos e agentes sociais e económicos da freguesia do Bonfim e da freguesia de Campanhã, potenciando as linhas de continuidade territorial e social que já as caracterizam;
- b) Informar a população e os agentes sociais e económicos do Bonfim e de Campanhã sobre todos os programas de financiamento e medidas de apoio disponíveis para a reabilitação urbana, priorizando os proprietários com baixa capacidade financeira, e considerando a sua multidimensionalidade tal como se estabelece em sede das ORU em definição, fazendo uma efetiva ponte com serviços já disponibilizados por outros agentes;
- c) Dinamizar as bolsas de inquilinos, senhorios e agentes sociais e económicos por forma a criar pontes e soluções de compra, arrendamento e reabilitação do edificado que suportem:
  - i) processos de alojamento da população mais fragilizada;
  - ii) estratégias alternativas de compra e arrendamento orientadas para as populações não fragilizadas, não duplicando as soluções existentes no mercado numa lógica concorrencial;



Porto.



Freguesia de Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



*Handwritten signature*

- iii) processos de reabilitação que tendencialmente promovam a criação de emprego à escala local;
- d) Partilhar e integrar informações e conhecimento social produzido com os pelouros de Coesão Social e de Ação Social de cada uma das Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, respetivamente;
- e) Assegurar a articulação com a Divisão Municipal de Reabilitação Urbana no que respeita à instrução e desenvolvimento dos projetos de reabilitação urbana promovidos;
- f) Garantir a manutenção de uma equipa de trabalho de composição e qualificação adequadas ao desenvolvimento eficaz e eficiente do projeto;
- g) Prestar todos os esclarecimentos ao primeiro e ao segundo outorgantes no momento em que lhe forem solicitados;
- i) Identificar devidamente o primeiro e o segundo outorgantes enquanto entidades parceiras do Programa em todos os materiais e suportes de comunicação;
- j) Elaborar e entregar à primeira e à segunda outorgantes relatórios trimestrais de atividade;
- k) Produzir um relatório final do Programa, nos termos a definir conjuntamente com o primeiro e com o segundo outorgantes.

#### Cláusula Quarta

(Direitos do 3.º Outorgante)

O terceiro outorgante terá direito:

- a) Usufruto de uma sala de atendimento equipada com mobiliário e equipamento informático adequados pelo primeiro e segundo outorgantes, para estabelecimento de gabinetes de atendimento e informação à população do Bonfim e de Campanhã, respetivamente;
- b) O terceiro outorgante terá acesso a toda a informação e documentos classificados como não confidenciais, que sejam necessários para a prossecução eficaz,



Freguesia de  
Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



*Handwritten signature*

- eficiente e sustentável do presente Programa, e que possam ser disponibilizados por parte do primeiro e do segundo outorgantes;
- c) Para efeitos do disposto na alínea anterior, o terceiro outorgante deverá fazer o pedido por escrito, com discriminação do objeto e finalidade do mesmo, junto das instâncias indicadas pelo primeiro e pelo segundo outorgantes;
  - d) Para efeitos de comunicações relativas ao desenvolvimento das atividades do Programa, o terceiro outorgante terá acesso às vias e meios de comunicação usualmente utilizados pelo primeiro e pelo segundo outorgantes;
  - e) Para efeitos de partilha e integração do conhecimento social produzido com os pelouros de Coesão Social e de Ação Social das Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, respetivamente, serão indicados pelos primeiro e segundo outorgantes os interlocutores e os respetivos procedimentos de articulação.

#### Cláusula Quinta

(Deveres do 1.º e 2º Outorgantes)

Compete ao primeiro e ao segundo outorgantes:

- a) Disponibilizar toda a informação e/ou documentação classificadas como não confidencial, que lhes sejam solicitadas pelo terceiro outorgante, com autorização ou conhecimento dos mesmos, no âmbito do presente Programa;
- b) Analisar os pedidos que lhes sejam efetuados pelo terceiro outorgante, nos termos da alínea anterior, e responder em devido tempo de forma a não prejudicar o desenvolvimento das atividades do Programa;
- c) Indicar interlocutores e os procedimentos de articulação para efeitos de partilha e integração do conhecimento social produzido com os pelouros de Coesão Social e de Ação Social das Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, respetivamente;
- d) Ceder uma sala de atendimento equipada com mobiliário e equipamento informático adequados ao terceiro outorgante, para atendimento e informação à população do Bonfim e de Campanhã, respetivamente;



Freguesia de  
Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



*Handwritten signatures and initials*

- e) Colaborar com o terceiro outorgante no sentido da obtenção de um espaço de trabalho adequado ao exercício das funções aqui definidas que extravasam o âmbito estrito do atendimento às populações que decorrerá nos gabinetes de atendimento mencionados na alínea d);
- f) Ceder os elementos necessários à sua devida identificação enquanto entidades parceiras do Programa em todos os materiais e suportes de comunicação;
- g) Facilitar o acesso às vias e meios de comunicação usualmente utilizados para efeitos de comunicações relativas ao desenvolvimento das atividades do Programa;
- h) Divulgar o Programa através dos canais usualmente utilizados por cada uma das Juntas de Freguesia para efeitos de divulgação das iniciativas promovidas;
- i) Acordar com o terceiro outorgante, em tempo útil, os parâmetros de avaliação do Programa e um quadro de conteúdos de referência para os relatórios mensais e final.

#### Cláusula Sexta

(Direitos do 1.º e 2º Outorgantes)

Cabe ao primeiro e segundo outorgantes:

- a) Receber do terceiro outorgante relatórios trimestrais de atividade;
- b) Receber um relatório final nos termos da cláusula 3.ª alínea n);
- c) Solicitar toda a informação que considere pertinente no âmbito do Programa, dentro do prazo que estipular para o efeito;
- d) Apreciar as propostas que lhe forem apresentadas pelo terceiro outorgante, no âmbito do estipulado na cláusula 10ª ponto 4 do presente protocolo;
- e) Ver assegurada a conservação do espaço e equipamento cedidos.

#### Cláusula Sétima

(Dever de Confidencialidade)



Freguesia de  
Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



*Handwritten signature*

1. O terceiro outorgante, bem como todos os membros da equipa que integrem o Programa, que tomem conhecimento de informação confidencial ou reservada ficarão sujeitos ao dever de sigilo sobre os referidos factos, bem como impedidos de utilizar informação ou matéria que integrem o Programa para outros fins que não os aqui previstos;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente protocolo;
3. Exclui-se do dever de confidencialidade:
  - a) a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo terceiro outorgante, ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes;
  - b) o conhecimento produzido ao longo do desenvolvimento do Programa no âmbito da cláusula 3ª alínea a), desde que respeitados os pontos 1 e 2 da presente cláusula.

Cláusula Oitava  
(Incumprimento)

O incumprimento de algumas das obrigações previstas no presente Protocolo confere ao outorgante não faltoso a faculdade de proceder à sua resolução, mediante carta registada com aviso de receção, a enviar à contraparte, com uma antecedência mínima de 30 dias relativamente ao respetivo termo do prazo na qual se especificarem os motivos que integram a justa causa invocada, sem lugar a qualquer indemnização e sem prejuízo das ações realizadas ao abrigo do mesmo e que ainda se encontrem em curso.



Freguesia de  
Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



Cláusula Nona  
(Vigência do Protocolo)

1. O presente Protocolo entra em vigor no dia imediato ao da sua assinatura e é vigente até 31 de Outubro de 2017;
2. Este protocolo será renovado automaticamente por períodos de doze meses no caso de não ser denunciado por qualquer das partes;
3. A denúncia para o termo do prazo deverá ser feita por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de um mês e sem prejuízo das ações realizadas ao abrigo do mesmo e que ainda se encontrem em curso.

Cláusula Décima  
(Disposições finais)

1. Quaisquer dúvidas, esclarecimentos, pormenorizações ou alterações que resultem ou se imponham durante a execução do presente protocolo serão decididas por acordo das partes e constarão de documento escrito assinado pelas partes, com idêntica forma ao do presente protocolo, que se considerará como parte integrante do mesmo.
2. Na falta de acordo relativo à interpretação, integração e aplicação do respetivo protocolo considera-se competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.
3. Todas as comunicações entre as partes relativas ao presente acordo devem ser endereçadas às respetivas sedes ou domicílios, constantes do preâmbulo deste documento, salvo se, entretanto, tiver sido indicado endereço diverso para esse fim.
4. Revisão por solicitação de qualquer uma das partes, sempre que as circunstâncias contextuais se alterem de modo a exigir um ajuste ao presente protocolo.

Porto, 24 de fevereiro de 2017



Freguesia de  
Campanhã



JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM



O primeiro outorgante

O segundo outorgante

O terceiro outorgante



Porto.



Freguesia de Campanhã

## ANEXO III – ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RELATOS QUOTIDIANOS



11

1º Cartório Notarial de Competência Especializada do Porto

Tel.: 222 076 960

Email: cartorio.porto@irn.mj.pt

Relativamente à certidão requisitada sob o nº 59/2017

### CERTIFICO

Que o presente documento contendo seis páginas incluindo esta, reproduz, em conformidade com o original, o ato constitutivo e estatutos, tudo respeitante à Associação "RELATOS QUOTIDIANOS - ASSOCIAÇÃO" NIPC 514 260 912.

Todas as páginas vão numeradas, rubricadas e autenticadas com o selo branco exclusivo desta repartição.

Cartório Notarial de Competência Especializada Porto, 2017-01-23  
10:46

A Notária

( Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino)

27  
1  
9

## Constituição de Associação

Primeiro: LILIANA ISABEL TEIXEIRA LOPES, casada, natural da freguesia de Vitória (extinta), concelho de Porto, residente em Travessa de Fernão Magalhães, Número 141, casa 6, Porto, contribuinte n° 217564798.

Segundo: AITOR VAREA ORO, solteiro, maior, de nacionalidade Espanhola, natural de Espanha, residente em Campo 24 de Agosto, Número 186, Porto, contribuinte n° 288966643.

Que constituem uma Associação que se regerá pelo disposto nos artigos seguintes:

### Artigo 1.º

#### Denominação, sede e duração

1. A associação, sem fins lucrativos, adota a denominação RELATOS QUOTIDIANOS - ASSOCIAÇÃO, e tem a sede na Travessa de Fernão de Magalhães, Número 141, casa 6, Porto, freguesia de Bonfim, concelho de Porto e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A associação tem o número de pessoa coletiva 514260912 e o número de identificação na segurança social 25142609125.

### Artigo 2.º

Fim

## **Artigo 2.º**

Fim

A associação tem como fim "promoção de cidadanias ativas e de uma sociedade inclusiva através da dinamização inovadora e alternativa dos recursos urbanos materiais e imateriais. Como linhas de ação específicas estabelecem-se a criação do conhecimento relevante e contextualizado para identificar e potenciar os recursos do território; o desenvolvimento de processos formativos adequados para

34  
20  
27

a qualificação de agentes urbanos em lógicas de intervenção alternativas, inovadoras e sustentáveis, e a disponibilização de assistência técnica para a promoção de intervenções através das quais o edificado se converta de objeto de disputa em elemento de coesão social."

## **Artigo 3.º**

Receitas

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) a joia inicial paga pelos sócios;
- b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;

- c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das atividades sociais;
- d) as liberalidades aceites pela associação;
- e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

#### **Artigo 4.º** Órgãos

1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 2 ano(s).

#### **Artigo 5.º** Assembleia geral

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.
3. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas.

#### **Artigo 6.º** Direção

1. A direção, eleita em assembleia geral, é composta por 3 associados.
  2. À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.
  3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.
-

4. A associação obriga-se com a intervenção de dois diretores.

#### **Artigo 7.º** Conselho Fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 associados.

2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.

3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

#### **Artigo 8.º**

##### Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

#### **Artigo 9.º**

##### Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.

Os associados declaram ter sido informados de que devem proceder à entrega da declaração de início de atividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Aos 23 dias do mês de Janeiro de 2017

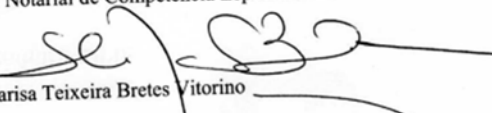
· Liliana Isabel Teixeira Lopes  
· Aitor Varea

Reconheço as assinaturas supra de Liliana Isabel Teixeira Lopes e de Aitor Varea Oro, feitas pelos próprios na minha presença, identidade que verifiquei pela exibição, respetivamente, do C.C. nº 10507284 2ZZ9, válido até 27/05/2019 emitido pela República Portuguesa e pelo documento de identidade nº

sh  
sh  
JA.  
2017

48435229N válido até 22/06/2025 emitido pelo Ministério do Interior de Espanha.

1º Cartório Notarial de Competência Especializada do Porto, em 23 de janeiro de 2017.

A Notária:   
(Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino)

# ANEXO IV – REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DO BONFIM

---



## Regulamento Interno da Comissão Social de Freguesia do Bonfim

### **Regulamento Interno**

#### **Artigo 1º**

##### **Objeto**

O presente regulamento interno destina-se a definir e dar a conhecer os princípios a que obedece a constituição, organização e funcionamento da Comissão Social de Freguesia do Bonfim, abreviadamente designado por CSF do Bonfim, em 03 de junho de 2014 nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que insistiu a Rede Social e do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

#### **Artigo 2º**

##### **Natureza**

A CSF do Bonfim é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social local.

### **Artigo 3º**

#### **Objetivos**

A CSF do Bonfim tem como principais objetivos:

- a. Contribuir para a definição de prioridades de intervenção social na freguesia, através de um plano integrado, potenciando sinergias, competências e recursos;
- b. Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais a nível local;
- c. Promover a efetiva participação da sociedade civil e das entidades públicas e privadas na dinâmica da Freguesia;
- d. Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a inclusão e coesão social.

### **Artigo 4º**

#### **Estruturas da CSF**

1. A CSF do Bonfim funciona em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros.
2. Sempre que necessário, para o bom exercício das suas competências, a CSF do Bonfim pode constituir um núcleo executivo.
3. Podem, ainda, ser designados grupos de trabalho temáticos, tidos por adequados para responder às problemáticas que requeiram um tratamento específico.

### **Artigo 5º**

#### **Âmbito Territorial**

O âmbito da CSF do Bonfim abrange o território da Freguesia do Bonfim.

### **Artigo 6º**

#### **Sede de Funcionamento**

A CSF do Bonfim tem sede nas instalações da Junta de freguesia do Bonfim, sita no Campo 24 de Agosto nº 294, a qual é responsável pelo apoio logístico ao seu funcionamento.

### **Artigo 7º**

#### **Composição do CSF do Bonfim**

A CSF do Bonfim integra:

- a. O Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim;
- b. Os serviços públicos, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna e obras públicas e ambiente;
- c. Entidades sem fins lucrativos, tais como associações empresariais, associações sindicais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não-governamentais, associações de desenvolvimento local, associações humanitárias, associações culturais e recreativas e outras instituições do setor cooperativo e social;

- d. Grupos comunitários organizados representativos de grupos da população;
- e. Entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou amplitude económica.

## **Artigo 8º**

### **Competências da CSF do Bonfim**

Compete à CSF do Bonfim:

- a. Aprovar o seu Regulamento Interno;
- b. Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na Freguesia e definir propostas de atuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na CSF.
- c. Encaminhar para o Conselho Local de Ação do Porto, adiante designado de CLASP os problemas que excedam a capacidade dos recursos da Freguesia, propondo as soluções que tiverem por adequadas;
- d. Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na Freguesia;

Regulamento Interno da Comissão Social da Freguesia do Bonfim

3

- e. Promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da Freguesia;
- f. Promover ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- g. Recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas;
- h. Dinamizar a adesão de novos membros;
- i. Articular as ações desenvolvidas pela CSF do Bonfim com o Plano de Desenvolvimento e os Planos de Ação social.

## **Artigo 9º**

### **Adesão e Processo de Constituição**

1. A constituição da CSF do Bonfim é feita em sessão plenária, ficando registada em ata assinada por todos os parceiros aderentes.
2. O processo de adesão à CSF do Bonfim é concretizado em formulário próprio, tendo cada entidade aderente de indicar o respetivo representante. Os representantes que por impedimentos devidamente justificados não puderem comparecer à reunião, poderão indicar um representante, devendo comunicar à Presidência da CSF do Bonfim.

## **Artigo 10º**

### **Condições de Adesão à CSF do Bonfim**

1. A adesão de novos membros é deliberada em sessão plenária, ficando registada em ata assinada por todos os parceiros aderentes.
2. A adesão das entidades referidas na alínea b. do artigo 7.º do presente regulamento depende de as mesmas exercerem a sua atividade na respetiva área geográfica ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local.
3. Só podem ser membros da CSF do Bonfim as entidades que tenham, previamente, aderido ao Conselho Local de Ação Social do Porto.
4. Considerando que a Rede Social se baseia na adesão livre das entidades que a compõem, a saída da CSF do Bonfim não carece de qualquer deferimento, bastando para tal uma declaração formal da própria entidade que expressa a sua decisão.

## **Artigo 11º**

### **Perda do Mandato**

1. Perdem automaticamente o mandato os membros da CSF do Bonfim que faltem, sem justificação, a três reuniões seguidas ou a cinco interpoladas.
2. O pedido de justificação de falta pelo interessado é feito por escrito e dirigido ao Presidente da CSF do Bonfim em funções, até à reunião seguinte daquela em que a falta se tenha verificado e a decisão é notificada ao interessado.

## **Artigo 12º**

### **Presidência da CSF do Bonfim**

1. A CSF do Bonfim é presidida pelo Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, ou em quem este delegue nos seus impedimentos, que dinamiza e convoca o respetivo plenário.
2. Caso se verifique a impossibilidade da assunção da presidência pelo Presidente da Junta de Freguesia, esta é assumida por um dos membros da CSF, eleito de dois em dois anos, pela maioria das entidades que a compõem, tendo a Junta de Freguesia de indicar um representante para a CSF.
3. Compete ao Presidente da CSF do Bonfim, abrir e encerrar as reuniões e conduzir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando em circunstâncias excecionais o justifique.

## **Artigo 13º**

### **Reuniões**

1. A CSF do Bonfim reúne ordinariamente uma vez por mês.
2. A CSF poderá reunir-se extraordinariamente, por iniciativa da sua presidência ou quando solicitado por um terço dos membros que a compõem, devendo para o efeito ser remetida uma convocatória da presidência, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, seguindo a convocatória por correio eletrónico, e com a indicação do assunto que se deseja ver tratado.
3. As convocatórias são sempre feitas pela presidência da CSF do Bonfim, e remetida com, pelo menos, oito dias úteis de antecedência seguindo a convocatória por correio eletrónico.
4. O Plenário da CSF pode aprovar alterações à ordem de trabalhos, por maioria dos membros presentes, sob proposta do Presidente, ou sob proposta de qualquer um dos membros, tendo, o pedido de alteração, sido entregue ao Presidente da CSF do Bonfim, pelo menos uma hora antes do início da reunião.
5. O quórum de funcionamento das reuniões deverá ser de metade mais um. Em caso de falta de quórum, o plenário reunirá quinze minutos depois com os membros presentes.

5

Regulamento Interno da Comissão Social da Freguesia do Bonfim

## **Artigo 14º**

### **Atas das Reuniões**

1. De cada reunião é lavrada uma ata, onde se registam os assuntos tratados, à qual será anexada a folha de presenças, que será apreciada e aprovada na reunião seguinte.
2. A responsabilidade de elaboração da ata cabe por inerência à entidade que detém a presidência da CSF.
3. Em caso de deliberações urgentes será elaborada ata em minuta que será posta à aprovação dos membros presentes.

## **Artigo 15º**

### **Direitos e Deveres dos Membros**

1. Constituem direitos dos membros da CSF do Bonfim:
  - a. Estar representado em todas as reuniões plenárias da CSF;
  - b. Colocar em discussão nas reuniões da CSF, os problemas sociais que identifica no decorrer do exercício da sua atividade institucional;
  - c. Participar no estudo e planeamento da intervenção nas problemáticas expostas nas reuniões da CSF, fazendo-o com empenho e como contributo para a consolidação de um espírito de partilha e de parceria;
  - d. Ser informado sobre o processo de resolução dos problemas discutido e decidido com a CSF.
  - e. Ser informado pelos restantes membros da CSF, de todos os projetos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;

2. Constituem deveres dos membros da CSF do Bonfim:
  - a. Comparecer aos plenários e grupos de trabalho a que pertençam, justificando sempre as eventuais faltas;
  - b. Contribuir de forma aplicada para a articulação e solidariedade interinstitucional tendo presente a complementaridade necessária na intervenção social;
  - c. Disponibilizar os recursos da instituição que representa, considerados pertinentes para a intervenção no âmbito de um problema social identificado;
  - d. Participar no estudo dos problemas sociais colocados em discussão e implicar-se nas tomadas de decisão adotadas em reunião de Comissão;
  - e. Informar acerca das respostas, medidas e programas, que contribuam para resolução dos problemas em análise;
  - f. Garantir a permanente atualização da base de dados, local;
  - g. Participar ativamente na realização e atualização do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e planos de ação;
3. O não cumprimento dos deveres referidos no nº2 do artigo 15º em prazo razoável determina a suspensão temporária ou definitiva da CSF.

Regulamento Interno da Comissão Social da Freguesia do Bonfim

6

## **Artigo 16º**

### **Votação e Deliberações**

1. Cada entidade parceira da CSF do Bonfim tem direito a um voto.
2. A votação é feita:
  - a. Por voto identificado para a aprovação de propostas;
  - b. Por voto secreto para a eleição de pessoas.
3. As deliberações são aprovadas por maioria simples.
4. Em caso de empate, o Presidente da CSF usará o direito do voto de qualidade.
5. Em nenhum caso poderá um membro representar mais do que uma entidade.
6. As propostas e declarações de voto são obrigatoriamente escritas pelo declarante e anexas à respetiva ata.

## **Artigo 17º**

### **Revisão do Regulamento e Casos Omissos**

Todas as propostas de alterações ou aditamentos ao presente Regulamento deverão ser sujeitas à aprovação, em reunião plenária da CSF.

**Artigo 18º**

**Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor logo que aprovado, por maioria dos presentes, em reunião plenária da CSF.

Porto, 03 de Junho de 2014

A assinatura de todos os presidentes:

AIET - Abrigo Naturno do Porto - Susete Santos

ADDIT - Silva Rosale

G.A.S. Porto - Fátima Lopes

ISS, IP - Inês Almeida Pereira

Fundação ARI - Centro Porta Amiga do Porto - Susana G. Soares

LAR LUTINOSO - Porto - Helena Costa

ARISF - Comunidade Zuseip - Vila do Bom Pastor - Yngrid

PERE - Manoel José de Azevedo

Benéfica e Presidente - Fabrice Pinto

PSP - João Mendes

Associação das Mulheres da Lameira - Ricardo Costa

Presidência Familiar do Porto - Graça Soares

PRISIDÊNCIA PAROQUIAL DO PORTO - Celsa Soares.

DGASP - Maria do Bom S.F. Anjo

ALUDANIS - Nuno Carlos Ribeiro

CARITAS EVANGÉLICA PORTO - [Signature]

APF - João Gabriel Santos

CENTRO SOCIAL DA LÉSIA DA BOA VONTADE - Orlando Silva - [Signature]

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – GUIÃO DA ENTREVISTA A AITOR VAREA ORO

1. Boa tarde Aitor, conta-nos, por favor, como surgiu o Programa Habitar.
2. Como surgiu a parceria com a Associação Espaços?
3. Como surgiu a parceria com a Junta de Freguesia do Bonfim? E com a Junta de Campanhã?
4. Quais foram as maiores dificuldades ao longo de todo o processo?
5. Mudarias alguma coisa do que fizeste até agora?
6. Quais são as perspetivas para o Programa?
7. Como vês as duas grandes áreas conceptuais do Programa? (arquitetura e educação social)
8. No Habitar, existe uma visão integradora dos vários elementos da comunidade, como vês as diferenças de forças e fazes a gestão destes elementos?

## APÊNDICE II – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A AITOR VAREA ORO

**E1: Hm... Gostava de começar com uma pergunta, Aitor: concordas com a gravação desta entrevista para ficar registado?**

E: Concordo sempre que não usem para me vender produtos da MEO ou da Vodafone.

**E1: [risos] Ok!**

**E2: Então, antes de mais, boa tarde. Podias começar por nos contar, por favor, como é que surgiu o Programa Habitar?**

E: Como que surgiu o Programa Habitar... O Programa Habitar acho que surge basicamente por duas questões, ah... a primeira tem a ver com a minha inquietação sobre eh... sobre a necessidade de o arquiteto puder ser útil para, para um número de pessoas mais abrangentes. A arquitetura como vocês sabem é uma prática que normalmente é associada a pessoas com mais poder de compra. Normalmente um arquiteto está associado ao luxo e eu pensei que sendo a habitação um direito básico, não fazia sentido que isto continuasse a ser assim portanto existia uma componente pessoal de querer tornar a minha profissão numa coisa útil para mais pessoas. E... Por outro lado, isto foi o que me levou a fazer o meu... o que me levou a escrever o meu doutoramento. Eu ‘tava a trabalhar na altura em Valencia, estava envolvido numa luta que eu achava que era interessante que era para salvar um bairro lá na cidade de Valencia no El Cabanyal, onde basicamente existiam duas... haviam muitos técnicos que estavam, que estavam envolvidos na... na, na luta. Eh... Muitos arquitetos e existia uma espécie de contrato não escrito onde o que os técnicos queriam fazer eram duas coisas: fazer um projeto que não fosse como o projeto que a Câmara queria fazer para aquele bairro, fosse um projeto que tivesse a ver com a realidade do território e que fosse para as pessoas que habitavam aquele território. Só que passados dois anos do... do meu envolvimento naquela, naquela... Pronto, naquela resistência, dos moradores... apercebi-me que não se identificava a pobreza urbana como... como uma característica do

território e não se identificavam os, os moradores ciganos como moradores legítimos daquela área. Aquilo fez-me pensar sobre a maneira em que ou a facilidade com que a arquitetura era facilmente instrumentalizada para apoiar um projeto político que o projeto neoliberal, não é? Nós somos classe média só porque... porque existe uma coisa que é um exterior que é um constitutivo que são as pessoas os ciganos, os gitanos, os “tchavos” em Inglaterra, que são as pessoas que... que não são classe média mas quando nós olhamos para a nossa conta bancária talvez eh... tenhamos argumentos para pensar que não somos classe média. Portanto, isso- a arquitetura não é propriamente uma técnica, faz parte de um projeto cultural e aí é que eu comecei a estudar a minha tese eh... comecei em Valencia depois vim cá para estudar o que é que tinha acontecido no 25 de abril e... e aos poucos aconteceu uma coisa que é... que deixei de interessar-me pelo que tinha acontecido no 25 de abril, o processo SAAL e comecei a interessar-me por aquelas coisas que ainda existiam que... existiam no 25 de abril e existiam agora que eram o problema das ilhas e a pobreza urbana na cidade. E... em simultâneo o Habitar nasceu também graças à influência do meu orientador na altura, que era o Tomás Rodriguez Villasante, um sociólogo que é uma pessoa que é praticamente o pai das meto-metodologias participativas lá em Espanha. Na altura que eu apresentei a proposta de tese, apresentei os objetivos eh... e ele disse-me “ Pá, ‘tá tudo bem mas há uma coisa que falta cá que é se vais usar metodologias participativas, um dos objetivos deveria ser eh... melhorar a vida das pessoas, contribuir para resolver os problemas que as pessoas têm”. Aquilo fez todo o sentido para mim, acabou por ser um dos, dos objetivos e na última sessão que fizemos cá em São Vítor porque a minha... a minha investigação cá foi, foi nesta rua... São Vítor... Eh... contámos com a participação da doutora Alda Pena da... da Junta de Freguesia do Bonfim, com o senhor presidente da Junta de Freguesia do Bonfim e ao final da intervenção a doutora Alda Pena convidou-me para fazer alguma proposta em matéria de habitação e eu pensei que aquilo que eu tinha escrito na tese, que era... “Se nós queremos melhorar a situação de alojamento das pessoas com os recursos a solução não está no estirador do arquiteto, a solução

está nas redes sociais que participam na produção do... do espaço urbano. Então vi aí a oportunidade de levar para a prática aquilo que no início era uma inquietação que sempre tive durante o curso, que acabou por ser o foco da investigação da minha tese e que pronto, tinha a oportunidade de levar aquilo pra... pra prática.

**E2: Então, conta-nos agora, por favor, como é que surgiu a parceria com a Associação Espaços? Como é que te ligaste a esta... a esta Associação?**

E: Ela aconteceu por... por mero acaso. Eu estava, já estava a trabalhar eh... no estudo prévio do que aquilo no futuro viria a ser o Habitar e a doutora Alda Pena falou-me de uma pessoa... que vivia numa ilha... eh... e que estava a fazer um projeto muito engraçado naquela ilha... E que tinha ido à Junta para pedir informações para saber se existiam financiamentos para poder intervencionar o espaço público da ilha dela. Esta pessoa chamava-se Liliana, então eu chamei a Liliana, eh... fiquei a saber de... da situação. Pronto! Antes de falar com a Liliana a doutora Alda já me tinha dito que... que a situação dela não se enquadrava muito bem nos financiamentos existentes, que mesmo assim valia a pena dar uma vista de olhos porque eu estava mais por dentro dos programas, mas que a Liliana estava a fazer alguma... 'tava a fazer uma dinâmica interessante com os moradores. Portanto eu fui falar com a Liliana, estive em casa da Liliana e realmente deu pra perceber que...que aquilo tinha muito mais por trás do que a doutora Alda me tinha contado. Eh, a própria linguagem da Liliana já... eu na altura não sabia que ela estudava educação, que ela era professora de educação social eh... mas o próprio discurso já tinha muitos pontos em comum com aquilo que eu tinha estudado na tese: falou-se muito em relações de poder, falou-se muito na interação das pessoas e... aos poucos olha, vimos que... que não existia solução para aquilo que... que... que tinha sido o ponto de entrada da Liliana no Habitar mas encontrámos uma certa afinidade pessoal, intelectual e até de compromisso com certas coisas que nos chateavam da... da vida quotidiana, não é? E... por mero acaso eu, eu disse-lhe que estamos a começar as obras no PREC, num edifício lá em Rodrigues de Freitas e perguntei se ela não estaria interessada em... em ter um espaço lá. Ela

disse-me que sim, que estão mesmo interessados porque para poder ter uma... uma...poder submeter uma candidatura – medida emprego jovem ativo – precisavam de um espaço onde as pessoas pudessem fazer os trabalhos. E, aos poucos, através de... da afinidade intelectual, do convívio, de perceber que a prática, a própria prática, também era transformadora acabámos por ir criando aos poucos uma parceria informal até ao ponto que chegou uma altura que convidei a – não a Associação Espaços, mas sim a Liliana – ser cocoordenadora do Habitar porque fazia todo o sentido.

**E2: Relativamente às Juntas, e já sabendo de antemão que o teu trabalho começou no Bonfim e partiu para Campanhã, eh... Como é que surgiram essas parcerias?**

E: Eh... Partiu da doutora Alda Pena e ela participou numa sessão em, em São Vítor com mais moradores e claramente ela achou piada àquilo que nós estávamos a fazer. Acho que ela encontrou lá uma pessoa que era técnica mas que em simultâneo conseguia falar em linguagem de... das populações. Eh... e portanto convidou-me para apresentar uma iniciativa em matéria de habitação. Acrescentei à iniciativa o Habitar. O Habitar naquela altura tinha uns pontos que eram muito diferentes daquilo que, que acabou por ser. Eh... A doutora Alda gostou muito, apresentou ao Presidente e aí começou um caminho que já foi bastante mais complicado porque... eh, todos nós temos esta imagem de as instituições como coisas monolíticas onde... e é verdade que as instituições estão, estão formadas por pessoas. Sempre existiu uma afinidade muito grande com a doutora Alda, até porque somos da mesma geração, até porque pronto, partilhamos certas coisas sobre a maneira de ver o mundo, a maneira de ver o papel das pessoas na, na sociedade. Com... com o Presidente sempre foi muito mais difícil. Ele sempre conduziu aquilo através de um caminho muito mais institucional, de igualização por parte de outras instituições, tive de apresentar o projeto a... a uma sessão conjunta onde estava a SRU, o Departamento Municipal de Planeamento Urbano, a malta do... do LAB social eh, pronto foi um conjunto de, de pessoas. Aquilo seguiu um processo muito mais burocrático com uma coisa engraçada que é: que a própria perceção do Presidente ia

mudando consoante a... o tempo avançava. Ele entrou com uma visão sobre o Habitar e... o tempo passava e as coisas para ele iam mudando na cabeça dele, sendo que o Programa mais ou será sempre menos o mesmo. E houve aí uma... um processo que não foi fácil: foi de tentar adaptar a linguagem do... a linguagem a que eu estava habituado a trabalhar com a linguagem que ele esperava legítima para uma Junta de Freguesia. E... quando o Habitar foi, foi aprovado tivemos um período de seis meses para fazer um estudo que me foi realmente complicado porque eu, o que eu sempre quis fazer foi um projeto de desenvolvimento com base comunitária. Foi uma coisa que nunca foi aceite pela, pela Junta. Eles andavam mesmo a solu- à espera de, ou à procura de soluções técnicas. Eles estão à espera de uma receita mágica, uma coisa qualquer de arquiteto que encontrasse a solução para. E esta coisa de criar parcerias, tentar criar rede, tentar criar... dizer que os recursos existiam só que estavam dispersos entre várias pessoas e era necessário criar um ponto de encontro entre as pessoas e que aquilo tinha que ser criado. Que a maneira de as pessoas entrarem e saírem do processo não... não iria ser a mesma. Isto foi uma coisa que foi muito complicado e, e aliás ainda não... ainda não entenderam. Uma frase muito recorrente do Presidente na altura foi que “em Portugal quando não queremos resolver um problema, criamos uma Comissão” e isto foi uma coisa que acompanhou e continua a acompanhar o... o... o processo. O que é- O que é que serviu para manter o Habitar com vida? Procurar fontes de legitimidade, coisas que não necessariamente era aquilo que eu queria fazer eh... sempre há alguns ingredientes na realidade que não foste tu que os escolheste mas que tens de usá-los para puxar a brasa à tua sardinha, tens de tentar usá-los com uma intencionalidade diferente à... à sua própria natureza. E a certa altura, pronto, nós encontrámos a maneira de ultrapassar resistências. No fundo não são resistências institucionais, são resistências ideológicas das pessoas que estão em condições de tomar decisões na, na Junta. E... naquela fase estava já a Liliana e usámos uma oportunidade que era uma... uns fundos comunitários, o Urban Innovative Actions para fazer aquilo tudo que a Junta dizia que não podia fazer. Apresentámos isto ao

vereador, ao Correia Fernandes, e o Correia Fernandes deu... abençoou o Programa, disse que sim, senhor, que aquilo está muito bem que era a primeira vez que ele tinha visto uma datação razoável daquilo que, daquilo que tinha sido o SAAL. Vocês as duas tiveram muito a ver com a continuidade do Habitar por causa das brigadas mistas, por causa desta coisa de as pessoas não aparecem no gabinete, portanto nós vamos a casa das pessoas para apresentar o programa, para perceber como é que elas vivem, perceber aquilo que elas têm como recurso potencial e que só não é recurso porque a administração tem uma série de respostas institucionalizadas, o que não quer dizer que não existam eh, outras maneiras de resolver as coisas. Pronto, ele percebeu isto muito bem e... e aquela reunião foi muito boa porque o Habitar foi alargado para Campanhã independentemente de se nós tivéssemos sucesso ou não com a, com a candidatura do Urban Innovative Actions. Entrámos na Junta de Campanhã e o funcionamento na Junta de Campanhã está a ser radicalmente diferente. Eh, há uma coisa que acho também que vocês acharam piada quando nós fizemos o, o sociograma, que foi eh... atores que intervencionam ou têm influencia na, no campo da recuperação urbana no Bonfim, apareceu o Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã como contrapeso de uma pessoa que pode introduzir práticas e discursos diferentes que acabam por influenciar o resto dos atores e que acaba portanto por condicionar a maneira como as respostas vão ser dadas e esperemos que seja para bem.

**E2: Até agora Aitor, quais é que foram as maiores dificuldades que sentiste ao longo de todo este processo?**

E: [silêncio] É assim, eh... quando, quando se fala na possibilidade eh... o resultado essencial da minha tese foi se mudarmos as redes que estão envolvidas na produção do espaço, do espaço urbano há maior probabilidade de conseguir que... que...que este espaço urbano seja mais tendente para a justiça social. Isto sobre o papel fica muito bonito e há teóricos que explicam isto muito bem, por exemplo o, o Pierre Bourdieu fala, fala sobre isto. Que ele tem a teoria do campo onde existem vários atores não é? O... Ele fala na importância do Estado, o Estado é que cria as regras, as condições... e os vários

atores têm vários capitais, alguns deles são reconhecidos, outros não e... e existe uma luta entre os vários atores para influenciar o Estado e fazer com que recursos que eles têm sejam capitais válidos, recursos que eles têm que a concorrência não tem. Isto é tudo muito bonito mas passa a imagem de que qualquer ator está em possibilidade ou está em condições de, de influenciar e isto não é bem assim porque Bourdieu quando fala sobre capitais são sobre capitais eh... institucionalizados, sobre práticas humanas institucionalizadas que estão legitimadas por instituições que têm certo peso. E... e eu perante isto, gosto muito mais do... da questão das sociologias das ausências do, do Boaventura Sousa Santos que é, que existem formas de medir eh... o capital, costuma ser capital financeiro, o progresso é medido em termos de inovação: o que é mais recente é melhor do que é mais antigo, uma série de, de unidades de medida não é? O mais difícil está a ser [silêncio] usar estas duas coisas ao mesmo tempo: os capitais que são reconhecidos pelas instituições e ter um discurso público perante as instituições, perante a opinião pública e, ao mesmo tempo, tentar estar a mobilizar a despoletar outro tipo de recursos eh, que são os que nós pensamos que podem trazer maiores níveis de justiça social porque permitem que pessoas que não estão a participar ou que não estão a ser ativas, possam fazê-lo. E a dificuldade é esta: é o diálogo entre aquilo que existe e ainda não, esta coisa do “block” não é? Há realidades que existem e ainda não e as fontes de legitimidade que tu estás em condições de mobilizar nestes momentos, isto como uma questão em termos de “big picture” não é? Nós queremos chegar lá mae para chegar lá temos uma agenda pública... Por exemplo, nós para o Bonfim somos simplesmente um balcão de atendimento, mais nada. Eh... com vocês criámos uma agenda oculta que acabou por ser a agenda pri- pública do, do Habitar. Mas isto deve ser construído para além do que estava a ser realizado com, com a Junta. Existe dificuldade para que a Junta admita que certas práticas que nós estamos a fazer e sabemos que são úteis, que possam ser reconhecidas como legítimas. Tanto assim que a própria Câmara não admitiu o Habitar como uma coisa apoiada pela Câmara. O que a Câmara vai apoiar é um levantamento físico e social das ilhas e nós estamos

ainda na... na clandestinidade não é? Há coisas que não se podem dizer, há coisas que não se podem fazer e que nós temos de continuar com a nossa própria agenda. Outra dificuldade completamente radical é pegar numa equipa de pessoas que vêm da área da arquitetura, num conjunto de pessoas que vêm da área da educação social e tentar ter uma... gramática conjunta, que as coisas funcionem de uma maneira fluída e se é possível sinérgica. E isto não é fácil por duas questões: primeiro porque eu não tinha experiência em coordenar equipas, muito honestamente não, não tinha... e a segunda questão: muitas vezes acho que eh... a academia tem coisas boas porque permite que nós possamos desenvolver competências que não tínhamos antes de tirar um curso mas eu sinto que também é muito... limitadora, não é? Cria limitações. Há um autor que é o Terry Eagleton que ele é mais da teoria da literatura mas ele diz que a academia não se preocupa com o conteúdo, com o que se diz. A academia preocupa-se com a maneira em que se dizem as coisas, com a linguagem. O problema é que há certas coisas que não se podem dizer usando certas linguagens, só certas linguagens há coisas que ficam fora. E... e acho que o problema, eu vejo isto muito claramente com o... com os arquitetos e imagino que se acontece com os arquitetos também possa acontecer com vocês que é que muitas vezes nós temos de criar um terreno que não é o da educação social, não é o da arquitetura, temos de criar um, um terreno que está entre os dois. E existe também esta dificuldade para definir o que é que é o social. O social é que um arquiteto faça o trabalho que está a fazer um educador social? Ou existe certas dimensões dentro da arquitetura que fazem com que possa ser mais tendente para maiores níveis de justiça social, que eu acho que é mais por aí. Mas identificar qual é o convívio certo entre pessoas de, eh... disciplinas diferentes para fazer uma coisa que não é para elas, que é para os utentes do Habitar, é uma coisa que não é, não é fácil porque exige sair da zona de conforto de cada uma das pessoas que est- que está a participar.

**E2: Então no teu entender, o que é que achas que trás como positivo esta junção da arquitetura e da educação social?**

E: A primeira questão que todos nós tenhamos a oportunidade de questionar aquilo que pensamos que sabemos. Por exemplo, no caso da arquitetura existe uma ideia muito forte e eu, e vocês assistiram àquilo e foi até bastante violento na altura que se falou no, no levantamento das ilhas. Existe... da mesma maneira que existem respostas institucionalizadas dentro das insti- das soluções da administração, da Câmara, também existem eh... O que é que é a arquitetura? É fazer habi- habitações? Fazer uma casa? Ou é o conjunto de, de práticas e conhecimentos certificados pela academia? Dentro da academia existem respostas institucionalizadas para aquilo que quer dizer “fazer uma arquitetura social”, existe o mito do Távora no Barredo, existe o mito do SAAL, que pra mim não são necessariamente boas práticas na... eh... naquilo que coloquialmente se entende como arquitetura social. E eu acho que o convívio com pessoas que têm outras competências, que têm outra epistemologia, que conseguem olhar para a realidade através de outra, de outra lente, é muito bom para que os arquitetos se questionem se o espaço supostamente de liberdade que é a arquitetura, é um espaço de liberdade ou um espaço que está construído culturalmente através de certos elementos que eles não conseguem ver. Isto para o lado dos arquitetos. Pra vocês, acho que isto também vai trazer algumas... algumas mais-valias eh, no sentido de... para além das competências que eu aprendi na faculdade também está a possibilidade de construir a minha profissão com outras pessoas que não são da minha área, que estão a fazer um trabalho de clara intervenção de- claramente na área do social e eu vou ter de sair da minha zona de conforto, vou ter de conviver com pessoas que estão a dizer coisas que à partida não seriam as que eu tenho na cabeça e isto obriga também a fazer um, um exercício de autocrítica, de alargar os limites da vossa, da vossa profissão. O mais interessante, sem dúvida, é poder questionar o que é que é o social. Não acho que exista uma arquitetura que não seja social. Tudo é social porque estamos em sociedade. Outra questão é que seja mais ou menos tendente para justiça social mas... mas social é... social é tudo. Acrescento mais uma coisa: eu não tenho formação nenhuma em ciências sociais eh, tirei um curso com... o que na altura era o meu, o meu orientador, li

muita coisa de... literatura que tem mais a ver com a vossa formação do que, do que com a minha. Quando eu formulei o Habitar eh... eu tinha uma ideia muito clara na cabeça que era: não se pode mudar as pessoas mas sim se pode mudar as ligações entre as pessoas. E agora estou a colocar isto mais em causa. Acho que se podem construir eh... posicionamentos, podem-se construir posicionamentos críticos perante a vida e é uma coisa que eu aprendi com a... com a Liliana. Uma palavra que eu associo muito a ela é que é “o ponto de entrada”, não é? Das coisas... Cada um entra com, com uma serie, com um percurso de vida com certas coisas que são institucionalizadas na, na sua vida. O que não quer dizer que não se possa mudar. Com, na interação com outras pessoas e acho que isto é uma mais-valia, que estejam vocês e não por exemplo os, os sociólogos. Os sociólogos têm uma...um olhar que é muitíssimo, muitíssimo diferente. Vocês são mais, colocam mais o indivíduo, as práticas, a vivência, a experiência, a pessoa no contexto. Mais do que grandes teorias que expliquem o... e acho que isso é uma mais-valia porque acho que melhora e muito a minha hipótese de inicial de partida. As pessoas podem ser mais ativas, podem ser mais criadoras do programa do que aquilo que eu pensava que poderiam ser.

**E2: Relativamente ao que estás a dizer, como é que achas que esta relação entre o social e a arquitetura influencia efetivamente os casos individuais das pessoas? Quando se vai fazer uma reconstrução, uma... uma alteração na casa delas, como é que isso influencia as pessoas?**

E: Eu acho que ainda não estamos a fazer bem essa parte do, do trabalho. E... o sintoma mais claro – eu não vou falar nem, nem é preciso falar dos utentes, falamos simplesmente da, da equipa – é uma coisa pública, toda a gente sabe que as únicas pessoas que receberam até agora são os arquitetos. As pessoas que estão na área da educação não, não receberam nada e porque é que acontece isto? Porque nós estamos a reproduzir um modelo eh... exterior. Nós queixamo-nos muito da segmentação do conhecimento, da segmentação das respostas mas no fundo cá no Habitar estamos a fazer a mesma coisa e não estamos a fazer isto por ignorância, estamos a fazer isto

porque estamos a criar uma coisa de zero. É esta frase que eu digo sempre de “estamos a correr enquanto ataca- enquanto atamos os, os atacadores”, não é? Eh, ‘tamos mais preocupados pelo urgente do que pelo importante. Eh, não estamos a fazer uma arquitetura que seja, no essencial, uma prática arquitetónica que seja no essencial diferente daquilo que se faz eh... por aí fora nos, nos escritórios. O que, sim, estamos a tentar fazer é tornar os processos de arquitetura eh, enquadrá-los dentro de uma construção cultural, ou seja, a arquitetura não é um conjunto – a matéria-prima da arquitetura não são outros, outros projetos de arquitetura. Que é uma coisa que se diz muito na, na disciplina. A matéria-prima da arquitetura são os recursos que existem, as expectativas das pessoas, eh... a capacidade que tenhamos para ativar certos capitais que são simplesmente latentes. Acho que por aí estamos a iniciar algum caminho. Mas... No que tem a ver com soluções formais ainda estamos muito longe de... de poder criar alguma coisa que seja realmente integrada. Será integrada no momento em que exista uma maior corresponsabilidade, exista uma melhor integração, exista um modelo de negócio que seja diferente, exista uma série de questões que não criem a barreira que se está a criar, de facto, entre as educadoras e, e a malta de arquitetura. Acho que ainda estamos um pouco longe de termos respostas arquitetónicas realmente integradas.

**E2: Sendo assim, pensando e refletindo no que tu disseste, o que é que mudarias?**

E: [Silêncio] Quando as pessoas pensam na arquitetura que se faz cá em Portugal, pensa-se no Siza, pensa-se na escola do Porto, pensa-se numa arquitetura que é formal, pensa-se numa linguagem mas não se pensa no processo. Há um arquiteto que para mim é, é muito importante que é o, o Nuno Portas eh... que ele falava sobre... ele tem um livro que se chama “Arquitetura para hoje” eh... que diz eh... imaginem que nós tivéssemos as condições sociais, económicas, de industrialização que os arquitetos modernos reclamam para poder fazer uma arquitetura útil para as populações. Mesmo assim seríamos capazes de fazer arquitetura que vale a pena fazer, então ele coloca esta pergunta, ele diz – esta pergunta não, esta afirmação mesmo – ele diz “que o

trabalho do arquiteto seria incidir sobre aquelas resistências que impedem que a profissão seja útil para uma maioria mais abrangente. Há outro teórico da arquitetura que é o Giulio Carlo Argan que ele diz que a arquitetura não projeta “para”, projeta “contra”. Projeta contra aquelas resistências que impedem que a coletividade possa usufruir do conhecimento dos arquitetos. E acho que o problema é, é mesmo esse. Nós continuamos ainda numa... numa situação muito individualista, acho que precisamos dar mais importância ao processo, não estar tão dependentes do produto, não estar- não estar tão dependentes do, do resultado formal. Eh... como vocês sabem há uma coisa que me preocupa que é a bolsa de arquitetos: quem é que poderia participar no, no Habitar como técnico. E uma das coisas que já pensei seria “proibido publicar as obras em revistas de arquitetura”, as revistas que agora existem. Se nós queremos publicar a obra porque precisamos de publicar para poder ser, para poder ter uma bolsa, para poder ser professor, pra poder ter visibilidade... então porque não fazer do problema oportunidade e criarmos nós uma revista, criarmos um meio de comunicação que nos permita contar estas outras dimensões... O que está a acontecer agora em Lourenço 55, antes de ter o financiamento, antes de ter o projeto, o processo já está a ser útil, já se está a criar relações mais fluidas com os proprietários, com os inquilinos, eh... instalou-se um corrimão que é uma coisa ridícula, é uma coisa mínima mas aquilo já está a criar outros horizontes para as pessoas que lá estão. Estas coisas rara vez são consideradas como boa arquitetura, e acho que nós temos de refletir mais sobre o poder transformador que a arquitetura tem. A arquitetura não é sujeita a forças externas tipo a economia, a arquitetura é uma das forças que contribui para mudar para bem ou para o mal o mundo. E acho que temos de ter mais atenção aos processos arquitetónicos, aos processos de projeto eh, e assumir que talvez uma obra é iniciada por um arquiteto e é terminado por outro. Eh, a em definitiva, diluir a questão da, da autoria. Não conheço médicos que digam “ai eu é que operei do coração àquele gajo”, mas os arquitetos sim. A casa de não sei quem, a casa que fez não sei quantos... esta questão da autoria acho que fala mais da agenda própria dos técnicos do que da agenda própria do

território. E o que temos de fazer é tender para fazer o território como uma ferramenta produtiva.

**E1: Ok. Vendo bem como é o Habitar e o que faz, há pouco falavas das relações de poder e da importância de refletir sobre elas e daí a ligação à educação social ou algo mais ligado à educação. No Habitar existe uma visão integradora dos vários elementos da comunidade. Eh, como é que vês a diferença de forças e como é que se faz a gestão desse, dessas mesmas diferenças e dos diferentes elementos da comunidade? Porque sabemos que vêm inquilinos, vêm proprietários, vêm potenciais investidores, etc. Como é que fazes esta gestão das diferenças de poder, digamos assim?**

E: Por acaso esta seria uma boa resposta para quais são as dificuldades que, que existem no, no processo. Sobre o papel, o Habitar é muito limpinho. Eh... Nós não consideramos que o problema de um inquilino mal alojado seja diferente do problema de um proprietário que não tem capacidade económica, seja diferente de uma pessoa que está, da construção civil, que está desempregada. No papel fica mui- muito bem. Isto são três manifestações diferentes do mesmo problema. Agora bem, cada vez que falamos com o senhor Jorge ele está muito preocupado com o tipo de pessoa que vai habitar a casa, mesmo sendo o senhor Jorge uma pessoa progressista, claramente com cultura, com consciência social mas ainda existe este, este medo ao outro, não é? Eh... existem também os preconceitos. Quem é que vai resolver a cidade? São os investidores, são as pessoas que vão colocar o dinheiro, portanto existem muitas pressões por parte dos políticos, eles já nos apresentaram imensos investidores porque são os investidores que vão resolver o, o problema. É muito complicado eh, fazer perceber um político que a solução não é que o prédio fique bonitinho, a solução é que as pessoas vivam no prédio. Que exista uma- que a cidade é como qualquer ecossistema, precisa de diversidade para poder funcionar bem. Eh... com os técnicos também é muito complicado porque há pessoas que têm o seu escritório durante muito tempo, têm a sua maneira de fazer e há pessoas que não reagem bem ao facto de um espanhol aparecer cá e questionar a maneira como se fazem os projetos, não

é? Ou quando é que se recebe o dinheiro, quanto é que as coisas valem... Ou mesmo qual é o conceito de dignidade. Com o Bernardo tivemos uma discussão que foi, ele não queria fazer cá para o projeto da D. Fátima não, não queria fazer eh... quartos onde não entrassem uma, uma cama de, de casal porque ele dizia que, que ele não ia fazer quartos condignos. E cá, e cá entrava a questão que é uma coisa que , que falamos no, no “Fazer Acontecer” que, o que é que é a qualidade de vida? A qualidade de vida é uma coisa que se possa definir externamente sem que a pessoa participe? Ou a pessoa tem de participar? O que é que é mais importante: ter uma cama de casal ou ter privacidade, ter vários quartos, ter... pronto, esta questão de formular, criar informação em contexto é realmente muito complicada e o que é muito difícil é esta coisa da... da interação simbólica, não é? Nem toda a gente precisa saber tudo, as pessoas precisam de saber aquilo que, que lhes digam respeito. Mas sempre tens de ser consciente das várias dimensões que existem na, na habitação para contar as coisas não da maneira que estamos habituados a, a ouvi-la. Pensem: qual é o, o slogan inicial do Habitar? Habitação a preço justo. Nós sempre falámos de inquilinos de confiança, mas inquilinos de confiança o que é que é confiança? Tentamos não colocar adjetivos, tentamos que as pessoas sejam de confiança porque são pessoas, consigam pagar uma renda, mas não se fala de origem das pessoas, não se fala de classe social das pessoas. Muitas vezes é importante puder até contruir aquilo que são preconceitos das pessoas e tentar explicar a realidade nos termos que são convenientes para uma maioria e é explicar as coisas de uma outra maneira. Às vezes temos de usar princípios de legitimidade. O Habitar eh, não continua na Junta de Freguesia porque é útil para os fregueses, continua na Junta de Freguesia porque há a expectativa de cinco milhões de euros para, para a freguesia. Portanto esta é a melhor vacina que existe para que o Programa seja fechado pelos políticos. Eh... Portanto, a partir daí nós podemos fazer um protocolo onde está escrito que o objetivo do Habitar é criar habitação para umas pessoas específicas, sem repetir soluções de mercado. O que é uma maneira de evitar que aconteça o que já aconteceu que é procurar casa para o filho de... “Olha, não posso, está cá no protocolo”.

Eh, é sempre necessário tentar criar elementos de legitimidade que sejam percebidos pelo outro e que ao mesmo tempo sejam capazes de criar pontos com realidades mais, mais abrangentes. Não sei se estou a responder à pergunta que, que me fizeste.

**E1: Sim.**

**E2: Então, assim mais para finalizar, eh... tendo em conta as alterações que o programa foi sofrendo ao longo dos últimos tempos, o que é o Habitar agora e quais são as perspetivas para o futuro?**

E: O que é o Habitar agora... [silêncio] O objetivo do- o que é que é o Habitar agora? E quais são as perspetivas para o futuro, do meu ponto de vista é a mesma coisa. O Habitar não quer ser uma alternativa. O Habitar quer ser uma opção co-central do sistema. Quer ser uma coisa tão quotidiana como ir comprar pão ao Pingo Doce. Portanto uma coisa perfeitamente normal. O Habitar tenta ser uma ferramenta, normalizar coisas que à partida seriam bastante radicais para muitas pessoas. Por exemplo comprar uma casa conjuntamente com outras pessoas a quem não conheces. Ou, como por exemplo, eh... decidir em conjunto qual vai ser a solução para a tua ilha que é o caso da D. Fátima. O Habitar tem de ser ao mesmo tempo uma maneira de criar aos poucos uma explicação alternativa, diferente da realidade. Que faça com que as pessoas possam pensar em termos diferentes, livremente e que fiquem a ganhar com, com isso. Mais uma coisa que eu, que eu aprendi da Liliana: há uma frase que está, uma palavra que está muito na moda que é o, o *empowerment*, o empoderamento. Eh... pronto, falta a emancipação não é? Falta que as pessoas sejam livres, possam ter autonomia para poder usar o seu empoderamento para que não reproduzam a violência estrutural que existe no sistema. Para já, a estratégia do Habitar passa por tentar chegar às dimensões todas que existem na, na habitação. A estratégia do Habitar poderia existir em qualquer outra... Está na Habitação mas o objetivo do Habitar não é criar habitação, é criar uma mudança social através da habitação, que é um fator estruturante das nossas vidas mas o objetivo não é criar habitação, é criar uma, é criar uma mudança social. Eu sempre digo que se a habitação é um direito

eh... não se trata que as pessoas tenham habitação. Trata-se que as pessoas tenham todas, estejam em pé de igualdade, para ter essa habitação e ainda estamos muito longe disso. E uma maneira é eh... para além das respostas institucionalizadas, o mercado, a ERA, a REMAX, a 100domus, esta coisa toda. Ou o arrendamento social, a domus social ou as ilhas. Que exista um terreno que seja válido para todas as pessoas, o que no fundo é, falar de emancipação das respostas institucionalizadas. O Habitar tem de usar todas as ferramentas que tenha ao seu dispor para ir criando pontes entre coisas que nunca deveriam estar separadas. Uma coisa que já me disseram muitas vezes na Junta: “Aitor, esquece o emprego. Tu és habitação”. Solução, problema um, solução, problema dois, não é. O que- o que é no fundo a administração, as respostas institucionalizadas. O que o Habitar tem de fazer do meu ponto de vista é criar pontes entre coisas que não deveriam estar, que não deveriam estar eh... separadas. Há um livro que estou já só por concluir agora, um livro que estou a ler agora que se chama “La razão populista” de Erneste Laclau que é muito, é muito interessante por duas questões: o populismo normalmente é definido por aquela coisa “demagogia”, aquilo que as pessoas querem ouvir. É definido por aquilo que não é. Não coincide com o paradigma que existe na academia portanto é julgado de uma maneira negativa, ou seja, é lido de uma maneira “destituente”, não é isto. É negativo. Desde os modos da academia. Mas nunca se usa como ferramenta para explicar experiências e transformação reais que, que aconteceram. E... e ele fala sobre, sobre uma coisa que acho muito, muito interessante que é esta questão de eh... ele faz uma diferença, pronto, o livro basicamente trata sobre como criar identidades coletivas, quais são os processos que fazem com que possam existir identidades coletivas. E... e ele reivindica a demanda social como uma, uma maneira de criar eh... identidades coletivas e ele fala basicamente em dois tipos de demandas: o que ele chama de demandas democráticas, que são aquelas que já existem dentro da administração “eu tenho o problema x e portanto vou à entidade y” e fica resolvido. E depois fala sobre demandas populares que são equivalências entre várias demandas democráticas ou individuais. E ele diz que no momento em

que se consegue criar a ligação entre a demanda x, a demanda y, outra demanda, passamos do reino das demandas democráticas institucionalizadas a exigir uma maneira diferente de organizar as coisas. E isto é uma coisa que eu, que eu tenho muito na cabeça eh... no momento em que nós conseguirmos criar soluções integradas, ou seja, não resolver por um lado o emprego e por outro lado a habitação, nós estamos a questionar a maneira em que as pessoas pensam os seus problemas e a maneira em que pedem as soluções. Se nós conseguirmos que exista uma massa crítica suficiente para isto, sempre dentro do campo da legitimidade das instituições, uma coisa estratégica do Habitar é estar dentro das instituições, porque é uma coisa muito positiva que existe em Portugal: as Juntas de Freguesia. Esta proximidade institucional às populações. Se nós estamos lá e aos poucos conseguimos ser interlocutores entre a Junta e a Câmara ou fazer o projeto da D. Fátima, usar o projeto da D. Fátima para criar as bases do concurso da Pladur, usar a Pladur como plataforma para lançar uma maneira diferente de fazer arquitetura onde o importante não é o resultado formal, o importante é poder ter eh... o convívio entre pessoas de origens diferentes, onde as pessoas possam ter um protagonismo. Ou seja, se nós começarmos a usar a arquitetura, a educação social, as instituições como ferramentas de socialização noutra, noutra maneira de pensar os problemas e de responder aos problemas, acho que estamos no, no bom caminho.

**E1: Eh, acho que não temos mais perguntas, tens mais- alguma coisa que gostarias de acrescentar, que aches essencial, que nos tenha falhado nesta entrevista?**

E: Acho que está muito bem e, e se precisarem de falar no futuro, é só isso.

**E1: Ok, Obrigada.**

## APÊNDICE III – CONVITE AOS MORADORES DA LOMBA



### CONVITE

Fazer perguntas para ter respostas

Se é inquilino/a e...

... tem dúvidas relativamente aos seus direitos e deveres,

... gostava de poder fazer perguntas a quem pode dar respostas certas,

aceite o convite do Programa Habitar Porto e junte-se a nós no dia 4 de março de 2017 às 15h, na Sede da Associação de Moradores da Lomba, para uma sessão em que vamos identificar as dúvidas que existem e fazer as perguntas importantes para resolver os problemas.

Contamos com a participação de todos/as, para juntos/as procurarmos respostas!

Cláudia Dias e Liliana Mendes  
Programa Habitar Porto

APÊNDICE IV – POSTER DA AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

# JUNTA-TE A NÓS

## NO COMBATE AO ISOLAMENTO DE IDOSOS

Se tens mais de 15 anos e tens sentido de compromisso e responsabilidade, junta-te a nós para que possamos apoiar os idosos que estão sozinhos. A tua ajuda faz toda a diferença!

Com direito a certificado de participação

Inscrições ou mais informação através do e-mail:  
[claudiadiaz483@gmail.com](mailto:claudiadiaz483@gmail.com)



COM O APOIO DE

habitar  
PORTO



## APÊNDICE V – SESSÕES DE FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS

### **Sessão nº1**

Data: 03 de junho de 2017

Nº de participantes: 7

#### *Exercício 1 – “Teia da amizade”*

Sentados em roda, a dinamizadora começa por pegar na ponta de um novelo de lã, enrola-o no dedo e apresenta-se aos restantes elementos. De seguida, atira o novelo a outro elemento e este é convidado a enrolá-lo no seu dedo, a apresentar a dinamizadora e a si próprio. O exercício é feito assim, sucessivamente, até que todos os participantes tenham apresentado alguém e tenham sido apresentados. Quando a teia está terminada, é questionado ao grupo o que observaram, o que sentiram, o que significa a teia e o que aconteceria se um largasse o fio.

Material: Cadeiras, novelo de lã.

#### *Exercício 2 – “Feitiço contra o feiticeiro”*

É atribuído a cada jovem um papel e uma caneta e solicitasse que cada um deles escreva uma tarefa para o colega do lado executar. Quando todos terminarem a tarefa, é-lhes questionado o que sentem pelo que acabaram de escrever. Posteriormente, são convidados a realizar o que tinham escrito no papel.

Material: Cadeiras, papel, caneta.

### *Exercício 3 – “Ajuda-me”*

Colocam-se todos os jovens em semicírculo, em pé. É dado um chupa-chupa a cada um e é pedido que o segurem com a mão esquerda com o braço esticado. Nessa posição, pede-se que retirem o plástico que envolve o doce. Por fim, pede-se que comam um chupa. Só conseguirão fazê-lo se derem o seu chupa ao colega do lado, com o braço esticado.

Material: Chupa-chupas

Após a realização destas dinâmicas de grupo que pretendiam quebrar o gelo entre o grupo e que o mesmo se conhecesse, o objetivo seguinte era que se discutisse a criação das equipas que vão visitar os idosos e quais as preferências horárias para estas visitas. Da mesma forma, pretendia-se que nesta sessão os jovens fossem capazes de discutir qual o melhor método de comunicação entre todos e quais as suas disponibilidades para reunir mais frequentemente para receberem formação.

### **Reflexão**

No primeiro exercício, os jovens demonstraram alguma dificuldade em recordar-se do que o elemento anterior tinha dito, mas foram fazendo o esforço de memorizar e, no fim, já todos conseguiam dizer o nome de cada um dos seus colegas. Perante as questões que lhes fui colocando, os jovens concordaram em responder que a teia significava a união que tinha de existir no grupo para que pudessem atingir os objetivos que tinham em comum. Acrescentaram que se um largar a sua ponta da teia “ficamos mais fracos, porque precisamos de todos” (S.P.).

No segundo exercício, os jovens demoraram algum tempo a escrever a tarefa, para o colega fazer, no papel. Iam soltando para o ar “que vergonha se fosse eu a fazer isto” (F.) ou “não consigo escrever uma coisa engraçada” (M.).

Questionando-os diretamente sobre o que estavam a fazer e o que sentiam, alguns consideraram que “é divertido brincarmos uns com os outros”, mas já outros não se mostraram agradados em mandar os colegas fazer “figuras tristes” (F.). Quando lhes disse o nome do jogo, todos soltaram risos e “oh não”. Apesar de sentirem alguma vergonha, todos foram capazes de imitar o que tinham escrito no papel: “imitar um burro” (S.), “imitar um híbrido de uma galinha e um cão” (P.), “dançar” (F. e H.), “contar um momento embaraçoso” (S.P.), “explicar o porquê de estarmos neste projeto” (M.) e “gritar Bom Dia Matosinhos” (B.). Pedindo-lhes para refletirem sobre esta atividade, os jovens disseram que, na sua perspetiva, esta atividade serviu “para não fazermos aos outros aquilo que não gostamos que nos façam a nós” (F.).

Perante o terceiro exercício, os jovens tiveram dificuldade em abrir os seus próprios chupas e em manter o braço esticado. Logo nesse momento começou a surgir alguma interajuda: uns seguravam nos braços e outros apoiavam na remoção do plástico que envolvia o doce. Aí pensei que ele já tinham atingido o objetivo da atividade, que consistia em compreender que todos precisamos de alguém para atingir os objetivos e que ajudando os outros, acabamos por ser ajudados também. Contudo, quando lhes pedi que comessem o chupa, todos, sem exceção, tentaram comer o seu com o braço esticado e sem conseguir chegar lá com a boca. Só se ouvia “Não consigo!” (F.), “Isto é impossível!” (H.). De repente, a M. engole o chupa que lhe está mais próximo e os colegas acabam por fazer o mesmo, entre risos. No fim, a F. afirmou com espanto “Ah! Era isto que querias que fizéssemos!”. Disse-lhes que só tinha pedido que comessem um chupa e que não tinha especificado qual teria que ser. Nas reflexões finais desta atividade, todos concordaram que serviu para perceber a importância de ajudar o outro nas suas dificuldades.

Durante a discussão grupal final, o grupo estabeleceu pares e um trio para visitar os idosos, já pensando nos jovens que não estavam presentes na reunião. Desta forma, foram formados cinco grupos distintos.

Relativamente aos meios de comunicação, os jovens afirmaram que não utilizam frequentemente o *e-mail* e que, por isso, é que demoravam tanto

tempo a responder-me. Arguíram que seria melhor criar um grupo na rede social *facebook*, para que pudéssemos comunicar de forma mais fluída. Apesar de este não ser o meu meio de comunicação favorito, uma vez que levanta questões ao nível ético, acabei por ceder deixando claro que não iríamos ser “amigos” na rede social, que iríamos somente partilhar um grupo *online*. Posteriormente, questioneei com que frequência gostariam de reunir comigo e foi proposto pelos jovens que o fizéssemos quinzenalmente. Por isso, a sessão seguinte ficou marcada para o dia 17 de junho. Como os jovens consideraram essencial ter algo que os identificasse quando fossem visitar os idosos, propuseram que o encontro seguinte servisse para desenharem o logótipo do grupo de voluntariado a que os próprios denominaram como “Mágicos Voluntários”.

### **Sessão nº2**

Data: 17 de junho de 2017

Nº de participantes: 5

#### *Exercício 1 – Desenho do logótipo do grupo de voluntariado*

Para a realização das *t-shirts* que identificariam o grupo de voluntariado foi proposto aos jovens participantes que partilhassem ideias do que gostariam de usar e que desenhassem propostas para que, posteriormente, todos pudessem votar naquela que faria mais sentido para todos.

Material: papel de rascunhos, lápis de cor, marcadores, grafite, borracha

### **Reflexão:**

Quando pensei sobre esta sessão, imaginei-a mais fácil do que o que realmente se demonstrou. Três dos participantes estavam nestes encontros

pela primeira vez e já eram colegas de turma. Este facto permitiu que existisse um grande à vontade entre os próprios e os outros dois elementos, mas também proporcionou bastante desconcentração e pouco foco na tarefa, tendo sido necessária a minha intervenção para que prosseguissem os trabalhos. Contudo, como os jovens também estavam naquele espaço para se conhecerem, partilharem gostos e descobrirem interesses comuns, também não procurei limitar a sua interação de forma demasiado forçosa.

No fim da sessão, quase todos tinham desenhado algo que poderia contribuir para a futura camisola. O I. começou a desenhar as letras que diziam “Mágicos Voluntários”, a H. desenhou duas mãos dadas, uma com mais rugas que a outra, que representava o apoio que eles dariam aos idosos, a I.P. desenhou o rosto de um idoso, o S. desenhou letras e pequenos objetos relacionados com a terceira idade e o G. desenhou um esboço de como tudo poderia ficar enquadrado na camisola. Contudo, como os desenhos não foram terminados, o grupo optou por marcar uma sessão para a semana seguinte, dia 22, em que levariam os desenhos mais completos e em que se esperaria que participassem mais voluntários para, em grupo, se tomar todas as decisões.

## APÊNDICE VI – DIÁRIO DAS VISITAS

Grupo: P.D e P.G

Data: 28 de junho de 2017

Local: Bairro Duque de Saldanha

Idosa: L.

A primeira visita dos voluntários à casa da D. L. contou com uma visita prévia realizada por mim e por uma técnica de Serviço Social da Junta de Freguesia do Bonfim que me apresentou à idosa e ao vizinho que a acompanha mais frequentemente. Nesta visita prévia foi explicado à senhora que eu a voltaria a visitar com dois jovens, uma vez que ela se demonstrou interessada em ser acompanhada por voluntários. Desta forma, realizou-se a primeira visita. Antes de ir, ligou-se ao vizinho para que este estivesse a contar connosco e também pudesse estar presente, se assim fosse a sua vontade. Quando chegámos, os jovens foram apresentados à senhora e sentámo-nos à volta da mesa. Começámos por nos apresentar à senhora e ela fez o mesmo, apresentando-nos também os seus problemas de saúde e algumas dificuldades. Concluímos que a senhora demonstrava necessidade de ser analisada pela médica de família devido a dores que sentia na zona lombar, pelo oftalmologista porque não estava a ver muito bem e pelo dentista, uma vez que a sua placa estava já desajustada aos seus maxilares.

O vizinho, o senhor A., informou-nos que um dos filhos da senhora L., que era imigrante em França, estava em Portugal e que, por isso, lhe ia ligar para aparecer na casa da mãe. Este facto demonstrou-se muito importante, uma vez que tornou possível que o filho da senhora nos pudesse conhecer pessoalmente, perceber melhor o que estávamos ali a fazer e tornou possível que o informássemos acerca das necessidades médicas apontadas pela senhora. Dialogou connosco durante duas horas, onde nos contou a sua infância e como foi a sua curta vida escolar; as vezes que fugia da polícia com os amigos; como a PIDE tratava as pessoas naquela altura; como era a casa em

que vivia com os pais; o porquê de ter imigrado, entre outros assuntos. A D. Luísa também foi conversando, acrescentando aspetos ao que o filho dizia e questionando os jovens sobre os seus interesses e aquilo que estudavam. Em conversa percebeu-se que a voluntária P.G tinha andado na escola com a neta do vizinho A. o que acabou por tornar o ambiente mais familiar. Durante a visita, o Sr. A. brincou com a senhora L. dizendo-lhe para “jogar umas cartadas ou um dominó”, mas a senhora disse que nunca tinha aprendido a jogar nenhuma das atividades porque começou a trabalhar muito cedo. Como os jovens já tinham planeado previamente levar um dominó por ser simples de ensinar a jogar, propuseram à senhora que aprendesse. Apesar de um pouco receosa por não saber jogar, aceitou o desafio, tendo acabado por ganhar na segunda vez que jogou. A tarde foi passada entre conversa e dominó e, no fim, o filho da senhora agradeceu a nossa visita e pediu que o continuássemos a fazer porque considerava positivo para o bem-estar da sua mãe. A D. Luísa disse que gostou “muito de dar à língua” e que ficava à espera do nosso regresso.

Grupo: H. e F.

Data: 05 de Julho de 2017

Local: Rua do Lourenço

Idosa: F.

A idosa que foi visitada por este grupo já é acompanhada por mim desde novembro de 2016, devido a questões e problemas relacionados com a habitação. Por esse motivo só foi necessário ligar-lhe a informar que ia passar em casa dela ao fim do dia para que se encontrasse em casa. Já tinha abordado anteriormente o tema dos voluntários que lá iriam comigo e, por isso, a D. Fernanda não ficou surpreendida quando nos viu a chegar três, em vez de uma. Pelo contrário, esboçou um sorriso pois aprecia bastante receber visitas e conversar. Contudo, a visita foi realizada num dia particularmente sensível para a idosa, uma vez que uma parede de sua casa tinha ruído em grande parte. Por

este motivo dialoguei com as voluntárias antes de chegarmos à casa para que estas estivessem prontas para encontrar uma senhora que estivesse triste e deprimida com o que aconteceu, ou uma senhora que já estivesse mais calma relativamente ao assunto uma vez que os senhorios já tinham garantido obras. Considerei necessário preparar as voluntárias para ambas as possibilidades.

Quando chegámos, a senhora F. estava bem-disposta e convidou-nos logo a entrar. As duas horas de visita foram passadas a conversar. As voluntárias, apesar de inicialmente reticentes sobre o que dizer ou fazer, apresentaram-se à idosa, falaram dos desportos que praticam, quais os seus interesses a nível escolar, entre outros. Durante o discurso, iam questionando alguns aspetos à senhora F., aos quais esta respondeu sem nenhum tipo de constrangimento. Contou às jovens como cuidou do marido até este falecer, falou-lhes de como é que me tinha conhecido, quais os problemas que tinha na sua habitação e, na inexistência de um quarto de banho digno, como é que fazia para realizar a sua higiene pessoal. Este último ponto deixou as voluntárias muito desconfortáveis pois, segundo as próprias, nunca tinham conhecido ninguém que não tivesse uma banheira ou um chuveiro e que tomasse banho de balde, no pátio. Também foi partilhado pela idosa os seus problemas de saúde e as voluntárias acabaram por partilhar também os seus, encontrando-se semelhanças em certos aspetos. Estas semelhanças permitiram que as voluntárias encorajassem a senhora a realizar os exames necessários, pois esta recusa-se a fazê-los por medo que aconteça algo de errado durante os mesmos.

Durante a visita necessitei de me ausentar da casa por momentos, pois foi necessário dialogar com outro inquilino da ilha mas isso não inibiu as voluntárias de continuarem a conversar com a senhora.

No fim da visita a senhora estava sorridente e convidou-nos a voltar.

Após me ter encontrado com os pais das voluntárias para que estas fossem para casa, fui contactada por uma delas que tinha contado à mãe as condições em que a idosa vive. Esta mãe demonstrou interesse em apoiar a idosa a nível alimentar semanalmente e combinou-se que eu contactaria com a senhora F. para perceber o seu interesse neste apoio e se gostaria de conhecer esta mãe.

Grupo: S. e M. (não compareceu)

Data: 06 de julho de 2017

Local: Bairro Duque de Saldanha

Idosa: C.

Tal como aconteceu com a senhora L., a D. C. foi-me apresentada pela técnica de serviço social da Junta de Freguesia do Bonfim uma vez que estava identificada como uma habitante que gostaria de receber visitas de voluntários no seu domicílio. Apesar de o encontro com os jovens ter sido marcado com antecedência, a voluntária esqueceu-se do compromisso e, por isso, só me encontrei com o Salvador. Quando percebemos que a M. não viria ao nosso encontro, questionei o Salvador se este queria realizar a visita ou se preferia marcar para outra altura quando a M. pudesse, sabendo de antemão que ela só voltaria a poder um mês depois. O jovem optou por realizar a visita, tomando uma postura determinada.

Fizemos companhia à senhora durante duas horas que passaram bastante rápido uma vez que esta senhora é bastante conversadora, quase nem dando possibilidade de lhe serem feitas questões. Como o S. é o voluntário mais jovem do grupo tive algum receio que estivesse aborrecido perante o monólogo da idosa mas, quando questionado, o jovem respondeu que não estava nada aborrecido e que “a senhora precisa de conversar, está todo o dia calada, é normal” (S.). Durante a visita a senhora demonstrou o interesse em sair de casa e passear “nem que seja só pelo bairro” (senhora C.), uma vez que não o consegue fazer sozinha e não tem qualquer tipo de retaguarda familiar que lhe proporcione isso. Desta forma, o S. propôs dar um passeio com ela numa próxima visita, esperando que o clima esteja mais convidativo para o fazer, uma vez que nesta visita estava a chover. A senhora concordou com a proposta, mas pediu para ser avisada previamente para poder estar calçada quando chegássemos.

Grupo: A. e I.

Data: 17 de julho de 2017

Local: Bairro Duque de Saldanha

Idosa: M.

A senhora M. era mais uma das idosas identificadas e sinalizadas pela Junta de Freguesia do Bonfim como alguém interessado em receber voluntários na sua casa. Deste modo, a senhora foi contactada pela técnica de serviço social da Junta para a informar que seria visitada por três jovens, tendo-me sido, desta forma, facultada a sua morada para a realização do encontro.

Quando chegámos à casa, a porta estava entreaberta. Batemos várias vezes e ouvíamos alguém a falar entre si mas nunca diretamente para nós. Após insistir bastantes vezes, chamando pelo nome da senhora, expliquei-lhe que vínhamos da parte da Junta e perguntei se podia entrar para me apresentar. A senhora disse que sim e que não conseguia levantar-se para me receber. Segui o barulho da voz e encontrei a senhora sentada num cadeirão com as pernas ligadas devido a ferimentos. Apressei-me a apresentar-me à senhora para que esta não sentisse o seu espaço invadido. Fui bem recebida pela senhora, tendo-me esta explicado que estava com receio de quem eu fosse, uma vez que tinham havido casos de assaltos aos seus vizinhos mais velhos: uma mulher que se fazia passar por técnica da eletricidade e entrava em casa dos idosos acompanhada de dois homens. Como o grupo que ia visitar comigo a senhora era constituído por dois rapazes expliquei-lhe previamente quem eles eram e o que iriam ali fazer comigo, para que não sentisse semelhanças e pudesse pensar que o mesmo lhe estava a acontecer. Quando a senhora se mostrou com alguma confiança, chamei os dois jovens para entrar com a autorização da dona da casa.

Quando nos apresentámos à senhora, esta chamou o filho para que este trouxesse um banco que faltava. Ao trazer o banco, o senhor juntou-se a nós e a tarde foi passada a conversar com ambos, percebendo como viviam, quais os seus problemas, como ocupavam o tempo, entre outros assuntos. Percebemos

que esta senhora tem dois filhos e que aquele vive consigo desde que se separou da companheira. Contudo, apesar de viver com o filho gosta de receber visitas pois este trabalha e não passa muito tempo em casa. Esta senhora tem dois netos, mas só conhece aquele que pertence ao filho que não vive consigo. O Sr. C. tem uma filha de 4 anos com a ex-companheira mas a guarda está entregue à mãe e tem visitas supervisionadas à menina. Por isso, a senhora só viu a neta quando nasceu. Relativamente à saúde, esta senhora tem diversos problemas: já retirou o peito devido a cancro da mama, estando a fazer quimioterapia continuamente por via oral; tem cirrose hepática, apneia do sono e gastrite, tomando doze medicamentos distintos por dia. Recebe a refeição de segunda a sexta pela Santa Casa da Misericórdia do Porto mas, segundo a própria, não é suficiente para se alimentar todo o dia. A senhora demonstrou interesse em frequentar um Centro de Dia, uma vez que, dessa forma, poderia conviver com outras pessoas da sua idade, não estando sozinha o dia inteiro à frente da televisão, como poderia realizar mais refeições fora de casa.

Durante a visita foi possível perceber que, devido às feridas que tem nas pernas, não sai de casa desde Março e, por isso, também sente muita falta de ir à missa. Como um dos voluntários é catequista no Bonfim comprometeu-se a dialogar com o pároco da igreja para perceber se existe alguma possibilidade de ir buscar e levar a senhora a casa para, pelo menos uma vez, esta puder voltar a ir a uma missa enquanto não está totalmente recuperada.

Após o término da visita dialoguei com os dois voluntários para lhes dar a conhecer alguns aspetos com os quais não tinha concordado tanto relativamente à sua postura. Um desses diz respeito ao facto de um dos voluntários ter feito demasiadas questões relativamente aos rendimentos da idosa, quais os seus gastos e como gastava o dinheiro que sobrava. Considerei as questões muito invasivas e, por isso, pedi que não se repetisse e expliquei-lhe que não tínhamos a necessidade de saber aquelas informações. Pelo menos, não para já. A única necessidade prendia-se em saber qual era o teto máximo que a senhora estava disposta a pagar para frequentar um Centro de

Dia, uma vez que essa é uma informação necessária para procurar possibilidades.

Grupo: Pedro e Patrícia

Data: 28 de julho de 2017

Local: Bairro Duque de Saldanha

Idosa: D. Luísa

Ao contrário de todas as outras visitas, desta vez não informámos no dia anterior a senhora de que a iríamos visitar. Por este motivo, quando chegámos à casa, a D. Luísa estava a preparar-se para sair, pois tinha um compromisso. Contudo, foi possível dialogar um pouco tanto com a senhora como com o seu filho, o que permitiu que nos atualizássemos acerca do estado de saúde da senhora bem como o seu nível de bem-estar.

O facto de termos falhado no que diz respeito a informar a senhora sobre a nossa visita, fez o grupo refletir sobre o facto de considerar que estes idosos estão sempre em casa e não têm mais nada que fazer, o que não é, de todo, verdade.

Grupo: Helena e Fátima

Data: 11 de agosto de 2017

Local: Rua do Lourenço

Idosa: D. Fernanda

Nesta visita à D. Fernanda constatou-se que as obras em sua casa ainda não tinham sido realizadas e, por isso, o primeiro passo, foi pedir a um elemento de arquitetura do Programa Habitar que contactasse os senhorios da ilha para que pudessem acelerar as obras. Posteriormente, as jovens e a senhora partilharam as novidades do último mês e ficou-se a saber que a idosa

já se encontrava curada dos seus problemas de foro intestinal, o que deixou todas bastante satisfeitas uma vez que era um problema que influenciava bastante a qualidade de vida da senhora.

Apesar de este projeto de voluntariado ter surgido para dar resposta aos problemas dos idosos, é possível compreender que, ao longo do tempo e da melhoria das relações de confiança estabelecidas, os jovens acabem por encontrar nos idosos fontes de sabedoria e pessoas com quem desabafar os seus problemas. Foi o que aconteceu nesta visita. Com o ano escolar a aproximar-se, as jovens demonstraram-se ansiosas e partilharam que gostavam de mudar de escola, uma vez que eram maltratadas por alguns colegas de turma. A partir daqui a D. Fernanda aconselhou-as a mudar de escola, se se sentissem melhor assim. A partir daqui desenrolou-se um extenso diálogo onde as jovens acabaram também por partilhar a falta de apoio que sentem ao nível familiar.

Grupo: Alexandre e Iago

Data: 15 de agosto de 2017

Local: Bairro Duque de Saldanha

Idosa: D. Matilde

Nesta visita percebemos que o estado de saúde dos membros posteriores da idosa ainda não era o melhor, estando em recuperação e, por isso, adiou-se a sua ida à missa para uma altura posterior. Da mesma forma, constatou-se que o filho desta senhora já se encontrava a trabalhar num bar na Foz. Como passava mais tempo sozinha, a D. Matilde voltou a referir o seu interesse em frequentar um Centro de Dia e, por isso, ficou estabelecido que a técnica de serviço social da junta que tem o seu caso em mãos, trataria dessa necessidade.

Do mesmo modo, a senhora demonstrou interesse em mudar de casa para outro bloco, para um espaço no segundo piso, o que permitiria que a

senhora subisse menos escadas. Assim, foi garantido à senhora que a informação seria passada à sua técnica para perceber se existiria alguma possibilidade de ser executada esta mudança.

## APÊNDICE VII – AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

### ***Documento de Autorização Do/a Encarregado/a de Educação de Menores***

Eu,

\_\_\_\_\_, portador/a do documento de identificação (CC, BI ou passaporte) nº \_\_\_\_\_, na qualidade de encarregado/a de educação do/a menor

\_\_\_\_\_, portador/a do documento de identificação (CC, BI ou passaporte) nº \_\_\_\_\_, declaro que autorizo o/a meu/minha educando/a, previamente identificado/a, a participar no programa comunitário de voluntariado **“Ir, dar e receber”**, implementado no âmbito de um projeto de Mestrado em Educação e Intervenção Social integrado no Programa Habitar, e desenvolvido em parceria com a Comissão Social de Freguesia do Bonfim.

A participação no programa inclui a frequência obrigatória de atividades prévias de sensibilização e preparação para o voluntariado, que terão lugar nas primeiras semanas de desenvolvimento do programa, bem como em momentos previamente determinados ao longo da vigência do mesmo.

Assinatura:

\_\_\_\_\_

Porto, \_\_\_/\_\_\_/2017